



**U LISBOA**

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

# Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa

– Projeto de Intervenção com Jovens Delinquentes dos 12 aos 16  
anos, na Freguesia de Rio de Mouro

Nome do Autor: Soraia Alexandra Travessa Castro

Nome do Orientador: Professora Doutora Carla Pinto

Trabalho de Projeto para obtenção de grau de Mestre  
Em Política Social

**Lisboa**  
2013

**“Plans are nothing, planning is everyting”**

(Máxima do planeamento estratégico)

## **Índice Geral, de Quadros e de Apêndices**

## Índice

1. Notas Introdutórias.....	9
2. Metodologia do Projeto.....	16
2.1. Diferentes fases de elaboração do projeto.....	17
2.2. Motivações para a elaboração de um projeto.....	18
2.3. Recursos utilizados para a recolha de dados.....	19
2.4. A pertinência da Investigação-Ação.....	20
3. Perspetivas teóricas sobre a Delinquência Juvenil.....	23
3.1. Caracterização da delinquência juvenil.....	24
3.1.1. Tipologia de delinquentes.....	25
3.1.2. Fatores de risco indutores de comportamentos delinquentes.....	26
3.2. Contributos teóricos explicativos da Delinquência Juvenil.....	26
3.2.1. Cultura e Aculturação.....	27
3.2.2. Subcultura Delinquente.....	27
3.2.3. Anomia Social.....	28
3.2.4. O Interacionismo Simbólico e a Rotulagem Social.....	29
3.2.5. Associação Diferencial e Aprendizagem Social.....	32
3.2.6. Desorganização e Controlo Social.....	33
3.3. Os Gangues, a Delinquência Juvenil e o Território Urbano.....	37
3.3.1. Estrutura dos gangues.....	37
3.3.2. Importância do território.....	37
3.4. Caracterização da delinquência juvenil em Portugal.....	38
3.4.1. Os primeiros passos na proteção social das crianças e jovens.....	40
3.4.2. Referências quantitativas da Delinquência Juvenil em Portugal.....	41
4. Paradigmas de Intervenção na Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Reparação através da Justiça e da Intervenção Social.....	44
4.1. Intervenção baseada na justiça.....	44
4.1.1. Justiça Restaurativa.....	44
4.1.2. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro).....	46
4.1.3. Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro).....	46
4.2. Intervenção baseada na atuação de instituições de primeira linha.....	49

4.2.1. Intervenção Social com Grupos, com Comunidades e Intervenção Psicossocial.....	49
4.2.2. A Política Social e os projetos de intervenção.....	51
4.2.3. Exemplos de projetos de intervenção na Delinquência Juvenil.....	54
5. Apresentação do Projeto de Intervenção com Jovens Delinquentes dos 12 aos 16 anos, na Freguesia de Rio de Mouro.....	61
5.1. Diagnóstico.....	61
5.1.1. Caracterização do Concelho de Sintra e da Freguesia de Rio de Mouro....	61
5.1.2. Caracterização da População-Alvo.....	67
5.1.3. Análise SWOT.....	71
5.1.4. Análise do Risco.....	72
5.2. Desenho da Intervenção.....	75
5.2.1. Objetivos gerais, específicos e necessidades.....	75
5.2.2. Finalidades, Recursos e Calendarização da Intervenção.....	79
5.2.3. Atividades e Calendarização.....	83
5.3. Avaliação.....	92
5.3.1. Avaliação das atividades.....	100
5.4. Síntese do Projeto.....	101
5.4.1. Sistematização da informação: Modelo do Avião.....	100
6. Considerações Finais.....	103
Referências Bibliográficas.....	107
Apêndices.....	112

## Índice de Quadros

1. Gestão de Projetos.....	16
2. Processo Metodológico do Projeto.....	17
3. Nível de Apreensão do Projeto.....	18
4. Dados GNR/PSP.....	42
5. Freguesia de Rio de Mouro segundo os Censos 2011.....	62
6. Entrevistas parte 1.....	69
7. Entrevistas parte 2.....	70
8. Análise SWOT.....	71
9. Avaliação do Risco 1.....	72
10. Avaliação do Risco 2.....	73
11. Pior e Melhor Cenário.....	74
12. Ações de Prevenção e Promoção do Pior e Melhor Cenário.....	75
13. Pirâmide das Necessidades.....	78
14. Visão, Missão, Valores e Metas.....	79
15. Recursos Humanos, Físicos e Materiais.....	80
16. Cronograma.....	82
17. Necessidades e Atividades.....	83
18. Necessidades e Atividades.....	84
19. Necessidades e Atividades.....	86
20. Necessidades e Atividades.....	88
21. Necessidades e Atividades.....	89
22. Calendarização das Atividades.....	91
23. A Avaliação por Objetivos.....	94
24. Indicadores de Avaliação segundo os Objetivos.....	97
25. Avaliação da Motivação.....	98
26. Avaliação das Atividades.....	99

## **Índice de Apêndices**

1. Guião de entrevista às entidades
2. Entrevista realizada à Coordenadora da Equipa Penal 2 de Sintra da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
3. Entrevista realizada à Equipa de Ação Social do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro
4. Entrevista realizada à Junta de Freguesia de Rio de Mouro
5. Entrevista realizada ao Comandante da Divisão da PSP de Sintra
6. Entrevista realizada ao Magistrado do Juízo de Família e Menores de Sintra
7. Entrevista realizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental
8. Guião de Entrevista aos Jovens

## **Notas Introdutórias**



## 1. Notas Introdutórias

Através da análise do contexto social e criminal português, apercebemo-nos de que a criminalidade juvenil tem vindo a ganhar expressão. Segundo os dados estatísticos da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em Julho de 2010 estavam em execução 1.108 medidas tutelares educativas, não só de carácter institucional como de carácter não institucional. A 31 de Agosto de 2012, o número de medidas em execução aumentou para 1.796, de acordo com os dados da mesma entidade. Todavia, este número corresponde apenas ao número de medidas em execução, sendo que até 31 de Agosto de 2012 a DGRSP tinha registado 3.064 intervenções no âmbito tutelar educativo, tendo-se destacado as medidas de Acompanhamento Educativo e Frequência de programas formativos (32%) e a Imposição de Obrigações e Regras de Conduta (22%). Entre Junho e Agosto de 2012, o número de intervenções da DGRSP no âmbito tutelar educativo aumenta de 2.714 para os já referidos 3.064, o que representa, em termos de medidas em execução um aumento de 27 jovens (a 30 de Junho estavam 1.769 medidas em execução) a cumprir medida tutelar educativa no espaço compreendido entre os referidos meses. No que diz respeito à tipologia de crime cometido e à origem dos jovens, os dados estatísticos mais recentes da DGRSP apenas se referem aos que estão em regime institucional, não mencionando os dados correspondentes aos jovens a cumprir medida na comunidade.

Nos termos da lei, a delinquência juvenil conhece o seu enquadramento legal através da Lei Tutelar Educativa, que projeta os termos da intervenção com os jovens agentes de crime. Assim, a LTE (Lei nº 166/99, de 14 de setembro) aplica-se a todo o jovem com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade, que pratique um facto qualificado pela lei como crime e apresente necessidades de educação para o direito. Difere da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro) no seu âmbito de aplicação e de intervenção, todavia, o Ministério Público pode decidir enviar o processo para as Comissões de Proteção, entidades competentes para a aplicação da Lei de Proteção, se entender que o jovem se encontra em situação de risco ou perigo, não existindo impedimento para que os processos decorram em simultâneo.

A delinquência juvenil, como veremos no decorrer deste trabalho, apresenta-se como um problema social com contornos muito profundos, que dificultam a perceção das suas

verdadeiras causas. Segundo a literatura temática, que mais à frente iremos analisar, para além do fator pobreza, podemos apontar outras causas para o despoletar da criminalidade juvenil, como sendo, a ausência de fatores de proteção no seio da família e da comunidade, a própria personalidade do jovem e a predisposição do mesmo para determinadas atividades, a pertença a grupos de pares que se envolvem em práticas ilícitas e, em última instância, a falha das instituições de proteção de crianças e jovens, sejam elas de primeira linha, ou de atuação judicial.

Outros factos sociais determinam a delinquência juvenil, como sendo os que estão ligados à desorganização social, que dificultam a mobilidade social e fomentam a desigualdade no acesso às oportunidades existentes. A desorganização social sente-se igualmente ao nível do próprio território urbano, pela constante criação de guetos e bairros marginalizados. Os jovens aqui residentes são de imediato rotulados, o que não permite o acesso igualitário à restante sociedade. Estes jovens usam este rótulo como capa protetora da sua verdadeira identidade pessoal, escondendo traços de uma infância por vezes difícil e cheia de cicatrizes. Tudo isto se desenvolve em fatores de risco, sendo estes os principais causadores de criminalidade na fase da adolescência.

À luz do senso comum, podemos argumentar que esta realidade está interligada com o contexto socioeconómico de muitos agregados familiares nacionais que, devido à sua situação de carência económica, não podem ter acesso a determinados bens de consumo, cuja atratividade para estes jovens é muito forte. Para acederem a estes bens recorrem muitas vezes a atividades ilícitas. A juventude é uma idade que se reveste de comportamentos baseados na impulsividade e na fraca racionalidade no que diz respeito às atitudes.

O foco principal deste trabalho de projeto é apresentar uma proposta de intervenção comunitária que procurará ir ao encontro dos jovens que estão a cumprir medidas tutelares educativas de carácter não institucional, de execução na comunidade, no sentido de os supervisionar no cumprimento das mesmas e de prevenir a reincidência no crime, estabelecendo uma parceria com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, ao nível do acompanhamento destes jovens. É de referir que este projeto tem como população alvo jovens dos 12 aos 16 anos, a cumprir as referidas medidas, residentes na freguesia de Rio de Mouro do Concelho de Sintra.

Com este projeto pretende-se criar um programa de acompanhamento, constituído por diversas atividades, que estimulem o desenvolvimento pessoal dos jovens, assim como o desenvolvimento de laços de pertença para com a comunidade em que estão inseridos. Numa primeira fase de intervenção é necessário consciencializar o jovem para o delito que cometeu, estimulando a sua capacidade para avaliar as consequências do ato para si próprio e para os demais lesados. Seguidamente, torna-se premente fazer uma análise construtiva do jovem, com o jovem, no sentido de perceber quais são as suas capacidades e os seus objetivos de vida. Posteriormente, importa criar atividades que permitam a consolidação destas primeiras fases da intervenção ao mesmo tempo que se fortalecem laços de pertença à comunidade, à família e ao grupo de pares. Assim, a finalidade máxima deste projeto é proporcionar aos jovens entre os 12 e os 16 anos, residentes na freguesia de Rio de Mouro, com medidas tutelares educativas de execução na comunidade, um acompanhamento de proximidade, desenvolvendo as suas competências sociais, pessoais e comunitárias, potenciando o crescimento de condutas em conformidade com os padrões legais portugueses.

Desta forma, pretende-se a reparação e prevenção de comportamentos delinquentes, através do seu acompanhamento psicossocial e da sua progressiva reinserção na comunidade. Para atingir ambos os vetores acima descritos, é necessário empreender vários mecanismos de ação. Os jovens em acompanhamento estão em idade escolar, pelo que a equipa responsável, durante o horário das aulas, apenas fará o acompanhamento do estudo, disponibilizando meios tecnológicos e professores/explicadores, que possam ajudar o desenvolvimento de competências académicas. Fora do horário escolar, e apenas durante a semana, os técnicos deverão proceder à marcação de atendimentos com os jovens e com as famílias dos mesmos, no sentido de fazer o acompanhamento psicossocial e a manutenção do cumprimento da medida tutelar de que foi alvo. Uma vez que as medidas são maioritariamente de curta duração, importa que cada jovem em acompanhamento seja atendido pelos técnicos uma vez por semana e, nos casos mais complexos, duas vezes por semana. As famílias seriam atendidas quinzenalmente. Como é ao sábado que os jovens têm o seu tempo mais liberto, seria nestes dias que se procederia às atividades de grupo e na comunidade. No período da manhã seriam desenvolvidas dinâmicas entre os pares, ainda com intenção de promover competências psicossociais, mas também com vista a produzir efeitos na relação dos jovens entre si e posteriormente com a comunidade em geral. As

atividades seriam desenvolvidas essencialmente pelos jovens, servindo os técnicos apenas para fazer a manutenção e supervisão, funcionando como mediadores. No período da tarde, os jovens seriam alvo de atividades promotoras da interação com a restante comunidade, através da realização de feiras, espetáculos e debates públicos. Para os jovens sem medida de tarefas a favor da comunidade, seria igualmente importante despertar nos mesmos a necessidade de fazer a manutenção do espaço comunitário, para que no futuro não provoquem danos no património. Estas atividades podem passar pela limpeza urbana e reparação de paredes grafitadas. Uma vez estando os jovens consciencializados para os problemas advindos da criminalidade, importa que depois sejam eles a alertar a comunidade para se precaverem de serem vítimas destas problemáticas, passando a serem eles próprios a cuidar da sua população.

Este trabalho está dividido em duas fases complementares, sendo que na primeira nos debruçamos sobre o raciocínio metodológico a seguir, e sobre as correntes teóricas que marcam a explicação do fenómeno em estudo. Desde o início do século XX que proliferam contributos teóricos que nos permitem perceber o porquê dos jovens adotarem comportamentos socialmente reprovados, pelo que se torna fundamental recorreremos a estes para consolidar a importância de se apostar em novas metodologias de trabalho nesta área, com vista à sua atenuação.

Numa segunda fase, apresentar-se-á o projeto de forma detalhada e concreta. Aqui será possível conhecer as características do Conselho de Sintra e da Freguesia de Rio de Mouro, bem como da população-alvo, constituindo-se o diagnóstico social. Para reunir os dados necessários à boa construção deste diagnóstico foram aplicadas entrevistas às entidades com competência na delinquência juvenil e de âmbito territorial em Rio de Mouro. Compilaram-se igualmente os dados estatísticos referentes aos Censos de 2011 e os dados do relatório da rede social de Sintra de 2004, no qual salientam a importância de serem empreendidos projetos de investigação-ação no âmbito da redução da delinquência juvenil.

A elaboração deste projeto surge pelo reconhecimento da existência desta problemática e dos contornos sociais graves que provoca. Nasce assim o interesse de fazer intervenção com vista à mudança social, proporcionando mais segurança nas comunidades, nas famílias e nos jovens. Este projeto tem como foco a freguesia de Rio de Mouro essencialmente porque é uma das que regista maior número de casos dentro

do conselho de Sintra, município onde a problemática conhece graves contornos. As regras de formulação deste projeto estão parametrizadas em literatura própria, pelo que ao longo do trabalho se vai adaptar à realidade local de Rio de Mouro, outros interventores poderão adaptar a outra realidade social. Intervir neste local pode ser apenas um ponto de partida para que em muitos outros se venham a desenvolver projetos semelhantes, com vista a proporcionar maior conforto social às populações, mas acima de tudo, maior conforto e qualidade de vida a estes jovens socialmente negligenciados.

Como reforço ao que ficou dito, é de acrescentar que a delinquência juvenil não se cinge apenas a um determinado território específico. Em todo o plano social português podemos encontrar este fenómeno, ainda que nem todos os locais registem o mesmo número de incidências desviantes, nem a mesma gravidade nos atos. Todavia, a delinquência juvenil é fundamentalmente transversal, podendo ocorrer em locais considerados como desfavorecidos, como os bairros de habitação social, e em zonas mais distintas quer económica, quer socialmente.

A este respeito, gostava de acrescentar alguma da minha sensibilidade social, retirada da minha rotina de trabalho enquanto Ajudante de Ação Direta de uma equipa de Rendimento Social de Inserção. É meu dever diário fazer o acompanhamento de primeira linha dos beneficiários da prestação mencionada, paga mensalmente pela Segurança Social. Pela intervenção de proximidade que desempenho, lido de perto com as realidades sociais que marcam cada agregado familiar. Apesar de todos estes serem fortemente distintos entre si no que diz respeito à sua composição, às suas características individuais e sociais, e zona residencial, têm um denominador comum: a vulnerabilidade provocada pela fraca riqueza económica. Os beneficiários em acompanhamento variam entre pessoas isoladas, famílias numerosas e monoparentais, casais sem filhos e famílias nucleares com filhos. Na maioria dos beneficiários impera a passividade e a fraca iniciativa para melhorar a sua situação de vida.

Os beneficiários da medida RSI são fundamentalmente pessoas com baixa escolaridade, em situação de desemprego, com fraca iniciativa para a mudança e com algumas limitações sociais e individuais, no sentido da sua própria imagem e na degradação das relações interpessoais. Estes agregados por mim em acompanhamento residem nas zonas de Linda-a-Velha, Algés, Cruz-Quebrada/Dafundo e Caxias, sendo que apenas

nesta última localidade existem bairros de habitação social. Denoto esta particularidade territorial devido ao estigma que certos locais têm, querendo com isto dizer que as situações de pobreza não estão delimitadas por zonas, o que significa que qualquer pessoa pode ser alvo de determinada vulnerabilidade social.

Em suma, é de alicentar um dado fundamental para este projeto: em qualquer local, em qualquer família, existem causas prementes que conduzem a situações de delinquência juvenil. Através da experiência profissional que retido todos os dias da intervenção levada a cabo, é possível avançar que os ciclos de pobreza estão intimamente ligados ao fenómeno em estudo. Com isto quero dizer que os filhos são cada vez mais o espelho dos pais, na medida em que se não vêm um estímulo para a mudança nem existem mecanismos de defesa para as contrariedades do dia-a-dia, os adultos de amanhã vão perpetuar o ciclo de pobreza, pois também eles vão ter dificuldade em fazer face ao desemprego e à falta de recursos.

Este pequeno olhar sobre a realidade social do rendimento social de inserção tem como objetivo reforçar as linhas causais da delinquência juvenil: os ciclos de pobreza, a quase inexistência de modelos parentais que incentivem à construção de um futuro melhor, e a passividade dos primeiros agentes de socialização. Travar o início da problemática em estudo significa transformar estes três vetores, começando pelo fim, tornando a passividade na locomoção de toda a ação que é necessária empreender para sair da vulnerabilidade em que se encontram. É no eixo desta vulnerabilidade que cresce a exclusão social, e é no centro desta exclusão que se criam as oportunidades logradoras de episódios de delinquência juvenil. Se depois desta reflexão sobre a minha atividade profissional atual ficam as dúvidas sobre o motivo que conduziu à elaboração deste trabalho de projeto, avanço que desde que estou mergulhada no Serviço Social que ambiciono por mudar determinada realidade, sendo que os jovens delinquentes, por toda a sua história de vida e vulnerabilidade, constituem-se como um setor populacional com elevado interesse pessoal e com o qual desejo fazer intervenção social.

## **Metodologia do Projeto**

## 2. Metodologia do Projeto

“A Metodologia expressa o conjunto de atividades a desenvolver, ou seja, as associações e os procedimentos que é necessário realizar para alcançar as metas e os objetivos propostos. Não podemos esquecer que o método é o caminho escolhido para a obtenção de um fim. A apresentação da metodologia implica a definição de tarefas, normas e procedimentos para a sua execução. A descrição do processo a utilizar é apresentada identificando todas as etapas que se podem considerar processos autónomos. Para levar a cabo este processo é preciso enumerar e dar a explicação dos diversos passos técnicos que se devem cumprir ou das várias etapas que deve conter o processo técnico.” (Serrano, 2008:25)

A organização do trabalho por projetos afirma-se como uma forma de condução de ações adaptadas à complexidade da realidade social, mesmo com o problema da escassez de recursos. A metodologia participativa dos projetos vai além de um processo de base intelectual, pois exige uma gestão complexa e fortemente estruturada, passando essencialmente por: (Guerra, 2007:125-126)

Gestão de Projeto	Planeamento
	Organização
	Acompanhamento/Avaliação
	Gestão Financeira
	Comunicação, Animação e Formação
	Negociação e Motivação
	Logística
	Documentação, Observatório e Pesquisa

Quadro 1: Gestão de Projeto - Fonte: Guerra, 2007, pág. 126



## 2.1. Diferentes fases de elaboração do projeto

Tal como já ficou expresso, a metodologia tem um papel fundamental no que diz respeito à elaboração de qualquer projeto social, proporcionando todos os instrumentos técnicos que podem transformar a realidade social sobre a qual queremos atuar e gerar mudança. A metodologia de elaboração do projeto deve garantir que o processo é participativo e baseado no método científico. A ausência de uma metodologia integrada, científica e participativa conduz a níveis consideráveis de ineficácia, conduzindo a resultados negativos para os beneficiários. Assim, para elaborar projetos de carácter social é preciso considerar as seguintes fases (Serrano, 2008:25):

<b>P R O C E S S O</b>	<u>Diagnóstico</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Detetar necessidades</b></li> <li>- <b>Estabelecer prioridades</b></li> <li>- <b>Fundamentar o projeto</b></li> <li>- <b>Delimitar o problema</b></li> <li>- <b>Localizar o projeto</b></li> <li>- <b>Rever a bibliografia</b></li> <li>- <b>Prever a população</b></li> <li>- <b>Prever os recursos</b></li> </ul>
	<u>Planificação</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Objetivos gerais e específicos</b></li> <li>- <b>Metodologia:</b> atividades, técnicas e instrumentos, definição da população, identificação da amostra, recolha e análise de dados</li> <li>- <b>Calendarização</b></li> <li>- <b>Recursos:</b> humanos, materiais e financeiros</li> </ul>
	<u>Aplicação/Execução</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Desenvolvimento do projeto</b></li> <li>- <b>Acompanhamento do projeto</b></li> <li>- <b>Controlo do projeto</b></li> </ul>
	<u>Avaliação</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Avaliação diagnóstico</b></li> <li>- <b>Avaliação processo</b></li> <li>- <b>Avaliação final</b></li> </ul>

Quadro 2: Processo Metodológico do Projeto -Adaptado de Serrano, 2008, pág. 26

Para Guerra (2007:128), as principais etapas de construção de um projeto são:

- ✓ Identificação dos problemas e diagnóstico, apontando quais os problemas sobre os quais se pretende intervir e quais as suas causas;
- ✓ Definição dos objetivo, estipulando finalidades, objetivos gerais e específicos;
- ✓ Definição das estratégias orientadoras de todo o trabalho;

- ✓ Programação das atividades, definindo as mesmas, calendarizando-as e atribuindo responsabilidades;
- ✓ Preparação do plano de acompanhamento e de avaliação, estabelecendo os indicadores de avaliação;
- ✓ Publicitação dos resultados e estudo dos elementos para a prossecução do projeto.

Ainda no contexto das fases de elaboração de um projeto social, importa igualmente referir que tipo de projeto se está aqui a desenhar, ou seja, qual o conceito subjacente à elaboração deste trabalho em concreto. Assim, (Boutinet, 1990:279):

<b>Níveis de Apreensão do Projeto</b>	<b>Tipos</b>	<b>Figuras</b>
<b>Empírico</b>	- Projeto ligado às idades da vida - Projeto de atividade	- O projeto adolescente de orientação, de inserção, de vida - Projeto de formação - Projeto de desenvolvimento
<b>Teórico</b>	- Projeto como necessidade vital	- Projeto pessoal e humanista - Projeto societal
<b>Operatório</b>	- Projeto pedagógico	- Projeto educativo - Projeto pedagógico - Projeto de formação

Quadro 3: Níveis de Apreensão do Projeto- Adaptado de Boutinet, 1990, pág. 279

Pela análise do quadro em cima, é possível perceber que o projeto que aqui se vai desenhar abrange os três níveis, empírico, teórico e operatório, sendo que dentro de cada um destes níveis encontramos o tipo de abordagem que se pretende ter e os respetivos objetivos. Na terceira coluna do quadro constam as áreas primordiais de atuação que fundamentam o desenvolvimento deste projeto.

## 2.2. Motivações para a elaboração de um projeto

Uma vez explicitado de que forma devemos conduzir a elaboração e execução do projeto social, é importante referir que qualquer projeto conduz a justificações que o fundamentam e lhe conferem a sua legitimidade. Estas justificações mais ou menos clarificadas devem ser analisadas e relacionadas duplamente: o registo dos fins e objetivos delineados devem coincidir com a situação analisada, de forma a retirar linhas

de coerência e mesmo de incoerência; o registo da história pessoal, por forma a permitir que seja percecionado o que está implícito, revelando os desejos inerentes ao desenvolvimento da ação. Assim, os motivos evocados para elaboração do projeto, que neste caso em concreto se prendem com a identificação profissional com a temática em estudo e com o facto de ser residente na localidade em que a ação terá lugar, têm como função fornecer uma dupla fundamentação, intelectual e afetiva ao projeto. A apreensão destes motivos deve conduzir o agente executor do projeto à interrogação, lançando-o em busca de uma perceção verdadeiramente empírica da realidade em estudo. Ao longo da elaboração do projeto importa perceber se as motivações permanecem ou se sofreram alguma mutação. (Boutinet, 1990:272)

“Um projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas também é a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder. Um projeto é, sobretudo, a resposta ao desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objetivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de ação garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas.” (Guerra, 2007:126)

### 2.3. Recursos utilizados para a recolha de dados

O uso da informação disponível, qualquer que seja o seu carácter documental, é indispensável quando estamos a fazer investigação social (Moreira, 2007:153). Desta forma, é possível afirmar que existem técnicas de pesquisa documentais e não documentais. As primeiras caracterizam-se por ser documentos escritos ou não escritos que nos servem de apoio à recolha de informação sobre os fenómenos sociais, quer sejam estes qualitativos ou quantitativos. Compreendem arquivos, imprensa, filmes, fotografia, estatísticas, correspondência, entre outros. Por seu turno, as técnicas não documentais consistem, maioritariamente, na observação participante e não participante, englobando entrevistas e questionários. Especificamente para esta pesquisa foram utilizadas fontes documentais como estatísticas, artigos científicos, obras temáticas e trabalhos de âmbito académico. Em conjunto, estes meios serviram para fundamentar teoricamente a delinquência juvenil e a importância de se desenvolverem atividades que promovam a prevenção e reparação deste fenómeno social concreto. No que diz respeito

a técnicas não documentais, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas<sup>1</sup>, a informadores qualificados, como a técnica de Serviço Social do Gabinete de Ação Social do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, a técnica de Serviço Social da Junta de Freguesia da referida localidade, a Coordenadora da Equipa Penal 2 da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais de Sintra, o Comandante da Divisão da PSP de Sintra, o Magistrado do Juízo de Família e Menores de Sintra, a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental e a técnica responsável pelo acompanhamento técnico da freguesia de Rio de Mouro na referida instituição. Inicialmente, pretendia-se igualmente aplicar entrevistas a, pelo menos, dois jovens da comunidade de Rio de Mouro que tivessem já sido alvo do cumprimento de medidas tutelares educativas. Para este efeito foi pedida autorização à direção do Agrupamento de Escolas da freguesia, a qual foi concedida, para que as entrevistas se realizassem aos jovens que estão sob a alçada do acompanhamento social do Gabinete de Ação Social do referido agrupamento. Todavia, as mesmas não puderam acontecer devido a questões profissionais, nomeadamente o fluxo intensivo de trabalho.

Em suma, foram utilizadas técnicas centradas na procura das causalidades dos fenómenos sociais sobre os quais se pretende intervir, de forma a não agir sobre as evidências, mas antes ser capaz de se aproximar ao máximo dos fatores que provocam o fenómeno que estamos aqui a analisar (Guerra, 2007:145).

#### 2.4. A pertinência da Investigação-Ação

O desenvolvimento deste projeto exige uma postura interventiva sobre a realidade concreta, que neste caso é a delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro, em Sintra, no sentido de a modificar. É por este motivo que se torna premente o recurso à sociologia de intervenção, uma vez que a mesma corresponde a uma sociologia mais próxima do terreno, estimulando novas articulações entre a teoria e a ação, entre a pesquisa e a intervenção. O planeamento desenvolvido em ciências sociais requiere a utilização de uma metodologia de investigação-ação, que associa ao ato de conhecer a intenção de provocar mudança social. As metodologias de investigação-ação permitem igualmente produzir conhecimentos sobre a realidade, inovar, produzir mudanças sociais e formar competências nos intervenientes (Guerra, 2007:52). Para podermos modificar qualquer realidade social não nos podemos ficar apenas pela pesquisa e

---

<sup>1</sup> O guião pode ser consultado no apêndice 1.

análise da teoria, mas antes procurar encontrar um forte equilíbrio entre os dados teóricos e a experiência empírica da realidade. Segundo Isabel Guerra, a metodologia de Investigação-Ação, tem algumas características específicas, a saber (Guerra, 2007:53-54):

- É um processo continuado que influencia todo o percurso e decurso da investigação;
- O objeto de estudo deve constituir-se como sujeito do conhecimento;
- O ponto de partida é uma dada situação, uma prática real e concreta;
- O objetivo é a resolução de problemas, sendo que o foco é a mudança social e não tanto os resultados da investigação;
- O investigador não é apenas um observador, é igualmente um apoiante dos sujeitos na ação.

Através do método da investigação-ação é possível desenvolver as redes sociais e atualizar o potencial humano. Observa-se a realidade e traça-se uma interpretação que compreende o passado e concebe um futuro desejável. Constroem-se planos de intervenção que permitem atingir os objetivos previamente definidos, assim como se definem conjeturas, criando condições favoráveis à modelagem dos comportamentos (Guerra, 2007:54).

## **Perspetivas teóricas sobre a Delinquência Juvenil**

### 3. Perspetivas teóricas sobre a Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil não é apenas um problema social contemporâneo. Desde o início do século XX que surgem estudos relacionados com os comportamentos desviantes e criminais dos jovens, na tentativa de encontrar causas e consequências para os mesmos. Segundo Pedro Moura Ferreira, “a delinquência juvenil, num sentido amplo, refere todo o tipo de infração criminal que ocorre durante a infância e a adolescência. Num sentido mais restrito, a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infrações criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem. Embora estes comportamentos desviantes e desajustados possam não constituir, em rigor, infrações criminais, remetem, no entanto, para a mesma realidade social que o conceito de «delinquência juvenil» procura descrever e caracterizar” (Ferreira, 1997:916). É de salientar que a delinquência juvenil aparece frequentemente associada a um determinado território, ou seja, os jovens que a praticam fixam-se em determinados locais escolhidos pelos próprios. Quando nos referimos a território estamos a falar numa área ou local delimitado, que se encontra sob a posse de um animal, de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, ou de uma instituição. É um termo frequentemente empregue pela comunidade política, pelos biólogos e pelos psicólogos, e dentro de todos os sentidos que a palavra pode ter, todos reúnem a ideia de apropriação de uma área por um indivíduo ou por uma coletividade.

Tal como foi referido no início do parágrafo anterior, a delinquência juvenil constitui-se, em todas as sociedades, como um problema social com contornos preocupantes que exigem a atenção das instituições nacionais. Por problema social entende-se um fenómeno, uma situação ou uma condição que, na perspetiva de determinados grupos dentro de uma sociedade, não funciona de forma correta ou aceitável. A definição do que é um problema social dependa das condições e características de cada sociedade, bem como da época histórica a que se refere, traduzindo uma avaliação moral e ideológica, por parte de determinados grupos, do fenómeno em causa, fazendo-o equivaler, de forma explícita ou implícita, a um "disfuncionamento" do sistema. A

delinquência juvenil é isto mesmo, uma disfunção do sistema vigente, isto porque, existem instâncias que podem proceder ao controlo e prevenção do fenómeno, devendo as mesmas serem avaliadas no que diz respeito à eficácia da sua intervenção. Embora todas as sociedades sejam marcadas pelo fenómeno do crime, que se caracteriza por ser todo o comportamento que a Lei Penal tipifica enquanto tal e que pode revestir-se de um carácter doloso ou negligente, aplicando-se a todo e qualquer indivíduo com idade igual ou superior a 16 anos, a delinquência no período da adolescência é pautada por falhas nos mecanismos de proteção, tal como veremos mais à frente, que facilitam o desenvolvimento de fatores de risco. O problema social da delinquência juvenil existe porque o mesmo afeta toda a restante sociedade, carecendo de um plano de intervenção devidamente estruturado.

A delinquência juvenil, para além do que já foi dito, pode ainda constituir um desvio, ou seja, uma transgressão das normas sociais. Os sociólogos empregam este termo para designar os estados e condutas que violam as normas a que os membros de um grupo se vinculam a ponto de punirem quem as viola. O indivíduo que adota de modo prolongado uma conduta desviante tende a ser, ou a tornar-se, um marginal: ou está, à partida, mal integrado no grupo de que faz parte, o que o torna insensível à reprovação, ou é lançado para as margens do grupo devido às suas repetidas transgressões (Cusson, 2011:15). No que diz respeito à transgressão das normas, importa referir que cada sociedade se reveste de normas diferentes, pelo que o desvio em Portugal é diferente do desvio na China.

### 3.1. Caracterização da delinquência juvenil

O fenómeno social da delinquência juvenil é muito abrangente e tem contornos muito heterógenos, não só pela heterogeneidade dos jovens, como pela heterogeneidade das razões que os levou a assumir tais condutas. Os jovens que praticam atos delinquentes, ainda que pertençam ao mesmo grupo de pares, têm atitudes diferentes entre si, podendo desenvolver comportamentos distintos do restante grupo com o passar do tempo. É necessário igualmente diferenciar os jovens que cometem atos isolados dos que praticam a delinquência com elevada frequência. O delincente ocasional raramente comete atos delinquentes, e os que comete são de fraca índole. Na generalidade, comete apenas um ou dois atos durante um tempo de vida curto, pelo que é neste quadro que encaixam a maior parte dos adolescentes delinquentes. Em contraposição, temos os



delinquentes de carreira, que cometem muito mais atos durante um longo período de tempo. É a estes jovens que se aplica a expressão «carreira delincente», correspondendo a longos períodos de vida preenchidos com múltiplos atos delinquentes. Esta carreira caracteriza-se pelo número, frequência, diversidade e gravidade dos comportamentos (Born, 2005:42).

### *3.1.1. Tipologia de delinquentes*

Neste seguimento, é possível propor uma tipologia de delinquência (Born, 2005:46):

- ❖ Delinquência ocasional: trata-se de comportamentos que não são habituais, resumindo-se a apenas um ou dois atos;
- ❖ Delinquência explosiva: os atos são mais numerosos, bastante diferenciados e de média gravidade. Ocorre num período de tempo restrito e os jovens que os praticam são, muitas vezes, oriundos de contextos familiares e pessoais mais desfavorecidos;
- ❖ Delinquência persistente média: corresponde a atos heterógenos e de longa duração. Cometem-se num período de tempo que pode iniciar-se na infância e durar até à idade adulta;
- ❖ Delinquência persistente grave: os comportamentos assumem contornos mais graves e em maior número, correspondendo a atos mais violentos como assaltos à mão armada, homicídios, entre outros crimes classificados como sendo mais violentos. Esta delinquência começa na adolescência e prolonga-se ao longo do crescimento do jovem, degenerando numa carreira criminal adulta.

De forma mais resumida, podemos agrupar os quatro últimos pontos em apenas dois (Born, 2005:45):

- ❖ Delinquência limitada à adolescência:
  - Aparecimento da delinquência durante a adolescência;
  - Aparecimento temporário;
  - Prevalência muito forte na população;
  - Sem fatores de risco neurobiológicos;
  - Muito fraco risco genético.
- ❖ Delinquência persistente no decurso da vida:
  - Aparecimento da delinquência na infância;

- Persistência em vários períodos da vida;
- Casos bastante raros;
- Presença de perturbações neurobiológicas e comportamentais;
- Provável transmissão genética dos riscos.

### *3.1.2. Fatores de risco indutores de comportamentos delinquentes*

Depois de explicar as tipologias de delinquentes, é necessário perceber igualmente, quais os fatores que conduzem à prática da delinquência no decorrer da infância e da juventude. Existem muitas variáveis que podem influenciar a passagem ao ato delincente, como sendo a classe social de origem, o rendimento escolar, o uso de álcool e drogas, o ambiente familiar e o grupo de pares. Assim, a probabilidade de um jovem assumir comportamentos delinquentes aumenta quando este é oriundo de contextos familiares com fracos recursos económicos; faz parte de uma família numerosa; tem pais que são fracos agentes de socialização e educação; apresenta uma inteligência abaixo da média (com um Q.I. de 90 ou menos); e tem pelo menos um dos progenitores com cadastro criminal, registando atos ainda no período da pré-adolescência. Também a agressividade no período da infância e a inadaptação à escola representam fatores de risco no que diz respeito à emergência de comportamentos delinquentes na fase da adolescência. A inadaptação à escola pode traduzir-se num conjunto de comportamentos dentro da sala de aula como sendo a impaciência para a realização das atividades propostas pelo professor, a postura negativa e de constante desafio, as frequentes interrupções da aula e a expressão de opinião sem uma reflexão prévia. Estes indicadores interligados com vulnerabilidade das relações entre professores e alunos, ou jovem e adulto, resultam numa série de pressões, que por sua vez desencadeiam os comportamentos de risco (Campos, 2010:239-241).

Embora se faça esta análise mais centrada nas problemáticas resultantes do contexto escolar, importa referir que a intervenção na problemática da delinquência juvenil requiere um forte investimento nos estudos sociais e psicológicos do fenómeno, devendo a intervenção com este segmento da população incluir todo o seu meio social, constituído pelos seus pares, família e escola.

### 3.2. Contributos teóricos explicativos da Delinquência Juvenil

Depois da análise mais precisa do que se entende sobre o fenómeno social da delinquência juvenil, é premente que agora façamos uma resenha teórica sobre o mesmo, conhecendo os autores que o estudaram e os contextos em que foi investigado.

Na segunda década do século XX, surge, na Universidade de Chicago, pela mão de professores das ciências sociais e humanas, um movimento ligado ao estudo dos fenómenos sociais e urbanos da cidade norte-americana de Chicago. Nasce assim, a Escola de Chicago, pela mão de sociólogos como Thomas e Florian Znaniecki, que exploraram o conceito de «desorganização social» e definem aquilo que entendem como ecologia urbana.

À análise dos problemas urbanos nas suas diversas vertentes, foi dado o nome de ecologia urbana, que confere ao espaço urbano características como a individualidade, os comportamentos superficiais, a distinção de atitudes, e a racionalidade das formas de agir e das atividades. Assim, nas cidades os indivíduos cruzam-se diariamente sem se conhecerem, impondo a regra do anonimato. Não obstante, os contactos dentro da cidade são numerosos, impessoais e fragmentados, sendo que o indivíduo passa o seu dia a deslocar-se para vários sítios, relaciona-se com inúmeras pessoas, sem que seja criada uma forte ligação com qualquer uma delas. Dentro do espaço urbano, contrariamente ao que se passa em meio rural, os processos de competição são mais abertos, fazendo com que cada um possa expressar, da forma que entender, a sua originalidade, a sua excentricidade e a sua marginalidade. No decorrer da sua vida em meio urbano e face a todas estas condicionantes, o indivíduo tendencialmente desenvolve comportamentos mais estudados, havendo muito mais racionalidade, em oposição à impulsividade, nas suas diversas atitudes diárias.

As cidades são os espaços privilegiados para o desenvolvimento de processos de competição e de seleção entre indivíduos e grupos para determinar a apropriação de um determinado território. A ecologia urbana identificou que territórios poderiam ser estes, referindo que podem ser guetos étnicos, bairros comerciais, bairros abarracados, entre outros locais, que partilham entre si semelhantes características de pobreza e exclusão social. É nas fragilidades dos tecidos urbanos, nos locais deixados ao abandono, nos quais a população imigrante é desorganizada, que se vão instalar os gangues, grupos que

encarregar-se-ão de organizar o espaço e a sociedade em seu redor. Vejamos então que teorias marcam as relações humanas e sociais dentro de uma sociedade urbana.

### 3.2.1. *Cultura e Aculturação*

Nos bairros de Chicago após a primeira grande guerra, proliferaram as vagas de imigração e assistiu-se ao crescimento económico do país. Paralelamente à prosperidade dos anos vinte, surgem os bairros operários, constituídos por imigrantes vindos de outros países, mas também por americanos vindos das zonas rurais à procura de melhores condições de vida na cidade. A esta população mais carenciada cabiam os empregos nas fábricas em expansão, mas o que ganhavam não poderia ser considerado suficiente para fazerem face às despesas que detinham. Aqui poderá aplicar-se ambas as teorias apresentadas, já que nos deparamos com uma realidade social desorganizada, resultante de uma mudança populacional e da proliferação de novas características do meio urbano, decorrentes da chegada de novas e dispares populações. Num mesmo espaço cruzam-se crenças e valores, provenientes de culturas diferentes, resultantes da convivência entre migrantes internos e externos ao país. Nasce aqui problemas relacionados com a aculturação, pela dificuldade de adaptação dos novos habitantes face à cultura dominante.

Qualquer cultura existente numa sociedade comporta normas e valores coerentes, que prescrevem certas condutas ao passo que proíbem outras, por forma a orientar comportamentos e a modelar as personalidades. A cultura de um grupo particular impele um crime quando autoriza um ato de violência que foi interdito pelas normas estipuladas pela sociedade. Assim, para Sellin (1938), o crime resultaria de um conflito cultural, isto é, da oposição entre as prescrições legais de um Estado e as normas particulares de um grupo nele inserido (Cusson, 2011:89).

### 3.2.2. *Subcultura delincente*

Tal como já foi referido, a cultura existente numa determinada sociedade é composta pelo conjunto de critérios de valor capazes de orientar eficazmente a ação social. A cultura estende-se a todos os modelos coletivos de ação, identificáveis nas palavras e na conduta dos membros de uma comunidade, transmitidos intergeracionalmente, revestindo-se de vasta durabilidade temporal. A subcultura traduz-se numa cultura dentro da cultura dominante, com princípios opostos ou divergentes.

Para Albert Cohen, tal como descreveu na sua obra *Delinquent Boys*, a delinquência juvenil é isto mesmo, uma subcultura, variante da cultura dominante, pautada por padrões normativos claramente antagónicos. Assim, o crime resulta da interiorização e obediência a um código moral ou cultura que torna a delinquência imperativa, significando a conversão a um sistema de valores e crenças disruptivos. Ao corresponder à subcultura delinvente, o jovem pretende ir ao encontro das expectativas dos demais que definem o seu meio cultural e funcionam como grupo de referência, constituindo-se como um mecanismo de aprendizagem, motivação e socialização. O autor defende que o crime resulta da identificação dos jovens das classes trabalhadoras com os valores e as regras de conduta da subcultura delinvente. Cohen formula assim dois pressupostos: em primeiro lugar, a crença de que a delinquência é fundamentalmente obra dos jovens masculinos das classes mais baixas; e em segundo lugar, a definição da subcultura delinvente como não-utilitária, má e negativista. É não utilitária porque não se procura o crime como um instrumento ou meio racional de realização de fins, pelo que os jovens cometem o crime sem uma razão aparente; é má porque os jovens que nela se envolvem demonstram tirar prazer do crime que praticam; e é negativa porque representa a total subversão do sistema vigente, assim como das normas e valores da cultura dominante. (Dias e Andrade, 1990:288-294)

### 3.2.3. *Anomia Social*

Na sequência da importância dos processos de aculturação e dos problemas resultantes das culturas existentes no espaço urbano, importa igualmente referir a anomia social, que conduz muitas vezes os indivíduos a cometer o crime ou a atentar contra a sua própria vida.

Segundo a obra *O Suicídio*, de Durkheim, é a estabilidade económica ou familiar que produz o estado de anomia. As normas sociais perdem o seu poder de coerção, deixando de exercer um poder dissuasor sobre os indivíduos, o que faz com que os mesmos não se sintam impedidos de assumir determinada atitude. Também o crescimento económico, a recessão, o comércio, a viuvez e o divórcio alteram o estado social habitual, tornando obsoletas as regulações tradicionais (Durkheim, 2007:253-295). As regras vigentes perdem o poder de impor limites aos impulsos e desejos individuais. O sujeito não se sente pressionado pela imposição das normas e não evita os seus comportamentos disruptivos. As situações acima mencionadas perturbam o habitual

funcionamento das sociedades, provocando anomia nos indivíduos, proporcionando que estes não sejam capazes de impor limites aos seus desejos. Quaisquer que sejam as modalidades da anomia de Durkheim, todas elas designam a rutura ou o enfraquecimento das ligações sociais. “Qualquer ser vivo só pode ser feliz e viver, se as necessidades que sente estiverem suficientemente de acordo com os meios de que dispõe. (...) Se os seres vivos exigem mais do que lhes pode ser dado ou exigem outra coisa, terão sempre uma sensação de insatisfação e não poderão agir sem sofrimento. (...) As tendências que não encontram satisfação atrofiam-se e como a tendência para viver é resultado de todas as outras, não pode deixar de enfraquecer se as outras defínham” (Durkheim, 2007:260). A Anomia designa a desagregação dos valores e a ausência de pontos de referência, o que no plano das relações humanas significa a própria rutura das relações sociais e uma falta de adesão aos valores. O autor acrescenta que é a baixa densidade moral que provoca o aparecimento de patologias como o aumento da taxa de suicídio. Desta forma, todas as questões sociais são potencialmente favorecedoras do suicídio anómico, forma de suicídio provocada pelas condições sociais desfavoráveis.

É possível medir o estado de anomia de uma sociedade através de indicadores como a heterogeneidade, o nível de divergência ou de diversidade de sistemas familiares, a heterogeneidade cultural e a diversidade das idades. Na primeira, a anomia pode definir-se pelas relações sociais entre os diferentes grupos existentes na sociedade. Nas sociedades onde coabitam mais variedades culturais e onde as classes são mais diferenciadas entre si, as taxas de anomia são mais elevadas, pelo conflito constante entre quem se sente pressionado pela diferença. O segundo indicador corresponde à diversidade das tipologias de agregados familiares existentes nas sociedades, pelo que onde existe apenas um modelo de família a anomia não se revela tão elevada. O terceiro aspeto corresponde à elevada diversidade cultural, que potencia a exclusão social pela discriminação. O último indicador corresponde à existência de uma pirâmide etária mais larga nas idades, potenciando o conflito entre gerações (Born, 2005:52-53).

A nível individual é igualmente possível medir a anomia, através da análise da alienação do homem. A alienação pode corresponder à perda de valores ou à sua ausência, a perda do sentido da própria existência, a ausência de ajuda que conduz ao isolamento social e falta de objetivos. A alienação do indivíduo traduz-se por uma tendência generalizada

para o controlo externo, pelo que o mesmo sente que já não domina a sua existência. Segue-se, assim, uma situação de anomia, pautada pela ausência de pontos de referência e de um mínimo de organização social (Born, 2005:53).

Para Merton, a situação de anomia deve-se ao sobre investimento em detrimento do respeito pelas normas sociais vigentes. Segundo o autor, os indivíduos adaptam-se à primazia dos fins em relação às normas pelo conformismo, pelo ritualismo, pela evasão, rebelião ou pela inovação, sendo que é através do exercício desta última que o indivíduo passa ao ato delinvente (Merton, 1968:194-210). Aquele que se considera inovador adere em absoluto aos objetivos sociais do sucesso e decide atingi-los a qualquer custo. O autor acrescenta que estes comportamentos estão mais frequentemente associados aos estratos sociais mais baixos, onde existe uma pressão mais forte para o desvio. Embora a sociedade valorize demasiado o sucesso material, a delinquência tende a ser mais frequente nas classes sociais mais baixas, onde os meios são mais escassos. Neste contexto, a delinquência surge como um recurso, ainda que o seja só para alguns, já que até as oportunidades ilegítimas tem desigual acesso, sendo que nem todos os jovens são admitidos num gang, por exemplo. Só optará pela via delinvente, o jovem que, perante o carácter limitado das possibilidades legítimas de sucesso, possui um vasto repertório de possibilidades ilegítimas. O autor acrescenta que o comportamento desviante refere-se mais propriamente à condição individual do que ao meio social em si. Isto porque é a condição monetária que exerce mais pressão sobre os indivíduos, o que faz com que os delinquentes não se foquem tanto num determinado conjunto de valores alternativos, perseguindo apenas o objetivo cultural baseado na situação financeira. O que nos reporta para o meio social é a proliferação de uns determinados valores sociais em detrimento de outros, ou seja, se a condição económica é fundamental, estamos então perante uma sociedade mais alicerçada no consumismo, o que camufla os restantes valores sociais que, por diversas vias, também poderiam eles próprios resultar na melhoria da condição de vida dos estratos mais baixos, pela concretização de outras carreias profissionais (Merton, 1968:211-216).

#### *3.2.4. O Interacionismo Simbólico e a Rotulagem Social*

Até agora foram apresentadas teorias que descrevem os movimentos sociais ligados à relação interpessoal e à influência que as sociedades, com todas as suas características, exercem sobre os indivíduos. Neste contexto, importa ainda referir alguns

constrangimentos decorrentes das vivências em sociedade, que muitas vezes se tornam coadjuvantes do desenvolvimento da prática criminal.

Originário da Escola de Chicago, o interacionismo simbólico é uma abordagem sociológica das relações humanas que considera de elevada importância a influência, na interação social, dos significados particulares trazidos pelo indivíduo à interação, assim como os significados que ele obtém a partir dessa interação sob a sua interpretação pessoal. Segundo George Herbert Mead, os egos de cada indivíduo são produtos sociais, sendo que as pessoas agem em relação às coisas com base no significado que essas mesmas coisas têm para elas, significados estes que são o resultado da sua interação social e que são modificados pela sua interpretação social. O que pode por vezes acontecer é existir uma interpretação errada face ao que foi transmitido pelo processo de interação, isto é, num contexto familiar em que existe mais do que um filho, mas os valores transmitidos pelos pais são iguais para todos, cada um vai interpretá-los de forma diferente, conduzindo a comportamento díspares face aos outros irmãos dentro e fora do contexto familiar.

A teoria do rótulo social decorre, de certa forma, do interacionismo simbólico, na medida em que a sociedade rotula os indivíduos de acordo com a perceção que têm dos mesmos. Assim, um indivíduo que seja proveniente de um bairro social é de imediato rotulado como sendo delinquente, face aos comportamentos existentes dentro do bairro. Não são tidas em conta as características individuais de cada sujeito, mas sim a sua forma de vestir, os grupos que o rodeiam e o local de onde provém. Esta rotulagem conduz, muitas vezes, a comportamentos delinquentes, já que os indivíduos sentem-se injustiçados pela forma como são encarados socialmente, levando a cabo ações que lhes permitam exprimir a sua revolta face à situação.

### *3.2.5. Associação Diferencial e Aprendizagem Social*

O Contributo teórico de Sutherland afirma que os comportamentos desviantes são aprendidos na companhia de pares, por imitação, por reforço dos atos desviantes e por uma exposição a definições favoráveis à desviância (Cusson, 2011:147). A teoria assenta em quatro pilares: associação diferencial – aprendizagem dos comportamentos em grupos primários; as definições – atitudes face a um comportamento desviante e significado atribuído ao mesmo; a imitação – repetição de um ato ao qual o indivíduo



assistiu primeiramente; e reforço diferencial – balanço das recompensas e das punições do comportamento delincente.

O comportamento criminal é aprendido, assim como os restantes comportamentos do ser humano, dentro do seio de um grupo e através do processo de comunicação, o que significa que a criminalidade é aprendida e não biológica. A aprendizagem do comportamento delincente implica o ensinamento de técnicas criminógenas e a existência de uma motivação pessoal para a concretização destes conhecimentos. O princípio fundamental da associação diferencial é de que qualquer pessoa se torna delincente quando existem condições favoráveis para se quebrarem as normas sociais e quando contacta com outros delinquentes. Para Sutherland, as pessoas tornam-se delinquentes não pelos constrangimentos do seu dia-a-dia, tais como a pobreza, exclusão social, entre outros, mas sim pela sua preferência em associar-se a grupos com comportamentos delinquentes. Existe assim uma perpetuação da violência pelo veículo da aprendizagem do comportamento pró-delincente.

### *3.2.6. Desorganização e Controlo Social*

O que até agora ficou dito demonstra algumas das particularidades das relações humanas em sociedade e levantam o véu sobre os motivos que levam um jovem a cometer atos delinquentes. Para além disso, cada corrente teórica salienta as fragilidades do tecido urbano e o caos que dele pode resultar. Neste seguimento, e como forma de aglutinação do conhecimento teórico, vejamos o que se entende por desorganização e controlo social, sendo que tudo o que ficou dito pode ser entendido como uma das causas para o aparecimento da desorganização do espaço urbano e social.

Assim, importa referir que toda a investigação científica na área da criminologia nos sugere que o crime prevalece nas sociedades em que as desigualdades socioeconómicas são mais elevadas. O crime, e mais especificamente, o crime violento, revela-se como sendo um indicador da fragilidade das relações interpessoais dentro de uma sociedade, seja ela mais ou menos desenvolvida. Em locais onde as relações interpessoais são mais ténues observam-se mais crimes, assim como mais facilmente se encontram cidadãos mais infelizes e ambientes sociais menos saudáveis.

Clifford R. Shaw e Henry McKay, em 1942, serviram-se do conceito de desorganização social para explicar a atuação dos gangues e da proliferação da delinquência juvenil na

cidade de Chicago. Identificaram que ambos os vetores estavam concentrados em certas zonas da cidade, cujos registos de delinquência permaneciam iguais, geração após geração. Se anteriormente aos referidos autores a explicação para estes acontecimentos ficava-se pela vaga de imigração e pelas precárias condições socioeconómicas, os mesmos quiseram ir mais longe, já que estas duas possíveis justificações não foram consideradas como elementos suficientes para explicar o que acontecia nestes locais.

No que diz respeito à caracterização das áreas de delinquência, os autores acima mencionados fizeram diversos levantamentos estatísticos que lhes permitiram concluir que as mesmas estavam visivelmente degradadas a nível físico, assim como estavam segregadas económica, étnica e racialmente. As taxas de delinquência tendiam a manter-se invariáveis ao longo dos anos, independentemente de existirem alterações nos padrões económicos e étnicos. Não obstante o já descrito, Shaw e Mckay reforçam que não é a área delinvente em si que faz despoletar a criminalidade, mas antes a fraca existência, dentro das mesmas, de uma vida comunitária estruturada e com fortes redes de vizinhança (Dias e Andrade, 1990:276,277).

A desorganização social consiste numa perturbação da cultura existente por conta de uma mudança social, que se evidencia pela falha dos controlos sociais tradicionais, pelos conflitos de papéis sociais e pelo declínio da confiança depositada nas instituições existentes. A mudança social altera os padrões culturais existentes, e os novos elementos desencadeiam o conflito. Se uma cultura é bem organizada, com todos os seus traços e instituições bem ajustados, a mudança em qualquer um deles desorganizará esta disposição. Numa cultura fortemente desorganizada, o sentido da segurança, da moral e da finalidade da vida danifica-se e as pessoas sentem-se confusas e inseguras. “A desorganização social significa, do ponto de vista institucional, do grupo ou da comunidade, a impossibilidade de definir e impor modelos coletivos de ação. E corresponde, para o individuo, a uma condição de total liberdade para a expressão das suas inclinações. (...). A desorganização social não passa de uma fase de um processo dinâmico de mudança, alternando, por isso, com fases de organização social.” (Dias e Andrade, 1990:274)

Para Kubrin e Weitzer, a desorganização social caracteriza-se por ser uma teoria centrada na explicação espacial do crime, referindo especificamente os diferentes tipos de vizinhança e a forma como cada uma se organiza para atingir os objetivos que os

seus elementos têm em comum. A desorganização social corresponde, assim, à capacidade que cada comunidade tem para concretizar os objetivos a que se propõe, podendo aumentar ou diminuir os níveis do crime. (Kubrin e Weitzer, 2003:374)

Neste contexto, é importante referir o papel do controlo social nas sociedades em que impera a desorganização por força de uma mudança social. Assim, o controlo social designa o conjunto de processos pelos quais a sociedade ou os grupos sociais que a compõem regulam as atividades dos seus membros em função de um certo número de valores, o que significa que o controlo social nos remete para o conjunto das condições de socialização do indivíduo na sociedade, bem como serve para designar os meios utilizados pela sociedade para prevenir e corrigir os comportamentos desviantes. O controlo social adquire duas formas diferentes: o controlo formal e o controlo informal. O controlo social formal baseia-se na intervenção das instituições sociais destinadas a assumir esta função, como sendo, por exemplo, as forças policiais. Ao invés, o controlo social informal predomina no interior dos grupos primários como sendo a família e o grupo de pares. Quando estamos perante famílias disfuncionais ou negligentes este controlo informal enfraquece, podendo os seus elementos agregarem-se aos seus grupos de pares, que nem sempre se regem por normas idênticas às que vigoram na sociedade em que estão inseridos, despoletando comportamentos disruptivos nos mesmos. A existência de desorganização social provoca a falta de controlo social dos adultos e dos valores mais tradicionais sobre os jovens. A eficácia e a eficiência do controlo social informal mede-se através de valores exógenos como sendo a pobreza, a variedade cultural e étnica, bem como as mudanças populacionais dentro de cada comunidade. Todas estas premissas podem dificultar o controlo dos indivíduos pelas suas comunidades residentes, dado que todas elas alteram a vida da população em geral, desorganizando a mesma. (Kubrin e Weitzer, 2003:375)

O adolescente que rompeu as amarras familiares e escolares é levado a enveredar pela delinquência porque o controlo social informal não pode exercer-se num vazio racional. Com efeito, quando as relações no seio dos grupos elementares são pobres ou estão degradadas, as pressões à conformidade são vãs nas raras ocasiões em que se exercem. É por isso que os indicadores da desorganização social estão correlacionados com a criminalidade. Entre esses indicadores, encontramos a percentagem de famílias

monoparentais, a instabilidade residencial, o anonimato e o subdesenvolvimento das redes de amigos e da vida associativa (Shaw, Mckay e Sampson, in Cusson, 2011).

Importa referir que a desorganização social é tão mais elevada quanto mais desestruturada é a rede de vizinhança e a organização comunitária. A teoria é suportada pela noção de capital social, composto por todos os valores e normas vigentes numa determinada comunidade. Assim, quanto mais baixo for o capital social de uma comunidade, mais reduzido será o seu controlo social sobre os indivíduos que a ela pertencem, potenciando assim o desenvolvimento de atividades criminosas. O autor Sampson, em 1995, faz a ponte entre ambos os vetores descritos, referindo que a causa para os elevados números de crimes está no reduzido capital social das comunidades. Sampson e Groves afirmam que as características estruturais das comunidades, como sendo a urbanização, a instabilidade residencial, os diferentes níveis socioeconómicos, as heterogeneidades étnicas e os níveis de disrupção familiar, afetam grandemente a capacidade da comunidade exercer o seu controlo informal e formal sobre os seus membros e sobre os estranhos à mesma. É a incapacidade de exercer o controlo social que conduz à desorganização social e ao aumento do número de crimes. (Veysey e Messner, 1999:157) Assim, se juntarmos os contributos teóricos de Shaw, Mckay e Sampson, verificamos que quanto mais coesas e estruturadas forem as comunidades mais elevado será o controlo social, o que irá produzir igualmente maior capital social, reduzindo, por consequência, os rácios de crime. As redes de vizinhança não devem ficar-se apenas pelos bons relacionamentos interpessoais e pelas amizades existentes, devem antes organizar-se em redes de suporte e organizações eficazes na transmissão de valores aos membros mais jovens. Também é necessário ter em atenção as famílias monoparentais, cujo controlo social é por vezes mais fraco, podendo a comunidade servir como suporte complementar à eficaz socialização de cada jovem. (Kawachi, Kennedy, Wilkinson, 1999:719-731)

### 3.3. Os Gangues, a Delinquência Juvenil e o Território Urbano

Se recuarmos até às notas introdutórias deste capítulo verificamos a analogia existente entre a delinquência juvenil, o desenvolvimento de grupos delinquentes e a sua associação a determinados territórios. Desta forma, uma rede delinvente completa é formada pelo conjunto de relações diretas e indiretas de codelinquência existentes num

território delineado. Ao nível individual, a rede pessoal de um delinquente é o conjunto das relações diretas e indiretas de codelinquência por ele estabelecidas.

Se nos reportarmos à definição de gang, este é composto por um grupo de adolescentes, reconhecido interna e externamente enquanto tal e que, por regra, se dedica a uma atividade de índole delituoso que suscita a hostilidade da comunidade e das forças policiais locais. Internamente, o gang assume condutas opostas às pessoas ditas honestas da restante comunidade, potenciando a sua exclusão face à mesma. É através deste conflito entre gang e comunidade que se estrutura e reforça a distinção entre ambos.

### *3.3.1. Estrutura dos gangues*

Na sua forma estrutural, o gang é composto por adolescentes do sexo masculino, existindo igualmente alguns jovens adultos, estando a média de idades estabelecida entre os 18 e os 19 anos de idade. Dentro do gang existem pequenas equipas de pares, não sendo possível verificar a existência de um líder que se destaque e onde a capacidade de ação coletiva é muito reduzida. A frágil coesão dos gangues é alimentada pelo sofrimento e pela miséria que decorre do envolvimento criminal dos seus membros, por um esforço deliberado da parte destes para criarem uma unidade em torno de um símbolo de pertença e pela luta contra os outros gangues (Cusson, 2011).

### *3.3.2. Importância do território*

Quase todos os gangues têm uma base territorial associada, ocupando um sector fortemente delineado dentro da cidade, defendendo-o de possíveis intrusos e em especial, da entrada de outros gangues existentes. Assim, é totalmente possível afirmar que existe uma forte ligação entre a delinquência e o espaço urbano, já que os gangues, grupos de onde provém muita da violência urbana, fixam-se em territórios próprios, assumindo o controlo dos mesmos. Os gangues fixam-se essencialmente dentro das cidades ou na sua periferia, constituindo a problemática da violência em meio urbano.

A pertença a um gangue é flutuante e a dimensão do mesmo é muito variável, podendo ser composto por cinco ou várias centenas de elementos, sem que exista uma tendência central. Os gangues de Chicago viviam num constante estado de fluxo e refluxo, sendo que nos dias de hoje ainda persiste a mesma fluidez. Em termos de estrutura normativa, os gangues não estão bem definidos, sendo que as suas regras ou são inexistentes ou

pouco respeitadas e os seus membros não partilham entre si os mesmos objetivos, fazendo com que estejamos na presença de um quase grupo.

A atividade criminal desenvolvida pelos gangues tem um carácter versátil. Todavia, verifica-se que existe uma tendência para que os seus membros sejam mais violentos do que os delinquentes que atuam sozinhos, sem um grupo de pertença. Quando um jovem delinvente integra um gang começa a cometer mais crimes do que aqueles que cometia até então, sendo que quando deixa o grupo, volta a delinquir menos. A participação de um individuo num gang é suficiente para satisfazer as necessidades normais de reconhecimento, de pertença e de estatuto que os adolescentes têm e que dificilmente conseguem encontrar nas zonas urbanas socialmente mais desorganizadas. É por esta razão que os gangues se fixam em bairros anómicos e anónimos. Os gangues emergem nos interstícios da sociedade, num vazio institucional que permite a estes adolescentes escaparem ao projeto socializante do mundo adulto (in Cusson, 2011).

A delinquência juvenil é mais elevada nas cidades por força da desorganização do tecido social urbano. Os bairros onde o fenómeno se sente com mais intensidade são mal-afamados, recebem raras visitas das restantes classes sociais, e as forças policiais não sentem a sua presença como legítima, pelo que as regras de conduta afastam-se das que vigoram na restante sociedade, gerando-se regras próprias do território no qual estão fixados. A instabilidade e a insegurança ganham força, observando-se uma elevada erosão das bases tradicionais da sociedade e o aparecimento de novas necessidades emocionais e efetivas, o que gera, posteriormente, novos problemas sociais como a depressão, os suicídios, as desordens e os crimes. Os delinquentes, na sua maioria, vivem em zonas com elevada desorganização social (Born, 2005:59-63).

#### 3.4. Caracterização da delinquência juvenil em Portugal

Após analisarmos a delinquência juvenil na sua dimensão global, é momento de perceber de que forma este problema é cuidado na sociedade portuguesa. Assim, é possível começarmos por identificar que o fenómeno social da delinquência juvenil é um tema com fraca visibilidade nacional, existindo poucos estudos sobre a matéria em Portugal. No sentido de se afirmar a necessidade de nos preocuparmos com este tipo de comportamentos juvenis, o autor Pedro Moura Ferreira adianta-nos que a delinquência juvenil comporta todo o conjunto de respostas e de intervenções ao nível institucional e

legal relativamente a menores que se envolveram em infrações criminais ou que exibem comportamentos de risco, nomeadamente nos casos em que existiu grave negligência familiar ou naqueles em que as crianças ou jovens manifestaram comportamentos desviantes ou desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem. Ainda que estes comportamentos não possam ser constituídos enquanto infração criminal, remetem-nos para a realidade social que o conceito de delinquência juvenil procura descrever e caracterizar. (Ferreira, 1996:916)

A referência feita à grave negligência familiar que tantas vezes caracteriza o meio envolvente do jovem com comportamentos delinquentes, conduz-nos à necessidade de perceber que tipo de famílias estão associadas a este jovem. Se por um lado as famílias estruturadas e com excelentes redes de suporte podem também elas ter filhos com comportamentos desviantes, a verdade é que as famílias de origem destes jovens são na sua maioria desestruturadas, existindo elevados índices de negligência, sendo que para além das fracas estruturas de afeto, estas famílias não são contentoras e não têm elementos que proporcionem uma boa rede de suporte a estes jovens.

Sendo a família o primeiro agente de socialização das crianças, o papel que a primeira desempenha na vida das segundas é fundamental, mesmo que seja uma relação disfuncional. Assim, a influência da família pode ser preponderante na prevenção de comportamentos desviantes. A diminuição dos padrões de funcionamento familiar perturbados, da carência económica, da parentalidade precoce, dos elevados níveis de stress, dos défices de apoio social, da monoparentalidade e da violência conjugal, podem conduzir a uma diminuição dos comportamentos desviantes. (Benavente, 2002: 642). Quando a família já não se apresenta como uma alternativa contentora ao comportamento do jovem, outras instâncias legais atuam, por forma a modificar a situação. A atuação destas instâncias está regulamentada sob a forma de leis, que definem todos os procedimentos que devem ser levados a cabo pelas mesmas.

#### *3.4.1. Os primeiros passos na proteção social das crianças e jovens*

As primeiras leis nacionais que se dedicavam à proteção das crianças e jovens surgiram em 1911, pela Lei de Proteção à Infância, seguida da Organização Tutelar de Menores de 1962, revista em 1978. Esta última constituiu um marco inovador ao nível da política



de proteção à criança, na medida em que promove uma intervenção de carácter preventivo e faz sobressair o papel da família (Ferreira, 2011: 116).

A intervenção com crianças e jovens, em Portugal, foi durante muito tempo, uma intervenção de carácter protecionista, ou seja, o Estado detinha a responsabilidade de educar e tratar não só dos menores em risco, as vítimas de agressões, mas também daqueles que apresentavam condutas antissociais ou criminosas. Assim, os direitos fundamentais dos menores eram desvalorizados, não havendo espaço para a sua participação ativa no processo de mudança da situação em que se encontravam. Para além disto, este tipo de intervenção detinha uma única estratégia para trabalhar diferentes pessoas, isto é, neste modelo eram tratados de igual forma tanto a criança vítima como o seu infrator (Alves, 2007: 68).

Em 1962, os tribunais tutelares de menores detinham as competências necessárias para decretar medidas relativamente a menores com idades até aos 16 anos que eram sujeitos a maus-tratos ou que se encontrassem em situações de abandono e desamparo, que revelassem, através dos seus comportamentos, dificuldades graves de adaptação a uma vida social normal, que se entregassem à mendicidade, vadiagem, prostituição ou libertinagem, e que tenham cometido atos qualificados enquanto crime pela lei penal. De acordo com este documento legal, cabia ao Serviço Social investigar os antecedentes de cada menor, as suas condições familiares, profissionais, sociais e estimular os fatores idóneos que estes meios possam oferecer para que seja feita a reinserção social dos menores. As famílias seriam visitadas de forma periódica pelos técnicos de Serviço Social, que deveriam procurar conservar e fortalecer os laços, sentimentos e responsabilidades familiares, bem como cooperar na resolução das suas dificuldades (Ferreira, 2011:119).

Com a revisão da Lei de Menores em 1998, que ficou designada de “reforma do sistema de execução das penas e medidas”, deu-se a separação legal entre as crianças e jovens em risco das crianças e jovens infratores, sendo que as primeiras foram integradas no âmbito da intervenção social e as segundas no âmbito da intervenção judicial. Aqui surgem dois diplomas legais distintos nos seus meios de atuação: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP nº147/99 de 1 de Setembro) e a Lei Tutelar Educativa (LTE nº166/99 de 14 de Setembro).



### 3.4.2. *Referências quantitativas da Delinquência Juvenil em Portugal*

Posto o que ficou dito, importa conhecer os dados da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais acerca do cumprimento de medidas tutelares educativas, de carácter não institucional, em execução na comunidade. De acordo com o já mencionado na introdução, em Agosto do presente ano civil, a DGRSP tinha em execução 1.796 medidas tutelares educativas, o que perfaz um aumento de 688 casos de delinquência juvenil, face a 2010, cujo número de medidas em execução era de 1.108. Assim, segundo os dados da instituição, referentes a medidas em execução a 31 agosto de 2012, 1.403 jovens de todo o país estavam a cumprir medidas de carácter não institucional. Em relação à origem destes jovens, apenas os dados estatísticos de 2010 nos permitem perceber que, no distrito de Lisboa, 121 jovens cumpriam tarefas a favor da comunidade, e 250 estavam em acompanhamento educativo. No que diz respeito à tipologia de crimes, tanto os jovens em Centro Educativo como os que cumprem medida na comunidade, estão referenciados primordialmente por crimes contra o património e contra as pessoas, sendo que dentro dos primeiros, o roubo e o furto estão em primeiro lugar. Em Maio de 2012, estavam colocados em Centro Educativo 176 jovens por crimes contra o património, sendo que desse total 137 correspondiam ao crime de roubo. É de acrescentar que, de acordo com os dados correspondentes à origem dos jovens em Centro Educativo, a maioria dos processos são oriundos do Tribunal de Família e Menores de Lisboa e Sintra. Esta tendência tem-se verificado de forma continuada entre 2010 e 2012, sendo que em 2010, dos 219 jovens colocados em Centro Educativo, 76 jovens tinham sido enviados pelo TFM de Lisboa e 37 pelo TFM de Sintra. Em 2012, foram encaminhados 90 jovens pelo TFM de Lisboa e 52 pelo TFM de Sintra, mantendo-se os dois tribunais com o número mais elevado de casos. Salienta-se que os dados estatísticos da DGRSP respeitantes a medidas tutelares educativas de carácter não institucional são antigos pela não existência de recentes na página da internet, sendo que os dados mais recentes divulgados pela instituição correspondem apenas aos centros educativos. Foram solicitadas estatísticas mais recentes, mas não houve qualquer resposta da DGRSP.

Através do Relatório Anual de Segurança Interna de 2013, foi possível aceder a dados globais referentes à realidade do fenómeno da delinquência juvenil em Portugal. Assim, os dados relativos ao ano de 2012 apresentaram um ligeiro aumento da problemática,

quando comparados com o ano anterior. Foram registados, pela GNR e pela PSP, um total de 2.035 casos, representando um aumento de 57 ocorrências (+2,88%) face ao ano de 2011. Veja-se o quadro evolutivo:

<b>Dados GNR/PSP</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011/2012</b>	<b>Variação</b>
Delinquência Juvenil	3479	3880	1978	2035	57	+2,88%

Quadro 4: Dados GNR/PSP- Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2013

É necessário perceber o porquê desta tendência evolutiva do fenómeno no nosso país, se está ou não ligada ao aumento da fragilidade económica portuguesa. Note-se que foi a partir de 2010 que o nível de vida dos cidadãos nacionais começou a decrescer, podendo existir uma relação direta ou indireta entre ambos os indicadores. Essencialmente, é necessário estudar ainda mais esta problemática, definindo formas de atuação sobre a mesma, dado que quando estamos a fazer pesquisa de informação sobre a delinquência juvenil em Portugal, apercebemo-nos do quanto esta matéria está a ser pouco estudada pelos responsáveis pelo estudo científico dos fenómenos sociais. Para além disso, os nossos partidos políticos raramente colocam na agenda política esta problemática, pensando talvez que, através do afastamento do tema ele mais depressa desaparece. Quero com isto dizer que, estando nós perante um fenómeno com clara tendência evolutiva, e que temos todos de estar mais despertos para o mesmo no sentido de o atenuar e minorizar.

# **Paradigmas de Intervenção na Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Reparação através da Justiça e da Intervenção Social**

#### **4. Paradigmas de Intervenção na Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Reparação através da Justiça e da Intervenção Social**

Após ter-se explanado os contributos teóricos relacionados com a problemática da delinquência juvenil, importa agora perceber de que forma se tem vindo a atuar sobre a mesma, ou seja, que tipo de abordagens têm vindo a ser levadas a cabo pelos interventores sociais, políticos e judiciais no sentido de reparar e prevenir este tipo de comportamentos. Muitas questões se levantam no campo da intervenção com jovens delinquentes, uma vez que por um lado é defendida uma intervenção baseada na justiça da punição, outra na justiça da reparação e uma outra baseada na intervenção social exercida pelas instituições de primeira linha. Vejamos alguns tipos de intervenção que se pode levar a cabo quando nos deparamos com um caso de delinquência.

##### 4.1. Intervenção baseada na justiça

###### *4.1.1. Justiça Restaurativa*

A justiça restaurativa ou reintegrativa constitui, segundo Tony Marshall, um processo onde todas as partes ligadas de alguma forma a uma particular ofensa vêm discutir e resolver coletivamente as consequências práticas da mesma e as implicações para o futuro. É uma forma de justiça tendencialmente comunitária e, face à justiça oficial, esta intervenção comunitária permite alargar os horizontes da vítima e do agressor, ao criar-lhes uma melhor oportunidade de confissão, de arrependimento sincero, de perdão e reconciliação. A Justiça Restaurativa é constituída por princípios orientadores como sendo o voluntarismo, a consensualidade, a complementaridade, a confidencialidade, a celeridade, a economia de custos, a mediação e a disciplina. (Ferreira, 2006:24-29)

A justiça restaurativa revela outra forma de atender e resolver as situações de conflito, que derivam do modelo punitivo, valorizando o diálogo e dando oportunidade aos envolvidos para colaborarem e cooperarem entre si na reparação e atenuação dos danos, estando a vítima no eixo central do processo e no foco da ação. É possível acrescentar que a justiça restaurativa assenta no pressuposto de que todas as partes envolvidas devem ter uma oportunidade para se poderem expressar, dando voz aos sentimentos, e constituindo-se como uma voz ativa no processo que opõe essas mesmas partes.

O processo de fazer justiça, no âmbito da justiça restaurativa, pressupõe que o jovem delincente assuma a responsabilidade pelas suas ações, compreenda e aceite o impacto causado na vítima ou vítimas, participe de forma ativa na definição de ações reparadoras dos danos causados, e por fim que repare esses mesmos danos. Este processo é orientado por profissionais e assenta em princípios de intervenção social, o que implica o envolvimento dos pais ou dos representantes legais do menor em questão, salvo se a sua presença for contraproducente para a intervenção. A eficácia da medida está associada à possibilidade de reparar os danos diretamente à pessoa ou bem e na comunidade em que o dano foi causado.

As práticas restaurativas correspondem a três pontos: as conferências restaurativas, os círculos restaurativos e às perguntas restaurativas. No primeiro é necessária a presença de um mediador, cuja função é facilitar as trocas entre os indivíduos presentes, possibilitando um acordo, e contribuir para que todos tenham uma voz ativa no processo. No segundo, são círculos de pessoas (indivíduos ou representando um grupo ou comunidade) realizados em torno de um indivíduo ou de um representante de um grupo ou comunidade que ofendeu os outros ou que transgrediu uma regra social. O objetivo é dar oportunidade ao ofensor de se defender, apresentando os seus argumentos e ficando a conhecer os danos por ele causados. A vantagem dos círculos restaurativos é a possibilidade de todos falarem entre si, restabelecendo as relações sociais entre a comunidade e o infrator. É exigido ao transgressor que assuma a responsabilidade dos seus atos e exige-se aos lesados que sejam flexíveis, por forma a concederem uma outra oportunidade ao primeiro, mediante o cumprimento de um acordo realizado entre as partes. No fim de todo o processo, a comunidade sente que se fez justiça e o ofensor sente que detém a responsabilidade de saber aproveitar aquela nova oportunidade que lhe foi dada pela sua comunidade. Por último, as perguntas restaurativas traduzem-se na utilização de frases diferentes das que tendencialmente usamos, deixando de usar uma linguagem penalizadora e acusatória, para usar uma linguagem que promova o diálogo entre ambas as partes, sem que nenhuma se sinta ofendida e sem colocar demasiado a tónica do problema no indivíduo ofensor.

A própria Lei Tutelar Educativa refere a reparação do dano causado ao ofendido, o que por si só nos pode indicar que se começa a levantar o véu da mudança de paradigma dentro do sistema penal.

#### *4.1.2. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)*

A presente lei tem como objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, garantindo o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral. É neste contexto que surgem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que são entidades de segunda linha, com competência em matéria de infância e juventude, que só atuam nas situações em que as entidades de primeira linha esgotam os seus meios de intervenção. Este documento legal regula a intervenção social que é feita pelo Estado e da comunidade nas situações em que as crianças e os jovens se encontram em perigo. No âmbito da LPCJP, criança ou jovem é todo o sujeito com menos de 18 anos ou com menos de 21, nos casos em que é pedido um prolongamento do acompanhamento por parte das CPCJ. Com esta lei é concedida à criança ou ao jovem o uso próprio dos seus direitos, dando-lhe a oportunidade de participar nas decisões que a si dizem respeito. Todavia, esta pseudoliberalidade é tendencialmente falaciosa, já que apenas a partir dos 12 anos a criança tem poder sobre o decurso da intervenção por parte da CPCJ através da assinatura da Declaração de Não Oposição à intervenção. Até aí, a decisão sobre a sua vida é tomada pelos pais em colaboração com os técnicos.

Os princípios orientadores da LPCJP são o superior interesse da criança, a privacidade, a intervenção precoce, a intervenção mínima, a proporcionalidade e atualidade, a responsabilidade parental, a prevalência da família, a obrigatoriedade da informação, a audição obrigatória da criança, a participação e a subsidiariedade.

#### *4.1.3. Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro)*

Este documento legal aplica-se a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que tenham assumido comportamentos qualificados como crime pela lei apresentem necessidades de educação para o direito, passíveis de aplicação de uma medida tutelar educativa. Estas medidas podem ser aplicadas sob a forma de admoestação, privação do direito de conduzir ciclomotores, reparação ao ofendido, prestação de tarefas a favor da comunidade, a imposição de regras de conduta e outras obrigações, a frequência de programas formativos, acompanhamento educativo e internamento em centro educativo. As referidas medidas subdividem-se, desta forma e respetivamente, em medidas de caráter não institucional e de caráter institucional.

Ao nível da atuação em Serviço Social, a LTE apresenta um conjunto de procedimentos que pautam a intervenção no âmbito da ação social a desenvolver, como por exemplo a mediação, audição da criança e jovem, confiança nos mesmos, a constituição de um dossier individual para cada criança ou jovem e o seu respetivo acompanhamento educativo. As intervenções que são desenvolvidas no âmbito deste documento legal são de cariz público, sendo efetivadas pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Esta instituição está direcionada para a prevenção da criminalidade e para a reinserção social, estando a seu cargo a execução das medidas tutelares educativas que são aplicadas às crianças e jovens que praticaram atos qualificados como crimes pelo código penal. A lei define um conjunto de dispositivos dirigidos às crianças e jovens que se caracterizam da seguinte forma:

- ✓ Centro Educativo em regime Aberto, no qual a criança ou o jovem vivem, são educados no estabelecimento, frequentando no exterior as atividades escolares, educativas ou de formação, laborais, desportivas e tempos livres. Podem ser autorizados a sair sem acompanhamento e a passar férias ou fins-de-semana com os pais, estabelecendo uma convivência com o meio social exterior.
- ✓ Centro Educativo em regime Semiaberto, no qual a criança ou jovem vivem e são educados no interior do estabelecimento, e frequentam as atividades educativas e de tempos livres no estabelecimento. As saídas são acompanhadas por pessoal de intervenção educativa, mas podem ser autorizados a sair sem acompanhamento.
- ✓ Centro Educativo em regime Fechado, no qual a criança ou jovem vivem, são educados e frequentam atividades formativas e de tempos livres apenas no interior do estabelecimento. Só o tribunal pode autorizar, mediante proposta dos serviços de reinserção social, saídas sem acompanhamento por períodos limitados.

No que diz respeito a medidas de carácter não institucional, as mesmas são:

- ✓ Admoestação: que consiste na advertência do jovem pelo ato cometido, feita pelo juiz;
- ✓ Privação do direito de conduzir;

- ✓ **Reparação ao ofendido:** pode ser aplicada a um jovem numa das seguintes modalidades: apresentação de desculpas ao ofendido perante o juiz; compensação económica do ofendido pelo dano patrimonial que sofreu; e realização, em benefício do ofendido, de uma atividade que, de preferência, se ligue com o dano. Esta medida visa inculcar o sentido da responsabilidade e consciencializar o jovem para os prejuízos provocados pela sua conduta e dar-lhe a possibilidade de manifestar o seu arrependimento e/ou compensar o ofendido de acordo com as suas capacidades e disponibilidade. No caso de ser aplicada a modalidade de realização de uma atividade em benefício do ofendido, esta não pode exceder dois dias por semana e três horas por dia, tendo como limite máximo doze horas distribuídas até quatro semanas;
- ✓ **Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade:** combina objetivos pedagógicos, sancionatórios, reparadores e reintegradores, permitindo responsabilizar o jovem pelo facto cometido e pelas consequências dele resultante, favorecer a reintegração social do jovem, através da realização de uma atividade útil para a comunidade e envolver a comunidade, através da participação de Entidades Beneficiárias das Tarefas (EBT). As Tarefas a Favor da Comunidade consistem no exercício de atividades adequadas à idade e ao perfil do jovem, em benefício de entidade pública ou privada sem fins lucrativos (Entidades Beneficiárias das Tarefas - EBT). A duração máxima das atividades a exercer é de 60 horas, não podendo o seu exercício exceder 3 meses, nem ocupar mais de 2 dias por semana e 3 horas por dia;
- ✓ **Imposição de regras de conduta;**
- ✓ **Imposição de obrigações;**
- ✓ **Frequência de programas formativos;**
- ✓ **Acompanhamento educativo:** consiste na execução de um Projeto Educativo Pessoal (PEP) previamente elaborado pelos serviços de reinserção social com a participação do jovem e seus pais ou representante legal e homologado pelo tribunal. O tribunal pode impor ao jovem, sujeito a acompanhamento educativo, regras de conduta ou obrigações, bem como a frequência de programas formativos. Trata-se da mais gravosa das medidas não institucionais, sendo aquela que mais limita a autonomia. Através do Projeto Educativo Pessoal (PEP), e de acordo com as necessidades e recursos detetados no diagnóstico prévio à sua elaboração, definem-se estratégias de intervenção intensiva na vida



do jovem que permitam uma evolução positiva das suas competências pessoais e sociais relacionadas com a prática do facto ilícito praticado.

Assim, a intervenção da Lei Tutelar Educativa destina-se às situações em que o Estado detém legitimidade para educar a criança ou jovem, corrigindo o seu comportamento em relação às regras do sistema jurídico, garantindo igualmente o acesso aos seus direitos fundamentais e à liberdade de autodeterminação (Alves, 2007:68).

Os princípios orientadores da aplicação da LTE são a mínima intervenção, a contingência no cumprimento dos prazos e a humanização, salvaguardando o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens aos quais se aplica.

A par destes desenvolvimentos legais no âmbito da prevenção e atuação sobre a delinquência juvenil, também a intervenção de carácter não Estatal conheceu grande evolução a partir dos anos 80, com a criação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como de linhas telefónicas de apoio. A especialização das linhas de intervenção obriga a uma maior adequação das metodologias e da partilha de experiências, assim como o trabalho em parceria. Para finalizar, a resolução 40/33 da Assembleia Geral das Nações Unidas definiu as Regras de Beijing, que recomendam aos seus estados membros a promoção de políticas sociais que proporcionem bem-estar à criança e à sua família, e que criem condições que possam assegurar à criança e ao jovem uma vida saudável e integrada na sua comunidade de origem ou de residência.

#### 4.2. Intervenção baseada na atuação de instituições de primeira linha

##### *4.2.1. Intervenção Social com Grupos, com Comunidades e Intervenção Psicossocial*

A aplicação do projeto proposto neste trabalho de mestrado, implica igualmente o recurso a técnicas de desenvolvimento comunitário e de intervenção social com grupos, já que todos os programas a desenvolver estão direcionados para grupos de jovens cujo objetivo é serem reinseridos na sua comunidade de origem. Explanar as particularidades destas técnicas de intervenção torna-se premente, visto que são abordagens fundamentais para facilitar o processo de reinserção dos jovens, a par de todas as abordagens baseadas na aplicação dos diplomas legais.

No que diz respeito à intervenção social com os jovens em contexto de grupo, a mesma consiste em proporcionar novas experiências a cada elemento e ao grupo em si mesmo, através de programas e exercícios, de forma a promover a experimentação de situações de participação cooperativa, contrariamente a desempenhos competitivos e autodestrutivos; a estimular a descoberta e a otimização dos recursos do grupo e de cada um dos seus membros, permitindo a progressiva autonomização na resolução dos problemas identificados pelo diagnóstico; e ainda fomentar a aprendizagem relativamente à forma como deverão ultrapassar os conflitos, sem os evitar nem dirimir através de custos elevados, não os evitando mas enfrentando-os, resolvendo-os através de estratégias de negociação inteligente (Carmo, 2000:172).

Relativamente ao desenvolvimento comunitário, segundo Ander-Egg, este consiste numa técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, através da participação ativa e democrática da população no estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida. O conceito de desenvolvimento comunitário apresenta-se em quadro dimensões: o primeiro refere-se a uma dimensão doutrinária, dado que defende uma filosofia personalista; o segundo corresponde à dimensão teórica, pelos pré-requisitos de análise sociológica e económica a que obriga; o terceiro é a dimensão metodológica, pelos seus propósitos de mudança planeada; por último, uma dimensão prática, devidos às consequências que opera no terreno, não só pela implicação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento, como pela alteração das práticas profissionais a que obriga (Carmo, 2007:84-85).

Embora o presente trabalho de mestrado se concentre mais no uso das técnicas acima descritas, o mesmo assume, igualmente, uma dimensão de intervenção ao nível psicossocial, dado que não é possível conduzir o jovem à sua reinserção estruturada, sem o trabalharmos na sua individualidade. Assim, as técnicas de intervenção psicossocial revestem-se de especial importância, já que se caracterizam por serem métodos de trabalho que se dirigem aos problemas vividos por cada indivíduo no seu funcionamento social. São problemas de funcionamento social que afetam a vida interior de cada pessoa, influenciando a sua relação com o exterior. Desta forma, o objetivo central da intervenção psicossocial é resolver o problema existente mediante um processo de trabalho que procure desenvolver a capacidade individual para a

resolução desses problemas. No âmago da intervenção está o problema que conduziu o indivíduo a procurar ajuda e, mesmo sendo este o foco principal, é desenvolvido todo um trabalho em paralelo destinado desenvolver no mesmo uma capacidade de resolução de situações-problema que já existam ou que venham a existir (Silva, 2001: 19-25).

Independentemente da abordagem que se leve a cabo durante a intervenção com a problemática da delinquência juvenil, é fundamental que a mesma se revista de um carácter multidisciplinar e que consiga abarcar todas as áreas da vida do jovem. É preciso ir ao encontro daquilo que o jovem sente mais necessidade, tentando dissipar as lacunas existentes na sua vida. Os jovens carecem de voz ativa, sendo que muitas vezes, quando é dado poder de criatividade aos mesmos, são desenvolvidas boas práticas comunitárias. A intervenção na delinquência juvenil é necessária para reparar o dano causado e evitar que novos sejam causados, fazendo um trabalho com o jovem, deixando que seja ele próprio a reconhecer o que de errado fez e a trilhar, sob a supervisão técnica não sufocante, os seus próprios caminhos.

#### *4.2.2. A Política Social e os projetos de intervenção*

O projeto que neste trabalho está a ganhar forma, enquadra-se no mestrado em Política Social, o que significa que pode ser constituído, com a devida formulação, como uma proposta de política de intervenção e mudança na área social. Devemos, neste seguimento, tentar compreender melhor o que é isto da Política Social, ainda que neste trabalho abordemos o assunto de forma pouco aprofundada.

Antes de mais importa referir que, quando falamos em Política Social, referimo-nos à intervenção pública destinada à promoção e garantia do bem-estar e à intervenção do Estado na promoção e garantia dos direitos sociais, o que corresponde ao conceito de Estado-Providência. Neste contexto, a intervenção dirige-se à concretização dos direitos sociais e à atenuação das desigualdades existentes (Pereirinha, 2008:9-10).

Apesar da Política Social estar ligada ao Estado, devemos ter em atenção o que a torna singular dentro das Políticas Públicas. A primeira é entendida como uma área de atuação da segunda, mas com finalidades sociais, constituindo-se igualmente como uma disciplina científica, com método e objeto próprio, e sendo considerada como pertencente ao leque das ciências sociais. Quando falamos em Política Social estamos a referir-nos ao conjunto de atuações dirigidas à promoção do bem-estar social, que

constituem uma das opções inseridas na categoria das políticas públicas a serem empreendidas por cada Estado (Pereirinha, 2008:17-18).

A Política Social, enquanto estímulo para a criação de formas de intervenção, reveste-se de algumas finalidades, que mais uma vez a demarcam no campo das políticas públicas. Uma primeira finalidade é garantir o bem-estar, que se concretiza pela satisfação das necessidades existentes. Estas necessidades podem ter sido detetadas pelas demais entidades ou podem ser escondidas, pelo sentimento de vergonha que muitas pessoas sentem quando chega a altura de pedirem ajuda. Existem também necessidades que não são sentidas, mas que por razões de justiça social ou por apreciações da sociedade no seu conjunto, os decisores políticos decidem agir sobre elas. Esta atuação conduz-nos a necessidades de natureza normativa, que impõe aos indivíduos o seu cumprimento legal obrigatório, remetendo o conceito de necessidade para o campo da construção social, relativa à sociedade no seu todo (Pereirinha, 2008:20).

Outra finalidade da Política Social corresponde à concretização dos direitos que constituem a cidadania social, a par de outros direitos civis e políticos, característica do Estado-Providência. Ao garantir o bem-estar social estão a concretizar-se os direitos sociais fundamentais, potenciando o seu alargamento. A realização destes direitos obriga a sociedade a envolver-se num esforço conjunto. Uma vez que, na sua maioria, a não concretização destes direitos acontece devido à desorganização social existente, o coletivo deve comprometer-se a assumir a sua parte na responsabilidade pela concretização dos seus direitos sociais, encontrando, em conjunto, formas de garantir esse objetivo (Pereirinha, 2008:20-21).

Importa também salientar quais os objetivos que conduzem a atuação da Política Social: a redistribuição de recursos; a gestão de riscos sociais; e a promoção da inclusão social. No primeiro, existe a constante preocupação de garantir a equidade e a eficiência. No segundo, importa gerir os efeitos negativos de medidas implementadas, seja por consequência das necessidades sentidas, seja pelas não sentidas, isto porque, embora a sociedade confirme que necessita de uma determinada intervenção, nem todos serão unânimes entre si, o que pode gerar desconforto e produzir riscos. Estes riscos têm, na sua maioria, origem na desorganização social presente nos vários Estados. Por fim, no terceiro, pressupõe-se a plena concretização dos direitos sociais, sendo que o direito a ser e a sentir-se integrado na sociedade em que vive está aqui contemplado. Todavia,

toda a sociedade tem responsabilidade na criação de condições para que se dê esta integração. Os diferentes padrões de exclusão social existentes constituem-se como uma das grandes preocupações da Política Social, já que colocam em causa a já referida concretização de direitos. Devem ser então empreendidas medidas que visem a inclusão social, prevenido que o contrário aconteça (Pereirinha, 2008:21-24).

Para este trabalho em concreto, é de chamar a atenção para estas duas últimas questões, relacionadas com a gestão do risco e da inclusão social. Uma vez que se pretende que o projeto aqui em desenho se constitua como uma política social, o seu foco central será trabalhar a inclusão, na medida em que estamos a direcionar a intervenção para um segmento de população que se sente extremamente excluído da sociedade geral. Paralelamente, devem ser canalizados esforços para gerir todos os riscos inerentes, na medida em que estamos a dirigir-nos a jovens que assumiram comportamentos que vão contra ao que a sociedade, enquanto conjunto normativo de direitos sociais, aceita como positivo. A exclusão dá-se pela não-aceitação social dos comportamentos delinquentes, pois o que é esperado por todos é o integral cumprimento das normas vigentes. A gestão do risco também se refere, neste contexto, à prevenção de novos comportamentos.

Este projeto também pode ser encarado como uma política social categorial, que se caracteriza por ser uma política social de natureza transversal, abarcando várias dimensões dos direitos universais que encontramos num grupo populacional ou risco social específico e que obrigam, segundo as características que os constituem, a coordenar políticas sociais sectoriais que atuem sobre cada uma dessas dimensões. Os problemas sociais das sociedades pós-modernas revestem-se de uma elevada multidimensionalidade, que pode ser transversal a vários grupos populacionais, originando políticas sociais globais (Pereirinha, 2008:28).

Após o que ficou dito, são muitos os paradigmas que se revelam no contexto da Política Social e da situação atualmente vivida por todos. Assim, podemos pensar em questões como:

- ✓ Serão as Políticas Sociais uma verdadeira preocupação dentro dos grupos de elaboração de Políticas Públicas?
- ✓ A Política Social assume-se como uma ferramenta fundamental para a garantia de direitos sociais, sendo esta uma característica do Estado-Providência. Perante

os problemas económicos que vivemos, ainda podemos considerar que existe um Estado preocupado em providenciar o que expressa a Constituição Nacional como direito fundamental?

- ✓ A atuação no âmbito da Política Social visa a equidade entre as populações. Com a escassez de recursos, torna-se possível ainda concretizar este objetivo?
- ✓ De que forma toda a crise económica que estamos a vivenciar coloca em risco a formulação de Políticas Sociais que garantam que todos vivem de forma socialmente digna?

Embora não seja possível avançar com uma resposta objetiva para cada uma das questões levantadas, e mesmo sendo do conhecimento de todos os limites existentes relativos à intervenção social, importa que não deixemos de acreditar ser possível fazer intervenção com intenção de provocar mudança social. Cada um pode ser agente empreendedor, procurando ir ao encontro da satisfação das necessidades do outro. A Política Social deve ser encarada como um veículo de promoção de novas ideias e projetos, já que todos perseguem o mesmo objetivo: a concretização do bem-estar social geral.

#### *4.2.3. Exemplos de projetos de intervenção na Delinquência Juvenil*

O problema da delinquência juvenil não marca apenas o território português. Tal como foi possível verificar ao longo do ponto três deste trabalho, este fenómeno social marca várias cidades por todo o mundo, sejam estas mais ou menos desenvolvidas. É neste sentido que surgem programas de intervenção integrados, levados a cabo por trabalhadores sociais em parceria com as comunidades de origem e de residência destes jovens, no sentido de lhes proporcionar um crescimento sustentável, longe dos consumos, da violência e da associação em gangues. Os programas mais eficazes têm por base a compreensão, sendo contínuos no tempo, atuando incisivamente sobre os fatores de risco que fragilizam as famílias e as crianças desde os primeiros anos de vida. No sentido de evitar que estes riscos se venham a desenvolver, é necessário criar programas devidamente estruturados, assentes em (Assis, 2005:85-89):

- ✓ Intervenções na gravidez, primeira e segunda infância, precavendo situações de risco;
- ✓ Treino de competências parentais;

- ✓ Intervenções precoces com jovens infratores;
- ✓ Controlo da influência dos pares;
- ✓ Programas baseado no desenvolvimento das comunidades;
- ✓ Atenuação das disparidades económicas e sociais;
- ✓ Programas integrados que potenciem o interesse pelo trabalho, que demonstrem a importância da autoridade pública, que tenham por bases princípios de equidade e justiça social, e que consigam controlar a influência dos órgãos de comunicação social sobre os jovens, alertando para os perigos do consumismo.

Os pontos que foram mencionados não devem existir de forma isolada, devem antes constituir uma base sólida de intervenção, multifocal e interdisciplinar que possa abordar todos os sistemas do jovem, não tratando apenas a situação problema. Quando nos deparamos com um jovem, agente de delinquência juvenil, estamos perante um indivíduo que, na maioria dos casos, tem uma família, uma comunidade e um grupo de pertença. Cada um destes sistemas encerra em si dificuldades sociais que carecem de serem tratadas, sejam elas de carácter económico ou apenas emocional. A equipa que fica com o acompanhamento a este jovem deve centrar-se no mesmo e em todos estes universos, porque de outra forma corre-se o risco de o problema que originou o ato delinvente continuar a existir.

De acordo com o ponto 7.1.4.1 do Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre *A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia*, “a intervenção no âmbito da delinquência juvenil e da justiça de menores não se efetua apenas ao nível jurídico (em que os diferentes modelos e tradições jurídicas podem representar um obstáculo ao dito processo), devendo, pelo contrário, ser multidisciplinar e multi-institucional. Deve, assim, integrar diversos domínios do saber, tais como as ciências sociais e de comportamento, e diferentes instituições, autoridades e organizações (administrações públicas, regionais e locais, serviços sociais de diferentes âmbitos, aparelho policial e judicial, organizações sem fins lucrativos, empresas privadas através de projetos de responsabilidade social empresarial, associações de famílias, atores económicos e sociais, etc.), as quais atuam frequentemente de forma pouco coordenada.”

Também os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade), deixam expresso que a



intervenção neste campo deve integrar os sistemas da família, da escola e da comunidade, definindo orientações governamentais que permitam um desenvolvimento sustentável dos mesmos, em harmonia com o jovem. Institui-se, através deste documento, uma política fundada nas preocupações sociais, não deixando a descoberto as áreas mais suscetíveis de elevadas fragilidades.

Quando falamos em intervenção com jovens temos de ter em consideração toda a especificidade de que a mesma se reveste, tendo sempre em conta o enraizamento social, cultural e habitacional em que este cresceu e foi socializado. O jovem pertence a um determinado território, que lhe confere uma identidade e cultura próprias e cujos princípios foram apreendidos pela via da socialização familiar e dos pares. Se queremos envolver o jovem temos de envolver este padrão social, provocando mudança em ambos. É por isto que a intervenção com este segmento de população exige que se opte por modelos de gestão estratégica assentes na permanente retroação entre o desenvolvimento das dimensões psicossociais, escolares, lúdicas e familiares. Neste seguimento, constrói-se uma intervenção baseada no encorajamento dos jovens, no qual os mesmos se confrontam de forma ativa com a sua identidade pessoal e social, com a sua relação com as instituições, com os pais e outros adultos, revelando uma intervenção fortemente associada à necessidade de assegurar condições de acesso à cidadania, à inserção social e económica, agindo de forma antecipada sobre o conjunto de fatores que determinam as situações de exclusão social (Moura, 2003:34-35).

No sentido de exemplificar o que ficou acima explanado, veja-se em concreto alguns programas desenvolvidos noutros países, com o objetivo de atenuar a criminalidade nas camadas mais jovens.

✓ Farrington Risk Factors Prevention (Farrington, 2006)

Este projeto destinou-se ao desenvolvimento de treino de competências em jovens com personalidades mais fechadas e com elevados níveis de impulsividade. Treinou-se competências como a assertividade e a auto-resolução de problemas. A intervenção teve por base o role-play.

O treino de competências também foi aplicado nas famílias destes jovens, desenvolvendo competências parentais nas mesmas. Aqui a intervenção ganhava a



forma de visitas domiciliárias, acompanhamento psicossocial, reforço de comportamentos positivos e treino parental.

Para os dinamizadores deste projeto é fundamental fazer-se intervenção logo nos primeiros anos de vida, apostando numa prevenção primária. Além disto, também a escola deve ser envolvida, reforçando ainda mais a intervenção da equipa promotora. É defendido ainda que se devem criar equipas de controlo da criminalidade com técnicos sociais envolvidos, promovendo ainda mais uma intervenção social integrada, assim como se devem aplicar mais estudos sociais sobre a temática.

✓ Fresno County Five-Year Young

Neste projeto a visão era congregar o governo, a comunidade, as instituições e os residentes na prevenção da constituição de gangues juvenis. O objetivo era criar uma rede social ativa de parceiros e comunidades que conseguissem afastar os jovens da possível formação de grupos violentos ou de participarem nos mesmos, aumentando as suas possibilidades de terem um percurso de vida com condutas positivas.

O primeiro objetivo específico era construir a capacidade de existir de forma efetiva um mecanismo de prevenção de constituição de gangues, assim como programas de intervenção ligados à coesão comunitária e das vizinhanças. É premente aliviar o medo que as pessoas sentem destes grupos, afastar os membros dos bairros dos mesmos e reduzir a criminalidade violenta por eles praticada. O segundo objetivo específico pretendia desenvolver atividades para a população de risco e para os já membros dos gangues, nas idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos, para que participassem pelo menos em uma atividade anual que promovesse o autocontrolo e o sentido de comunidade. O terceiro objetivo específico procurava estabelecer um processo de análise de dados e pesquisas que mantivesse o conselho de supervisores, os comités e as equipas de intervenção conscientes das tendências da formação de gangues e de quais os mecanismos para evitar que isso aconteça, programando atividades de carácter longitudinal. O quarto objetivo específico correspondia ao desenvolvimento de um processo de colaboração coordenada e de inclusão comunitária, no sentido de avaliar o impacto da atividade dos gangues por todo o país. Por fim, o quinto objetivo específico dizia respeito ao desenvolvimento de estratégias de financiamento sustentável para a possível concretização de todo este plano de intervenção.

✓ Greenwood Juvenil Offenders Intervention (Greenwood, 2008)

Este programa de intervenção na delinquência juvenil defende uma intervenção primária e outra secundária. Na intervenção primária devem ser desenvolvidos planos que ajudem os jovens a privarem-se de assumir comportamentos como fumar, consumir drogas e engravidar na fase da adolescência. Na intervenção secundária, deve apostar-se em planos de prevenção da delinquência que se dirijam a jovens residentes em bairros desfavorecidos, que estejam sujeitos a situações de violência em casa e na escola.

Apresentam-nos, desta forma, o Projeto STATUS, um programa escolar para o desenvolvimento das boas relações escolares entre alunos mais velhos e mais novos, reduzindo a violência e o abandono escolar. Após ser avaliada a implementação deste programa, registou-se uma diminuição do uso de drogas, de comportamentos delinquentes e da pressão social em meio escolar.

Importa igualmente fazer referência ao Programa Escolhas, na medida em que assume um papel preponderante na intervenção com crianças e jovens em contexto comunitário. Embora tenham um enfoque mais sobre a problemática do absentismo e abandono escolar, ambos os vetores são potenciadores de fenómenos de delinquência, pelo que através da atuação técnica sobre os mesmos, poderemos reduzir o número de jovens envolvidos nas teias do crime.

O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP). A sua missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Atualmente na sua 5ª geração, em vigor até 31 de dezembro de 2015, o Programa Escolhas mantém protocolos com 110 projetos locais de inclusão social em comunidades vulneráveis, podendo financiar mais 30. No verão de 2013 decorreu o Comboio do Escolhas, uma iniciativa levada a cabo pelo Programa Escolhas, com a participação de todos os projetos ativos no país. Cada projeto encaminhou os jovens que foram previamente selecionados, através de um concurso nacional, para uma aventura turística e cultural, nas várias cidades do nosso país. Este tipo de atividade permite ao

jovem o convívio e o diálogo intercultural, vetores que potenciam o seu crescimento integrado enquanto pessoa.

Foi criado em 2001, e nesta primeira fase de implementação, foi um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Durante este período, que decorreu entre Janeiro de 2001 e Dezembro de 2003, implementou 50 projetos, e abrangeu 6.712 destinatários. O Programa Escolhas é assim reconhecido como uma das políticas públicas mais eficazes e eficientes na promoção da inclusão social de crianças e jovens em risco, nomeadamente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Ainda que tenha perdido a sua génese inicial, ao trabalhar estas problemáticas, o programa está a ir ao encontro das necessidades reveladas pelos jovens autores de atos delinquentes.

Apesar do problema da delinquência juvenil assumir diferentes contornos conforme os países e cidades onde se desenvolve, existem padrões comuns, como sendo os fatores de risco e os sistemas em que estão integrados. Assim, estes programas podem ser adaptados em qualquer comunidade no sentido de se acautelar o crescimento do fenómeno. O projeto proposto neste trabalho de mestrado pretende isto mesmo, lançar para o plano social mais uma ferramenta, no sentido de trabalhar os jovens delinquentes, as suas famílias e as suas comunidades, proporcionando um crescimento equilibrado e sustentável dos três sistemas.

# **Apresentação do Projeto de Intervenção com Jovens Delinquentes dos 12 aos 16 anos, na Freguesia de Rio de Mouro**

## **5. Apresentação do Projeto de Intervenção com Jovens Delinquentes dos 12 aos 16 anos, na Freguesia de Rio de Mouro**

Os projetos sociais, devidamente estruturados e aplicados, revestem-se de elevada importância pelo valor que produzem junto das populações a que se destinam. Quando colocados à disposição do outro, são um exercício de cidadania, pois envolvem os indivíduos para além daquela que é a sua vida quotidiana, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos, assim como os despertam para o seu papel na sociedade. Quando criamos um projeto social pretendemos mudar uma determinada realidade, criando mecanismos de como agir sobre ela.

Antes de desenvolvermos os mecanismos que provocam a mudança pretendida é necessário estudar a realidade sobre a qual pretendemos agir, recolhendo os dados relativos à problemática que se quer tratar, procurando conhecer melhor a rede social já existente e a comunidade em geral.

### **5.1. Diagnóstico**

Através da recolha de dados estatísticos e da realização de entrevistas às entidades existentes em Rio de Mouro ou que acompanham os jovens da freguesia, foi possível traçar um diagnóstico da realidade social vivida nesta comunidade. Primeiramente, apresentar-se-á dados relativos à população geral, residente na freguesia. Seguidamente, caracterizar-se-á os jovens destinatários do projeto.

#### *5.1.1. Caracterização do Concelho de Sintra e da Freguesia de Rio de Mouro*

A partir da consulta da página eletrónica do INE, foi possível aceder aos dados recolhidos nos Censos de 2011. Deste documento extraiu-se os dados relevantes referentes à população da freguesia de Rio de Mouro e do Concelho de Sintra. Uma vez que seria exaustivo caracterizar todo o conselho, é importante apenas contextualizar que este insere-se no distrito de Lisboa; à data da recolha dos dados era constituído por 377.837 mil habitantes; e divide-se, atualmente, em 20 freguesias, sendo Rio de Mouro uma delas.

De uma forma sistematizada, veja-se a caracterização da freguesia em análise:

<b>Freguesia de Rio de Mouro segundo os Censos de 2011</b>	
<b>População residente (total)</b>	47.311 Habitantes
<b>Famílias residentes</b>	Famílias: 17.561 Núcleos familiares: 14.277
<b>Alojamentos familiares</b>	21.993
<b>População (idades relativas ao segmento etário em estudo)</b>	0-14 anos: 8.987 15-24 anos: 5.813
<b>Escolaridade</b>	Sem grau de ensino: 3.509 Pré-escolar: 1.287 1º Ciclo: 9.740 2º Ciclo: 4.551 3º Ciclo: 9.292 Secundário: 11.372 Pós-secundário: 574 Ensino Superior: 6.986 Taxa de analfabetismo: 2,03%
<b>População economicamente ativa</b>	25.393
<b>População desempregada</b>	3.637 – 14,32%

Quadro 5: Freguesia de Rio de Mouro segundo os Censos de 2011 - Fonte dos dados: Censos 2011, INE

A freguesia de Rio de Mouro é a segunda mais habitada do Concelho de Sintra, constituindo-se como um aglomerado urbano que serve, na sua maioria, como dormitório para aqueles que exercem a sua atividade profissional fora do local. É uma freguesia extensa em termos de território, agregando em si diversas localidades como a Rinchoa, Serra de Minas, Mercês, Paiões, Francos, Casais de Mem Martins, Covas, Alto Forte, Serradas, Rio de Mouro (estação), Albarraque, Asfamil/Serra das Ligeiras, Vale Mourão, Varge Mondar, Cabra Figa, Casal Marmelo e Bairro da Tabaqueira. Embora existam todas estas localidades, é de referir que diferem muito entre si no que diz respeito à população residente, na medida em que existem locais mais habitados,

estando os residentes mais centralizados nos locais constituídos por mais serviços e transportes, como sendo, Rinchoa, Rio de Mouro (estação), Serra das Minas, Mercês, Alto do Forte e Casais de Mem Martins.

Em traços gerais, no que diz respeito aos dados apresentados, é de salientar que, embora não seja possível afirmar que a população que habita a freguesia seja maioritariamente jovem, existe um número considerável de adolescentes e jovens, o que favorece o desenvolvimento de práticas sociais sustentadas que possam fazer o acompanhamento do crescimento dos mesmos, tanto ao nível pessoal, como escolar e familiar. Dado que ainda existe muita população com fracas habilitações literárias, os projetos a desenvolver na freguesia devem ter esta questão em vista, precavendo o abandono escolar. De momento está em ação um projeto relacionado com esta problemática do abandono e do absentismo escolar, financiado pelo Programa Escolhas, denominado de “Orientate”. Infelizmente, e por decisão da direção do mesmo, não foi possível entrevistar a equipa técnica deste projeto, referindo como motivo não terem população jovem com percurso delinvente em contexto tutelar educativo. Por último, é de salientar os valores da taxa de desemprego na freguesia, que atingem percentagens merecedoras da atenção dos técnicos que atuam no local. É, neste seguimento, necessário acompanhar a população na procura de emprego ou até na criação própria do mesmo, assim como é premente que se criem nos jovens competências académicas e profissionais no sentido de lhes facilitar a introdução futura no mercado de trabalho.

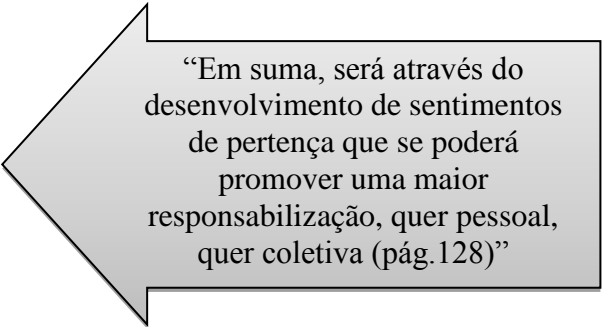
No que diz respeito a serviços, a freguesia concentra dentro de si vários equipamentos destinados ao trabalho com crianças, jovens e famílias, como sendo: creches, jardim-de-infância, escolas de 1º, 2º e 3º ciclo, escolas secundárias, estabelecimentos de ensino profissional (ex. Aldeia de Santa Isabel, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa); o banco alimentar do Centro Social e Paroquial de Rio de Mouro; o apoio psicossocial das técnicas da Junta de Freguesia; os projetos do Programa Escolhas – “Escolhas Saudáveis” e “Orientate”; associações como a AFAPS, a Associação Promotora da Criança, a Dínamo e a Associação Juvenil “A Ponte”; assim como clubes recreativos e desportivos, que proporcionam a aprendizagem de danças tradicionais e manuseamento de instrumentos musicais, e ainda a oportunidade de frequentar práticas desportivas. Embora todas estas instituições constituam um forte benefício para os jovens no que diz respeito a ocupações de tempos livres, alguns poderão ter dificuldade em integrar as

mesmas, pois carecem de pagamentos que nem sempre estão ao alcance da nossa população-alvo. Aquilo que é possível perceber quando estamos na rua, perto destes jovens, é que os mesmos se fixam perto de zonas comerciais, ou parques infantis. Um dos locais que frequentam é a Ludoteca, mas também este espaço poderá ser pouco adequado, sendo que se dirige a uma faixa etária mais nova. Assim, é possível também afirmar que é preciso apostar em atividades adequadas à nossa população e de livre acesso e participação, potenciando a integração social na comunidade.

Para consolidar o diagnóstico do município de Sintra, é igualmente premente reportar ao que se encontra registado no relatório da Rede Social do concelho. O documento disponível foi emitido em 2004, pelo que os dados são pouco atuais. De qualquer forma, apresenta-nos vários dados significativos para este trabalho.<sup>2</sup>

Primeiramente, é de referir o peso percentual das associações/cooperativas do município e qual o papel do associativismo. Estas percentagens correspondem ao conjunto de todas as associações/cooperativas que constituem o Conselho de Sintra. Assim, cada item refere-se ao peso percentual destas últimas, por categoria, dentro do Município:

- ✓ Habitação e urbanismo: 15%
- ✓ Cultura, desporto e recreio: 22%
- ✓ Educação: 13%
- ✓ Apoio social: 34%
- ✓ Saúde e proteção civil: 4%
- ✓ Outras: 12%



“Em suma, será através do desenvolvimento de sentimentos de pertença que se poderá promover uma maior responsabilização, quer pessoal, quer coletiva (pág.128)”

Em determinadas freguesias, como Rio de Mouro, o associativismo é muito menor, predominando a vivência em sistema de dormitório. Esta questão poderá constituir-se como uma explicação para os problemas sociais que aqui se vivem, por força da inexistência de melhores dinâmicas sociais locais. Há proximidade física, mas não social. Nas localidades mais rurais existem formas mais íntimas de socialização. A criação de sentimentos de pertença pode reduzir a incidência de problemas sociais nestes locais mais urbanos.

---

<sup>2</sup> Os dados que serão apresentados correspondem ao Relatório da Rede Social de Sintra de 2004, na medida em que o de 2013 ainda está a ser elaborado, não me tendo sido concedido o acesso aos dados do mesmo quando o solicitei. O documento aqui analisado está disponível em suporte digital no endereço de internet da Câmara Municipal de Sintra.



No presente relatório, são também identificadas várias vulnerabilidades sociais presentes no concelho em geral, veja-se quais:

- ✓ Nas dinâmicas das atividades económicas, do emprego e do desemprego;
- ✓ Na cobertura de serviços e equipamentos;
- ✓ Grupos de maior vulnerabilidade.

É nos grupos de maior vulnerabilidade que os autores do referido relatório introduzem as suas preocupações sociais face à problemática da delinquência juvenil no concelho. Referem que em 2001, e reportando-se a dados recolhidos nos Censos desse mesmo ano, foram registados 169 casos de delinquência em jovens dos 12 aos 16 anos. As freguesias onde se detetam mais casos relacionados com a problemática são: Queluz, Monte Abraão, Massamá (as três representam 30% dos casos), Rio de Mouro, Algueirão e Mem-Martins (as duas representam 28% dos casos).

Descrevem a problemática como estando a registar um aumento significativo no intervalo de idades entre os 12 e os 16 anos. Estes jovens assumem comportamentos agressivos, violentos, utilizam com frequência armas brancas, efetuam furtos, roubos, e são precoces no início do ser percurso desviante. É comum formarem bandos ou grupos e é nesse formato que executam os atos delinquentes, ainda que os jovens que se associam entre si estejam revestidos de diferentes características étnicas e culturais. Salientam também que os grupos femininos estão a ganhar expressão neste tipo de comportamentos desviantes.

Os autores acrescentam que 95 a 98% dos jovens que praticam atos delinquentes têm origem africana, constituindo-se assim como um grupo de risco e alvo de maior número de denúncias às autoridades competentes.

Para o município, estes comportamentos têm consequência gravosas relacionadas com o descrédito na justiça e demais instituições, aumento generalizado dos sentimentos de insegurança e uma ameaça à coesão e paz social. “No Concelho de Sintra, a intervenção nesta problemática está fortemente condicionada pela escassez de recursos humanos e materiais, pela deficiente articulação interinstitucional, pela insuficiência de formação teórica, técnica e/ou jurídica específica dos vários intervenientes nesta área e pela quase inexistência de projetos de intervenção vocacionados para a educação para o direito e para a inserção destes jovens de forma digna e responsável na vida em comunidade.

Estes condicionalismos constituem-se como fatores que retroalimentam a proliferação do fenómeno” (Diagnóstico Social da Rede Social de Sintra, pág. 158).

“Do exposto, resulta a convicção quanto à premente necessidade de ser implementado, a nível concelhio, um dispositivo de ação-investigação, quer através da mobilização para este processo de projetos em curso (Programa Escolhas, Observatórios Sociais Locais, etc.), quer através da implementação de projetos específicos que contemplem algumas medidas presentes na LTE. Este dispositivo de ação-investigação deveria facilitar o conhecimento da(s) problemática(s) da delinquência juvenil, no Concelho, a vários níveis: - ao nível do fenómeno – sua incidência, evolução, flutuações e processos de formação; ao nível dos agentes – suas características biopsicossociais, suas trajetórias desviantes (condições que as precedem, início, desenvolvimento e enraizamento); - ao nível dos delitos – tipologia, intensidade, gravidade, precocidade, formas de cometimento e territórios privilegiados de ocorrência; - ao nível da reação social – da população em geral, das vítimas e das instâncias formais e informais de controlo social, bem como as suas formas de manifestação; ao nível da eficácia da intervenção – quanto à aplicação da LTE e quanto aos efeitos das medidas aplicadas e dos projetos e programas em curso. O referido dispositivo deveria, ainda, facilitar a criação e troca de conhecimento advindo do saber-fazer dos diferentes projetos em curso e dos vários serviços e entidades (instâncias de controle formal e informal) que intervêm na área da infância e adolescência, em geral, e junto das crianças em perigo e jovens com problemas de comportamento, em particular; e a criação de novas modalidades de resposta, flexíveis e de intervenção em rede, ancoradas em bases teóricas e programáticas sólidas e na monitorização local e sistemática dos fenómenos” (Diagnóstico Social da Rede Social de Sintra, pág. 158-159).

Neste documento constam igualmente as potencialidades do concelho, que estão relacionadas com:

- ✓ Importante território cultural e paisagístico;
- ✓ Diversidade socio-territorial;
- ✓ Boa cobertura das redes de infraestruturas;
- ✓ Proximidade à capital e acessibilidades;
- ✓ Baía de emprego considerável e diversificada;
- ✓ Associativismo e espírito de voluntariado;

- ✓ Possibilidade de incremento da solidariedade entre gerações;
- ✓ Presença de um corpo técnico significativo em setores-chave para o desenvolvimento social;
- ✓ Forte presença de imigrantes;
- ✓ Projeto Rede Social.

Numa união entre as fragilidades detetadas e as potencialidades existentes, os autores deste diagnóstico estabelecem linhas prioritárias de intervenção, onde a problemática da delinquência juvenil será incluída. Essas linhas são:

- ✓ Melhorar a qualificação da população e das organizações;
- ✓ Aumentar e melhorar os equipamentos e serviços;
- ✓ Potenciar os recursos endógenos;
- ✓ Apostar em ações capazes de produzir efeitos multiplicadores;
- ✓ Explorar possibilidades de articulação/integração com medidas de âmbito regional e nacional;
- ✓ Trabalhar as problemáticas relacionadas com famílias disfuncionais, isolamento da população idosa, toxicodependência, comportamentos desviantes e/ou ilícitos de crianças e adolescentes, segurança e sentimentos de insegurança.

Ao analisarmos a relevância dada à problemática pelos autores deste relatório e tendo sempre em conta que esta é uma das linhas de intervenção prioritárias, podemos afirmar que existe uma predisposição para o município aceitar que este projeto seja implementado, sendo que também é referido neste documento que no âmbito do combate à delinquência juvenil são necessárias mais iniciativas ligadas à investigação-ação.

### *5.1.2. Caracterização da População-Alvo*

O projeto de Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes, apresentado neste mestrado sob forma de trabalho final, destina-se aos jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que tenham assumido um comportamento delinvente e que, nessa sequência, tenham sido alvo do cumprimento de medida tutelar educativa, residentes na freguesia de Rio de Mouro do Conselho de Sintra. Salienta-se que os destinatários são oriundos de todas as localidades que constituem a freguesia, independentemente da localização do espaço físico do projeto. Embora não seja possível

avançar um número exato de quantos jovens residem em Rio de Mouro neste intervalo de idades, é de referir que entre na freguesia habitam 14.800 crianças/jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos, de acordo com os dados compilados no quadro do ponto anterior. É um intervalo muito extenso de idades, mas é o total que nos aproxima mais da quantidade real de jovens residentes com idades entre os 12 e os 16. Se analisarmos a implementação do projeto de acordo com este grande intervalo de idades, podemos declinar na possibilidade de se trabalhar a prevenção precoce e de se reparar/prevenir comportamentos nos que estão acima dos 16 anos. A população-alvo deste projeto deve ter idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, ainda assim, estes jovens podem ser um forte mecanismo de divulgação de atitudes e práticas positivas influenciadoras dos mais novos e captadoras dos mais velhos, podendo eles mesmos serem instrumentos de mudança social para os outros.

De acordo com o que havia sido definido na metodologia para este trabalho de projeto, para que seja possível adequar este último à realidade concreta e construir um bom diagnóstico, é premente que sejam aplicadas entrevistas semiestruturadas às instituições que desenvolvem funções na área da juventude, trabalhando de forma direta e indireta a problemática da delinquência juvenil. Através da realização destas entrevistas, foi possível perceber qual o ponto de situação da problemática na freguesia de Rio de Mouro, assim como quantos jovens foram sinalizados por este tipo de comportamento. Foram entrevistados profissionais da DGRSP-Equipa Penal 2 de Sintra, do Gabinete de Ação Social do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, do Juízo de Família e Menores de Sintra, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental e a Divisão de Sintra da PSP. Apenas se entrevistou as entidades que desenvolvem intervenção com os jovens de Rio de Mouro, dado que é neste local que incide este projeto, não abrangendo as demais instituições que constituem o conselho. De forma sistematizada, os resultados obtidos foram os seguintes:

- ✓ Caracterização genérica dos resultados obtidos em cada uma das entrevistas realizadas<sup>3</sup>:

---

<sup>3</sup>Para consultar o guião de entrevista e as respostas fornecidas em cada pergunta por cada uma das entidades entrevistadas, ver apêndices de 1 a 7.

<b>Entrevistas realizadas a entidades que se ocupam da problemática:</b>	
<b>Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais</b>	A problemática da delinquência juvenil tem vindo a conhecer grandes oscilações ao longo dos anos. A intervenção baseia-se apenas na aplicação da Lei Tutelar Educativa. No final de Janeiro tinham 31 jovens de Rio de Mouro a cumprir medida tutelar educativa de carácter não institucional. Medidas tutelares educativas mais frequentes: tarefas a favor da comunidade e acompanhamento educativo.
<b>Equipa de Ação Social Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro</b>	Percecionam a problemática como estando a aumentar, principalmente pela via dos consumos de substâncias ilícitas. A intervenção baseia-se na articulação com outras entidades e na aplicação de procedimentos internos controladores do consumo de drogas. Têm uma média de 45 jovens em situação tutelar educativa (final de Fevereiro).
<b>Junta de Freguesia de Rio de Mouro</b>	Problemática crescente na freguesia. Apenas articulam com as outras entidades, como a DGRSP de Sintra, recebendo os jovens em cumprimento de medida na comunidade. Em Fevereiro, data da entrevista, não tinham jovens a fazer tarefas na freguesia.
<b>Comandante da Divisão da PSP de Sintra</b>	É uma problemática com contornos sérios e que carecer de intervenção, principalmente ao nível da ocupação dos tempos livres dos jovens. Fazem apenas o registo das ocorrências e encaminham para as instâncias tutelares educativas. Não lhes é possível afirmar o número de ocorrências, dado que são todas contabilizadas em conjuntos com a criminalidade adulta.
<b>Magistrado do Juízo de Família e Menores de Sintra</b>	Problemática com elevado nível de preocupação, principalmente na parte mais urbanizada. Elevado número de casos. Apenas se ocupam das questões legais de cada processo. As medidas mais comuns são as tarefas a favor da comunidade, o acompanhamento educativo e o internamento em Centro Educativo.
<b>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Sintra Ocidental</b>	É uma problemática preocupante, cujos comportamentos tendem a agravar-se. Não se pode dizer que existam mais casos agora, mas as sinalizações quando chegam aos serviços já têm situações muito graves e complexas. Tem 50 jovens em acompanhamento com percurso tutelar educativo. Os rapazes apresentam hábitos mais ligados ao consumo de substâncias ilícitas, tráfico, fugas e agressões. As raparigas estão mais associadas a roubos e furtos.

Quadro 6: Resultado das Entrevistas parte 1

- ✓ Caracterização dos recursos existentes e da opinião sobre o projeto aqui em desenho, segundo as mesmas entrevistas.<sup>4</sup>

<b>Recursos em Rio de Mouro para acompanhamento dos jovens em situação de cumprimento de medida tutelar educativa (de acordo com o avançado em cada entrevista)</b>	<b>Opinião das entidades relativa ao projeto em desenho neste trabalho de mestrado</b>
<u>DGRSP</u> : Projeto do Programa Escolhas “Orientá-te”. Salientam a dificuldade de inserir jovens em instituições locais para o cumprimento da medida de tarefas a favor da comunidade.	<u>DGRSP</u> : É um projeto pertinente. Enquanto técnica gostava de ver desenvolvido um espaço físico onde existisse uma equipa habilitada a intervir com o jovem nas suas demais vertentes sociais e humanas
<u>Escola</u> : Não existem respostas suficientemente integradas para trabalhar a temática da delinquência juvenil. Os recursos existentes dão outro tipo de resposta.	<u>Escola</u> : Projeto pertinente, mas que deve ter um forte diagnóstico sobre o local. Devem ser criados projetos que desenvolvam novas respostas sociais e comunitárias.
<u>Junta de Freguesia</u> : Projetos do Programa Escolhas – “Orientá-te” e “Escolhas Saudáveis”.	<u>Junta de Freguesia</u> : É um projeto viável, mas os recursos existentes já trabalham a problemática com vista à diminuição da mesma.
<u>Comandante PSP</u> : Não existe nenhuma resposta local que se dedique ao tratamento integrado desta problemática.	<u>Comandante PSP</u> : Projeto viável pois não existem outros recursos. Este deve igualmente ocupar-se da intervenção junto das famílias e do grupo de pares dos jovens, sendo também essencial ocupar os seus tempos livres.
<u>CPCJ</u> : Não existem respostas suficientemente integradas que possam fazer trabalho comunitário preventivo do fenómeno.	<u>CPCJ</u> : Este tipo de resposta já existe, por parte dos projetos do Programa Escolhas na freguesia. Faz falta uma equipa de vários profissionais que façam treino de competências, trabalhando a agressividade nos jovens têm e que os leva a ter estes comportamentos.

Quadro 7: Resultado das Entrevistas parte 2

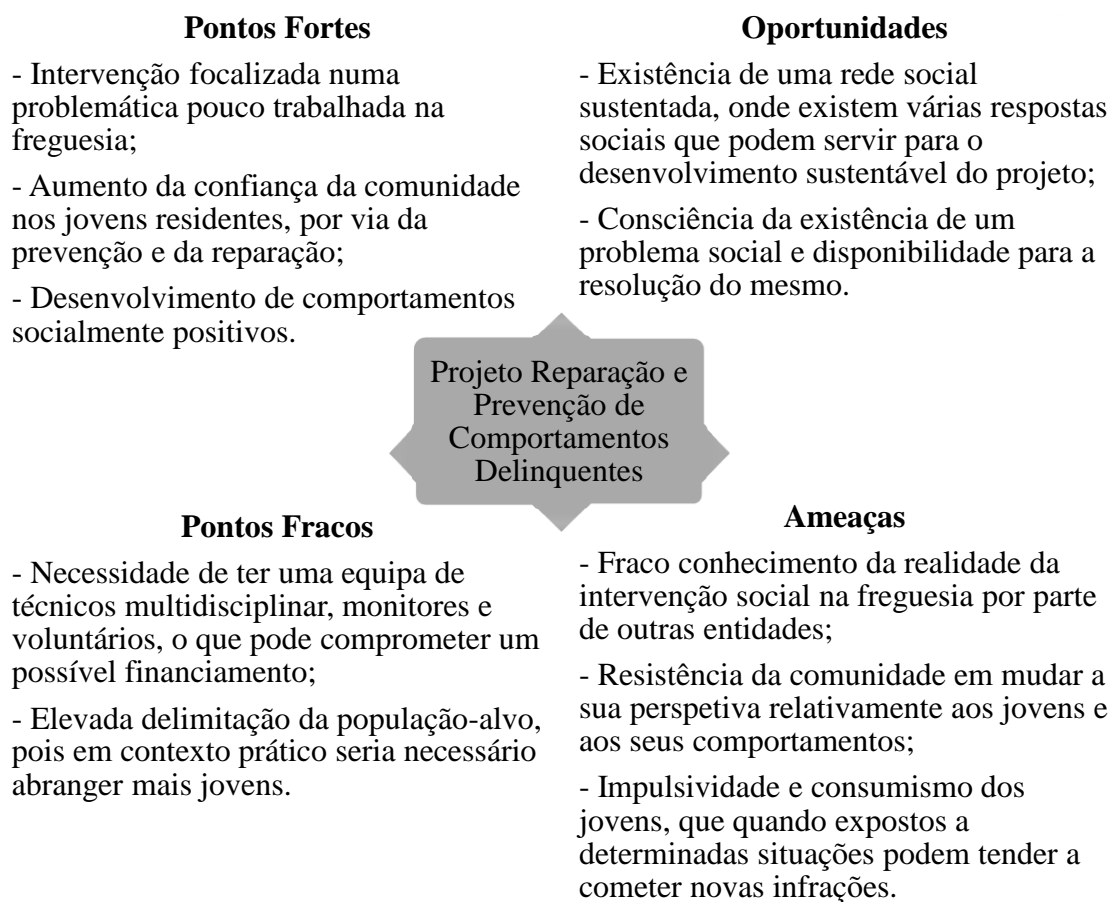
Existem mais instituições relacionadas com a intervenção social em Rio de Mouro, como sendo os já mencionados projetos do Programa Escolhas, a Associação Juvenil “A Ponte” e a Associação Cultural Dínamo. Todavia, não foi possível realizar entrevistas com estas entidades, no caso das associações por não desempenharem funções com jovens com comportamentos delinquentes, e no caso dos projetos por terem negado o

<sup>4</sup> Neste quadro não constam as respostas do Magistrado do Juízo de Família e Menores de Sintra a estes pontos da entrevista, uma vez que o mesmo referiu não ser detentor de dados devidamente estruturados para emitir uma opinião formada sobre estas questões.

pedido. É de acrescentar que, embora existam várias instituições na freguesia que tenham competência na intervenção com jovens, a mesma não está totalmente direcionada para a problemática da delinquência juvenil. Os projetos do Programa Escolhas seguem outra linha de orientação, que também previne o fenómeno mas não atua especificamente sobre ele, procurando a sua resolução. Este projeto surge como uma resposta muito direcionada e totalmente focada na referida problemática social.

### 5.1.3. Análise SWOT

No seguimento da análise feita às entrevistas aplicadas, importa sistematizar a informação com base naquilo que são os pontos fortes e fracos do projeto aqui apresentado, e que oportunidades e ameaças podem vir da comunidade e das instituições para dentro da própria dinamização da intervenção aqui desenhada. Esta sistematização pode ser feita por via da elaboração de uma análise SWOT, como sugere o esquema em baixo:



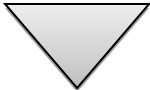
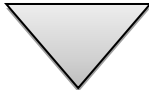
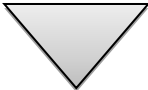
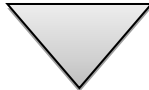
Quadro 8: Análise SWOT



#### 5.1.4. Análise do Risco

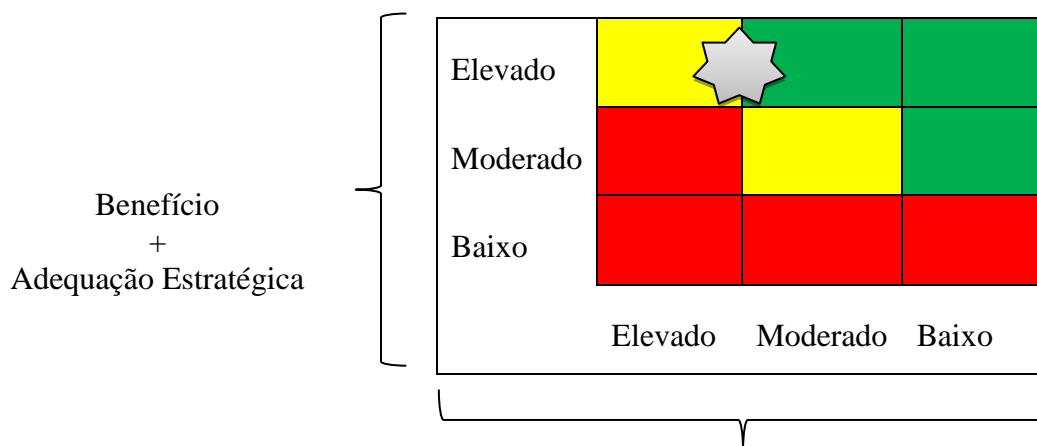
Para podermos atingir o sucesso da intervenção, devemos perceber, ainda antes da fase da implementação, quais os fatores que se constituem como risco para a boa execução do projeto. É, desta forma, necessário que se faça a análise do risco, colocando sobre a balança o que pode correr bem e o que pode correr mal, verificando qual dos dois pratos vai ter mais peso. Vejam-se, neste seguimento, os quadros seguintes:

- ✓ Começemos por avaliar o custo, benefício, dificuldades de implementação e adequação estratégica:

<b>Custo</b>	<b>Benefício</b>	<b>Dificuldades de Implementação</b>	<b>Adequação Estratégica</b>
Espaço físico (cedido) Materiais informáticos e livros de apoio ao estudo Materiais de desgaste Remunerações mensais dos técnicos e restantes funcionários	Redução dos índices de criminalidade nos jovens residentes Fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade e aos familiares Responsabilização social dos jovens, da comunidade e dos familiares Inclusão e desenvolvimento social, pessoal e profissional	Adesão dos jovens ao projeto Interação da comunidade e seu envolvimento na intervenção Envolvimento nos pais na construção do projeto de futuro dos jovens	O projeto vai ao encontro das necessidades existentes na freguesia É necessário agir sobre este fenómeno considerado preocupante pelas entidades entrevistadas Nas entrevistas a maioria relatou que a problemática deve conhecer projetos de intervenção neste âmbito
 Moderado	 Elevado	 Moderada a Elevada	 Elevada

Quadro 9: Avaliação do Risco 1





Quadros 10: Avaliação do Risco 2

A intervenção aqui em desenho revela um custo moderado, elevados benefícios, moderadas a elevadas dificuldades na implementação e uma elevada adequação estratégica, o que configura um cenário positivo que coloca o projeto na linha verde (quadro em cima), indicando que é possível continuar a avançar na estruturação desta ideia. Todavia, o projeto também se situa em parte na zona amarela do quadro, pelo que no que diz respeito às dificuldades de implementação, todos os agentes envolvidos devem estar atentos aos sinais menos positivos que forem aparecendo, levando a cabo uma intervenção social consolidada e fortemente orientada para cativar a população-alvo e a restante comunidade. Ainda que as dificuldades que podem surgir na implementação coloquem o projeto numa zona não tão confortável em termos de risco, não significa que o mesmo não se possa concretizar ou não venha a ter sucesso. Significa antes que é fundamental que tudo seja devidamente estruturado, prevendo falhas e encontrando soluções, e que toda a equipa envolvida esteja empenhada na intervenção.

No quadro seguinte analisemos os piores cenários com os quais os pensadores deste projeto se podem deparar aquando da sua implementação, podendo assim começar a prevenir as dificuldades na implementação:

<b>Pior Cenário</b>	<b>Melhor Cenário</b>
Desconhecimento dos jovens em relação ao projeto	Os jovens conhecem o projeto e aderem ao mesmo
Os técnicos contratados não estão motivados para a intervenção	Os técnicos estão motivados para fazer intervenção
Inadequada implementação do projeto	Foram reunidas todas as condições e o projeto foi implementado devidamente
A comunidade em geral não adere nem participa	A comunidade em geral adere e participa nas atividades
Os jovens não se interessam pelo processo de mudança de comportamentos nem participam nas atividades	Os jovens gostam das atividades propostas e aderem fortemente ao seu processo de mudança
Os objetivos propostos não são atingidos	Os objetivos são atingidos de forma eficaz

Quadro 11: Pior e Melhor Cenário

Para se evitar que aconteça o pior cenário, é necessário que se façam várias ações de disseminação do projeto, quer dentro das instituições, quer no seio da comunidade. É preciso que a equipa vá ao encontro dos jovens e lhe divulgue as ações que para eles estão a ser desenvolvidas. Com as instituições locais devem ser agendadas reuniões onde se explica o que vai ser o foco da ação do projeto e que as mesmas podem enviar para este os jovens que se enquadrem na população-alvo.

Neste seguimento, importa que sejam desenvolvidas várias ações por parte da equipa técnica que visem a prevenção do pior cenário e a promoção do melhor cenário, pelo que é através destas ações que todo o projeto se tornará concretizável:

<b>Ações de Prevenção</b>	<b>Ações de Promoção</b>
Disseminação do projeto junto dos jovens e das entidades onde os mesmos estão inseridos	Colocar os jovens que são caso de sucesso como exemplo para outros que ainda não foram alvo de intervenção
Estratégias de motivação de equipas e envolvimento de todos	Incentivar ao trabalho em equipa e envolver o técnico em atividades do seu interesse
Delinear todos os contornos específicos do projeto e introduzi-lo de forma faseada	Promover o projeto junto de outras freguesias e coloca-lo como referência de boa prática
Sessões de esclarecimento e apresentação das ações pertencentes ao projeto	Promover mais atividades que vão ao encontro do interesse comunitário
Desenvolver atividades que fomentem a participação ativa do jovem	Procurar ir continuamente ao encontro do superior interesse do jovem no seu processo de mudança
Formular objetivos claros e atingíveis	Adequar sempre a intervenção aos objetivos e permanecer com metas claras e atingíveis

Quadro 12: Ações de Prevenção e Promoção do Pior e Melhor Cenário

## 5.2. Desenho da Intervenção

Tal como foi sendo referido ao longo deste trabalho, o projeto que se está a desenhar tem como propósito principal fazer intervenção com jovens a cumprir medida tutelar educativa na freguesia de Rio de Mouro, conselho de Sintra. Delinear este projeto surge pela consciência do crescimento do fenómeno da delinquência juvenil e da necessidade premente de se atuar sobre esta realidade, com vista à sua redução. É urgente perceber o porquê do surgimento destes comportamentos e tratar as causas detetadas, pela via da intervenção social integrada e multidisciplinar. Para se produzir mudança nos problemas sociais é preciso empreender novas políticas sociais, envolvendo todos os segmentos da sociedade em questão.

### 5.2.1. *Objetivos gerais, específicos e necessidades*

Qualquer projeto deve ser constituído por objetivos e é com vista a atingi-los que é traçado no papel para aplicar à realidade. Para se alcançar o sucesso da intervenção, seja nas ciências sociais ou nas ciências exatas, é preciso nunca perder o foco naquilo que se pretende atingir. Os objetivos de um projeto social são os propósitos que pretendemos

ver atingidos através da execução de uma ação planificada, constituindo-se como o ponto central de referência e definindo a coerência de toda a intervenção. Os objetivos devem então ser coerentes, motivadores, participativos, concretos, exequíveis e avaliáveis, pois de outra forma comprometem toda a ação (Serrano, 2008:44-45).

No que diz respeito aos objetivos gerais, estes são por regra mais amplos e definem os quadros de referência de toda a intervenção. Para este projeto em concreto, pretendem-se como objetivos gerais:

- ✓ Reparar os comportamentos delinquentes em jovens dos 12 aos 16 anos em contexto de cumprimento de medida tutelar educativa, residentes na freguesia de Rio de Mouro, apostando na ressocialização e reinserção social na comunidade;
- ✓ Prevenir que nos jovens em acompanhamento surjam novos comportamentos delinquentes, evitando a reincidência durante e aquando do término da intervenção conduzida pela equipa técnica.

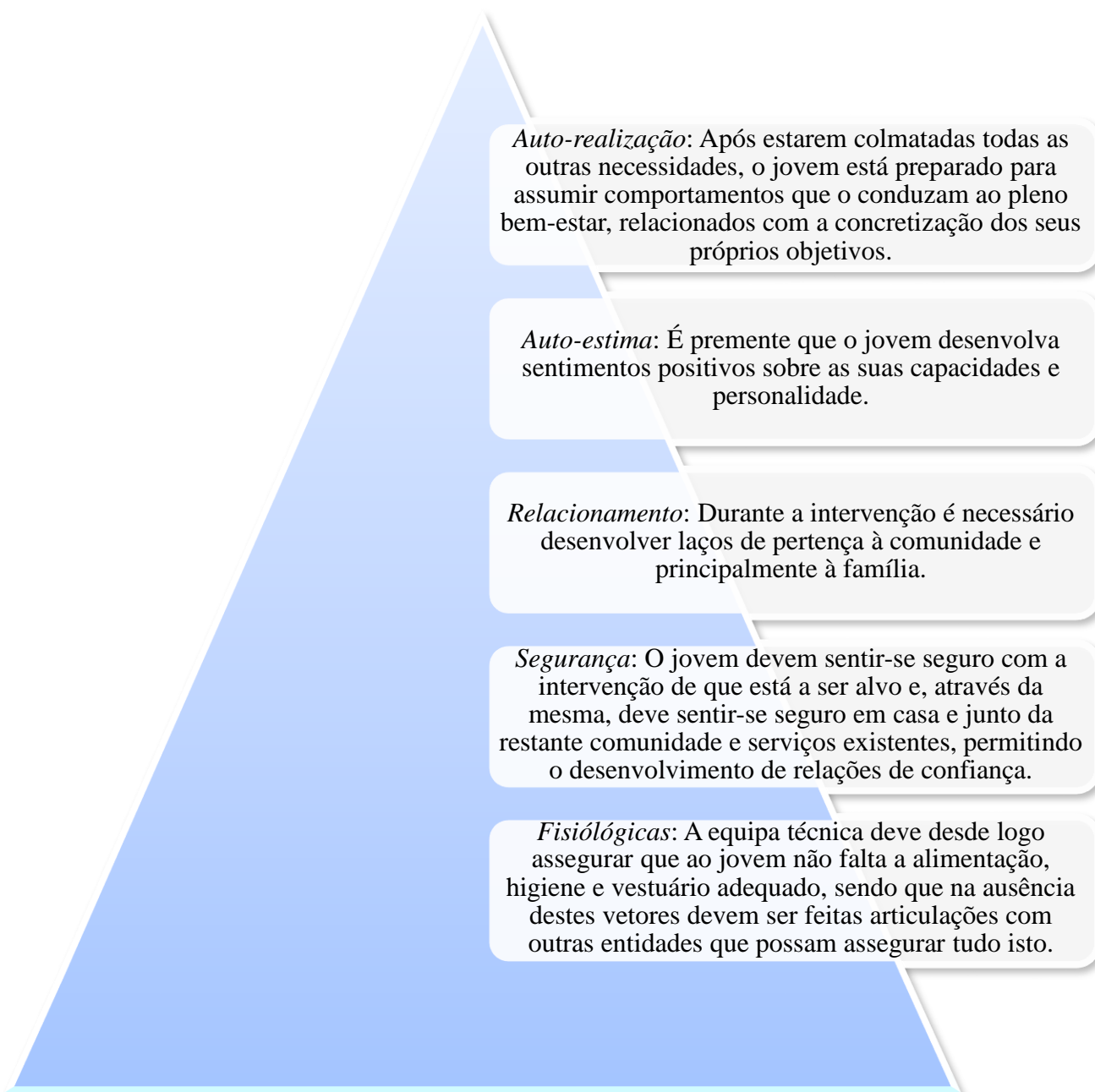
Ao nível dos objetivos específicos, ao contrário dos gerais, estes revestem-se de um conteúdo mais concreto, identificando aquilo que se pretende de facto alcançar com a execução do projeto. Inscrevem-se dentro do objetivo geral, mas com um carácter mais preciso e restrito (Serrano, 2008:46). Assim, os objetivos específicos vão permitir intervir com vista a:

- ✓ Atenuar o impacto negativo que os comportamentos delinquentes provocam na comunidade de Rio de Mouro, apostando em atividades que aproximem os jovens dos demais residentes, estabelecendo confiança e proximidade;
- ✓ Proporcionar aos jovens a oportunidade de terem apoio psicossocial regular que os conduza à resolução positiva das situações-problema;
- ✓ Criar grupos de debate subordinados a temas escolhidos pela equipa técnica e pelos jovens, por forma a desenvolver o raciocínio crítico e estruturado sobre os mesmos, demonstrando que também têm uma opinião e que a podem emitir de forma positiva, sem agredir o seu par;
- ✓ Desenvolver proximidade com as famílias dos jovens em acompanhamento, no sentido de conhecer as suas práticas diárias e a

dinâmica das relações, de modo a atenuar os fatores de risco que advém do seio familiar;

- ✓ Desenvolver nos jovens em acompanhamento um forte sentimento de pertença à comunidade, conduzindo-os a cuidar da mesma e a adquirir comportamentos revestidos de um forte carácter cívico.

Para além da concretização prática destes objetivos, é premente ter em conta as necessidades sentidas pelos jovens com quem estamos a fazer intervenção, devendo a equipa técnica conciliar estas necessidades com os objetivos estabelecidos. Neste contexto, cataloguemos as necessidades dos jovens segundo a pirâmide das necessidades de Maslow, com a ressalva de que as mesmas podem alterar-se com o decorrer da intervenção, dado que cada jovem revela necessidades diferentes, em tempos diferentes:



Quadro 13: Pirâmide das Necessidades

Através a satisfação destas necessidades e do cumprimento dos objetivos estabelecidos, será possível conduzir a intervenção a uma prática de sucesso. Todavia, é totalmente premente que os técnicos estejam concentrados naquilo que é as necessidades reveladas pelos jovens ao logo da intervenção, procurando satisfazê-las, quer seja através dos recursos do próprio projeto, quer seja através das entidades parceiras. Só é possível atingir a eficácia da intervenção se os jovens estiverem bem e totalmente disponíveis para receberem as ferramentas que os técnicos querem entregar.

### 5.2.2. Finalidades, Recursos e Calendarização da Intervenção

Uma vez estabelecidos os objetivos e identificadas as necessidades, importa agora definir quais as finalidades deste projeto, através da apresentação da sua visão, missão, valores e metas, bem como definir que recursos humanos, físicos e materiais que irão ser utilizados. Assim, a respeito das finalidades, veja-se o quadro seguinte:

<b>Visão</b>	Após três anos de intervenção teremos, na Freguesia de Rio de Mouro, jovens com um forte sentido de responsabilidade social, que incrementam o crescimento da sua comunidade e estabelecem metas pessoais para a concretização de um futuro melhor para si mesmos e para as suas famílias, longe das teias da criminalidade.
<b>Missão</b>	Reduzir a delinquência juvenil nos jovens de Rio de Mouro entre os 12 e os 16 anos, promovendo as suas competências sociais e pessoais.
<b>Valores</b>	Transparência, confiança e autoconfiança, exequibilidade, sigilo, integridade, pertença, respeito, interajuda e companheirismo, não só ao nível da interação da equipa técnica para com os jovens, como os jovens entre si e para com a comunidade.
<b>Metas</b>	Após a intervenção, a delinquência juvenil terá diminuído 4% face aos dados de 2012 para o distrito de Lisboa e mais concretamente para a Freguesia de Rio de Mouro no Conselho de Sintra. Face às problemáticas detetadas, todos os jovens sinalizados em Rio de Mouro a cumprirem medidas tutelares educativas na Comunidade, terão acesso à intervenção levada a cabo pelo projeto e conhecerão o desenvolvimento das suas aptidões pessoais e sociais.

Quadro 14: Visão, Missão, Valores e Metas

Para levar a cabo toda a intervenção que aqui está a ser desenhada, vai ser necessário utilizar recursos humanos, físicos e materiais, que vão desde a constituição da equipa técnica aos materiais a serem utilizados em cada sessão. Note-se a seguinte esquematização:

<b>Recursos Humanos</b>	<p>A equipa técnica deve ser multidisciplinar, de forma a poder abranger todos os níveis de atuação com os jovens em acompanhamento, existindo pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um técnico de Serviço Social;</li> <li>- Um Psicólogo;</li> <li>- Um Educador Social;</li> <li>- Um profissional na área da Educação;</li> <li>- Quatro monitores;</li> <li>- Voluntários.</li> </ul>
<b>Recursos Físicos e Materiais</b>	<p>Para que o projeto decorra a tempo inteiro deve ter:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um espaço físico concreto, que pode ser uma loja cedida pela Câmara Municipal de Sintra;</li> <li>- Mesas e cadeiras para as atividades com os jovens, e secretárias para os técnicos;</li> <li>- Material de desgaste como folhas de impressora, canetas, lápis e outros que considerem necessários para o desempenho das funções diárias e das atividades;</li> <li>- Material de informática para ser de acesso livre aos jovens e para a utilização dos técnicos, tal como computadores, teclados, ratos e slide-show;</li> <li>- Serviço de água, luz e internet;</li> <li>- Material de escritório;</li> <li>- Manuais escolares, livros temáticos e técnicos, livros de apoio ao estudo e estantes onde guardar os mesmos.</li> </ul>

Quadro 15: Recursos Humanos, Físicos e Materiais

No que diz respeito aos recursos humanos, o técnico de Serviço Social e o Psicólogo devem encarregar-se de fazer o acompanhamento psicossocial de cada jovem individualmente, das visitas domiciliárias e dos atendimentos presenciais com a família do mesmo. Ambos devem ficar igualmente responsáveis pela monitorização do projeto, estabelecendo as parcerias necessárias e os contactos com a rede social. O Educador Social deve ocupar-se da execução das atividades com os jovens, sendo que pode solicitar a presença de outros técnicos sempre que considere necessário. A sua função deverá ser essencialmente educar para a mudança. O papel do profissional de educação, que pode ser um professor de qualquer ciclo educativo, será acompanhar o percurso escolar de cada jovem, devendo ajudá-lo a concretizar os seus objetivos académicos. Deve igualmente auxiliar nas tarefas escolares onde existam mais dificuldades. A pessoa escolhida para esta função deve estar devidamente capacitada do seu papel de interventor, dado que o insucesso escolar é uma das problemáticas dominantes nos jovens com percurso delinvente. Os monitores deverão funcionar por horários rotativos, sendo que devem estar sempre pelo menos duas pessoas em cada turno. As suas funções passam por supervisionar as atividades que são de carácter livre, como o



espaço de informática e a biblioteca. Estes dois espaços irão funcionar aos sábados de manhã, mas no período da tarde aos domingos poderão ser dinamizadas atividades lúdicas onde a sua presença será necessária. Para cada atividade, e tendo especialmente em conta as que decorrerão no exterior do espaço físico, podem ser selecionados voluntários para colaborarem com a equipa na execução das mesmas, podendo estes ser escolhidos de dentro da comunidade geral, ou então, numa fase posterior, serem jovens que terminaram a sua participação no projeto. Cada atividade e todo o funcionamento do espaço e equipa, devem ser planeados por todos os técnicos e monitores, dando relevância ao parecer de cada um.

Relativamente aos recursos físicos e materiais, embora a lista seja extensa, tudo o que nela consta irá ser solicitado a empresas privadas, ao abrigo da lei do mecenato, e à Câmara Municipal de Sintra. Os técnicos devem proceder ao levantamento das empresas que estejam relacionadas com cada uma das necessidades existentes, de modo a que os materiais sejam cedidos de forma gratuita. Para além disto, o projeto deve procurar ser abrangido por programas de financiamento que estejam no momento da implementação, em vigor. A esta data, poderia ser feita, por exemplo e aquando da abertura do período correspondente, a candidatura ao Programa Escolhas.

O espaço físico onde decorrerá a intervenção deve obedecer a alguns cuidados, como a existência de um gabinete para a equipa técnica e os seus materiais e processos, um gabinete destinado aos atendimentos de apoio psicossocial, um espaço onde colocar pelo menos dois computadores com internet para utilização dos jovens, um outro espaço destinado ao estudo e à consulta bibliográfica, com mesas e cadeiras apropriadas, e um outro espaço, mais amplo, onde se desenrolem as atividades de grupo.

O espaço deve ter um horário de funcionamento flexível, na medida em que estamos a fazer intervenção com uma população em idade escolar e que fora da escola precisa de ter ocupações didáticas. Veja-se que nas entrevistas aplicadas foi apontado que estes jovens têm muito tempo sem qualquer ocupação, o que lhes confere a possibilidade de incorrer em comportamentos menos positivos socialmente. Além da flexibilidade de horário, o projeto deve funcionar igualmente ao sábado, podendo até algumas atividades exteriores decorrerem ao domingo, como sendo as que estão mais ligadas à participação da comunidade. Toda a equipa técnica deve envolver-se na missão e objetivos do projeto, de forma a concretizar as exigências que o mesmo lhes irá colocar.

No sentido de planificar toda a intervenção levada a cabo, há que estabelecer um cronograma de toda a ação. Assim:

<b>Fases de concretização do projeto</b>	<u>Até dois meses</u>	<u>Até quatro meses</u>	<u>Durante dois anos</u>	<u>No fim dos dois anos</u>
<u>Diagnóstico</u>				
<u>Implementação</u>				
<u>Intervenção</u>				
<u>Avaliação</u>	Do diagnóstico	Quais as condições reunidas para se poder avançar	Todas as sessões e ao final de cada mês	Globalidade do projeto, abrangendo tudo o que foi feito

Quadro 16: Cronograma

O cronograma aqui descrito não contempla meses concretos do ano dado que a qualquer momento se pode iniciar a planificação do projeto. Este quadro ilustra apenas as balizas temporais que a equipa responsável deve ter, por forma a não estender no tempo, cada uma das fases em questão. Assim, para fazer o diagnóstico social do local onde se pretende implementar o projeto, relacionado com a recolha de dados qualitativos e quantitativos que justifiquem a sua aplicação, a equipa interventora deve levar apenas até dois meses. No final da recolha de dados é premente avaliar se faz sentido ou não avançar-se com a iniciativa social. O estabelecimento das parcerias, o contacto com a rede social, as candidaturas a programas de financiamento e tudo o que diga respeito à implementação física e económica do projeto, deve ficar garantido ao fim de quatro meses, pelo que no fim destes últimos é necessário avaliar em que ponto se está e se é possível seguir com a fase de intervenção, isto é, se está garantido um local e um financiamento que sustente toda a programação. A intervenção em si deve ser levada a cabo durante, pelo menos, dois anos seguidos. Isto porque, é fundamental que sejam abrangidos vários jovens, pois de outra forma torna-se difícil obter uma transformação da população-alvo e da sua comunidade. Ao longo dos dois anos de intervenção a avaliação deve ser continua, ou seja, cada sessão deve ser avaliada individualmente, assim como os seus dinamizadores. O projeto na sua globalidade deve ser avaliado trimestralmente, e ao fim dos dois anos, deve ser feito um balanço final. A avaliação das

sessões e trimestral é muito importante, dado que sem estas é difícil perceber se a intervenção está a corresponder ao estipulado e se está a produzir os devidos efeitos.

### 5.2.3. Atividades e Calendarização

De acordo com o que tem vindo a ser referido até aqui, as atividades a serem desenvolvidas pela equipa interventora desde projeto estão totalmente focadas na concretização dos objetivos estipulados, relacionados com as problemáticas detetadas na população-alvo. Assim, devem ser correlacionadas as necessidades, os objetivos e as atividades propostas, tal como indicam os quadros seguintes. Leia-se que cada quadro obedece à interligação das necessidades referidas na pirâmide adaptada de Maslow, com os objetivos já descritos. Cada atividade visa satisfazer a necessidade em causa, bem como atingir o objetivo estipulado. É ainda de salientar que, nos quadros que se seguem, os objetivos gerais e específicos são diferentes dos mencionados no ponto 5.2.1, na medida que estes últimos se referem a todo o projeto, ou seja, aquilo que de uma forma global se pretende atingir com esta intervenção integrada, e os definidos em cada quadro correspondem às sessões onde decorrerão as atividades. Desta forma, cada atividade segue o seu propósito próprio, não esquecendo que existem outros objetivos maiores a serem atingidos através da soma do resultado de cada uma destas pequenas intervenções. Analisemos cada um dos quadros que se segue:

<b>Necessidades</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Atividades</b>
Fisiológicas	Reduzir a exposição dos jovens a situações de pobreza	Assegurar que ao jovem não falta a alimentação, higiene e vestuário adequado	Visitas domiciliárias Entrevistas Diagnóstico da situação
		Verificar se no agregado familiar existem condições de habitabilidade, de higiene e alimentícias	Ações de sensibilização Fóruns Ciclos de conferências Educação de adultos
		Estabelecer contacto com as entidades parceiras por via a assegurar Banco Alimentar quando verificada esta carência, assim como outros bens de primeira necessidade	Reuniões de trabalho Cursos Jornadas temáticas

Quadro 17: Necessidades e Atividades 1

**Visitas domiciliárias, diagnóstico da situação e entrevistas:** os elementos de Serviço Social e de Psicologia que integram a equipa técnica devem fazer com a periodicidade quinzenal, visitas domiciliárias aos agregados familiares dos jovens em acompanhamento, bem como entrevistar os mesmos em contexto de gabinete com a regularidade mensal. Através da realização de ambas, será possível fazer um bom diagnóstico da situação vivida no agregado, se carece de apoios alimentares, financeiros e de outros bens essenciais como o vestuário, a luz, o gás e a água, tendo em conta que estes elementos são fundamentais para que o jovem tenha as suas necessidades mais básicas preenchidas.

**Ações de sensibilização, fóruns, ciclos de conferências e educação de adultos:** com estas atividades pretende-se conduzir os pais ou outros responsáveis legais dos jovens a assistir ao esclarecimento das várias necessidades que devem encontrar-se preenchidas no contexto familiar. É fundamental educar os adultos para a promoção da parentalidade.

**Reuniões de trabalho, cursos e jornadas temáticas:** ao nível do trabalho técnico, serão necessárias reuniões de discussão de casos para refletirem sobre como intervir melhor em cada um, estabelecendo para isso os contactos necessários com a rede social de parceiros. A nível formativo, também os técnicos devem participar em ações que permitam a aquisição de mais e melhores conhecimentos favorecedores da prática eficaz das suas profissões.

<b>Necessidades</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Atividades</b>
Segurança	Dotar os jovens de confiança	Promover a autoconfiança	Ateliers temáticos Retrato-robô
		Fomentar relações de dentro do agregado familiar onde reside	Tarefas de desenvolvimento da família
		Desenvolver relações de confiança dentro da comunidade e em relação às demais entidades locais	Organização e realização de reuniões e encontros de debate

Quadro 18: Necessidades e Atividades 2

**Ateliers temáticos:** proporcionar aos jovens o contacto com profissionais ligados a programas de se trabalham as questões da confiança em si mesmo e nos demais.

**Retrato-robô:** consiste na descrição de cada um, reproduzindo de forma fiel a sua realidade, conduzindo a um melhor conhecimento pessoal, assim como fica a conhecer melhor o seu próximo, potenciando o conforto, a identificação com a situação e o crescimento do sentimento de confiança/segurança.

**Tarefas de desenvolvimento da família:** é muito importante que o jovem tenha confiança nas pessoas com quem reside. Assim, da parte da família é premente que tenha mais tempo para dedicar aos mais novos, falando e interessando-se sobre os seus assuntos diários (na escola, com os pares, etc.), criando rotinas familiares e tradições, estando disponível para estar presente em momentos importantes, estabelecendo tempos de partilha e participando nas atividades onde os jovens estão inseridos.

**Organização e realização de reuniões e encontros de debate:** recolher junto da comunidade, indivíduos que estejam disponíveis para formarem um grupo de debate com os jovens, revelando-lhes que tipo de comportamentos deles advindos, provocam sentimentos de insegurança em si próprios, conduzindo ao afastamento. Estes encontros podem funcionar sob a forma de círculos restaurativos, potenciando o desenvolvimento da Justiça Restaurativa.

<b>Necessidades</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Atividades</b>
Relacionamento	Desenvolver relações sociais positivas	Desenvolver o sentimento de pertença à comunidade	Feiras e eventos sociais Visita a monumentos Conhecimento do património
		Estimular a prática de comportamentos socialmente positivos junto dos pares	Training group Treino mental Fotoproblema moral Emissão radiofónica
		Desenvolver a capacidade de revelar sentimentos ao outro sem ofender	Para interpor denúncias e denunciar Phillips 6/6 Clinica do rumor
		Capacitar os jovens para a prática do diálogo, em detrimento das atitudes impulsivas	Mesa-redonda Aquário Quadrado

Quadro 19: Necessidades e Atividades 3

**Feiras e eventos sociais:** para que a imagem dos jovens na comunidade se revista de um carácter mais positivo, a equipa deve proporcionar aos jovens um tempo e espaço de criação de material artístico que possa ser partilhado e difundido com a restante comunidade. Podem ser organizadas feiras de artesanato feito pelos jovens, onde o lucro das vendas será utilizado para a organização de viagens e passeios lúdicos, como reforço positivo da mudança de comportamentos. Outros eventos como festas temáticas também podem ser desenvolvidos pelos jovens, colocando à vista de todos os seus talentos artísticos. Através desta partilha, propiciam-se relações de confiança e proximidade, ajudando igualmente os jovens a sentirem-se mais integrados na comunidade onde passam grande parte do seu tempo.

**Visita a monumentos e conhecimento do património:** é comum nos jovens com comportamentos delinquentes, fazerem grafitis e vandalizarem o património urbano. O que aqui se pretende é valorizar a imagem que estes jovens têm deste espaço, colocando-os em confronto com o mesmo, visitando-o e conhecendo a sua epistemologia. Também será importante desenvolver tarefas com os jovens como a limpeza de paredes e do restante território urbano, responsabilizando-os por tudo aquilo que os rodeia. Se estiverem consciencializados para a importância da preservação do meio onde residem, também evitaram que outros jovens façam o contrário.

**Training group:** método formativo que conduz à mudança de atitudes sociais nos participantes. Ajuda os jovens a ficarem conscientes do seu próprio comportamento, refletindo sobre o mesmo. Como existe este confronto pessoal, estimula-se a mudança, pela própria perceção dessa necessidade.

**Treino mental:** método de autodesenvolvimento que se concentra na reflexão sobre o meio onde se vive, discutindo casos reais e chegando a conclusões de resolução.

**Fotoproblema moral:** treino da observação dos problemas sociais reais, através da visualização de imagens e discussão sobre o que as mesmas ilustram.

**Emissão radiofónica:** dividem-se os jovens em grupos e estes últimos devem elaborar uma emissão radiofónica onde vão transmitir as suas experiências e vivências. Esta técnica deve ser utilizada para confrontar os jovens que consideram estarem em isolamento social por não se identificarem com mais ninguém. Existe aqui a oportunidade de aproximação pela partilha de problemas e sentimentos.

**Para interpor denúncias e denunciar:** esta técnica revela-se como uma reação contra o mal, não só fugindo dele, como evitando-o e enfrentando-o. Remete para a responsabilização perante várias situações, sensibilizando os jovens para os demais problemas sociais.

**Phillips 6/6:** o grupo total é subdividido em pequenos grupos, dentro dos quais pensam em temas e propõem-nos para debate entre todos. Serve para estimular os jovens a participarem e a serem responsáveis na forma como o fazem, tendo sempre em conta que não devem ferir o outro.

**Clinica do rumor:** experiência que deve ser vivida em grupo, dado que revela como se criam os rumores e como estes são tantas vezes destorcedores da realidade, avaliando as consequências disto mesmo. Este método pode ajudar a melhorar as relações interpessoais.

**Mesa-redonda:** os jovens ou os técnicos referem que temas devem ser discutidos em grupo, estimulando o raciocínio crítico e o pensamento construtivo de cada participante.

**Aquário:** os vários jovens realizam em separado o mesmo trabalho que os restantes, sendo que no fim todos serão apresentados e será possível perceber os diferentes pontos de vista sobre o mesmo tempo, devendo todos respeitar a opinião do outro.

**Quadrado:** os jovens devem formar pequenos grupos e dentro de cada um executar uma determinada tarefa em silêncio. O propósito deste método é levar os jovens a perceber que o resultado da tarefa conjunta depende da colaboração de todos os membros do grupo.

Necessidades	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividades
Autoestima	Desenvolver a autorrepresentação positiva	Fomentar no jovem sentimentos positivos sobre si próprio	Atividades artísticas Grupo de ajuda
		Realçar em cada jovem os aspetos positivos que tem na sua personalidade e o que de positivo tem e faz na sua vida	Positivo VS Negativo Grupo de ajuda
		Capacitar o agregado familiar para a estimulação das capacidades reais dos jovens	Acompanhamento psicossocial Participação nas atividades dos jovens

Quadro 20: Necessidades e Atividades 4

**Atividades artísticas:** proporcionar que cada jovem execute tarefas, em prol dos eventos já descritos, de acordo com as suas preferências e aptidões pessoais, favorecendo o facto de cada um ter vários aspetos positivos em si mesmo.

**Grupo de ajuda:** agrupar os jovens e colocar em foco o que cada um sente de pior sobre si próprio, permitindo que cada um partilhe as suas dificuldades para viver determinados problemas, e facilitando a sua resolução dentro do grupo.

**Positivo VS Negativo:** cada jovem partilha o que considera ter de melhor e de pior. Quando todos já tiverem partilhado, cada jovem vira-se para o outro que estiver a seu lado e realça-lhe aquilo que ele considera que ele tem de melhor.

**Acompanhamento psicossocial:** quando as técnicas fazem o acompanhamento do agregado familiar devem salientar a importância do reforço positivo nos jovens, devendo a família gratificar o jovem sempre que foi feita determinada conquista e dialogar com o mesmo quando algo corre menos bem.

**Participação nas atividades dos jovens:** conduzir os pais a participarem nas atividades onde os jovens vão estar, inseridas na dinâmica do projeto, para que o jovem sinta o envolvimento parental.



<b>Necessidades</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Atividades</b>
Autorrealização	Desenvolver um plano individual sobre o seu próprio futuro	Apoiar os jovens na criação de metas e objetivos concretos e reais	Projeto de visão futura
		Fomentar a criação de uma base escolar integrada e perspectiva de realização profissional	Formações Cursos Acompanhamento escolar
		Capacitar o jovem para o contínuo desenvolvimento de comportamentos socialmente positivos	Técnica de risco Processo incidente

Quadro 21: Necessidades e Atividades 5

**Projeto de visão futura:** os jovens devem projetar-se num futuro a médio prazo e ver o que querem ser e ter daí a um tempo determinado. Esta atividade ajuda o jovem a perceber o que gostava de fazer no seu futuro, nomeadamente a nível escolar e profissional.

**Formações, cursos e acompanhamento escolar:** a equipa deve divulgar junto do jovem formações e cursos que o mesmo possa frequentar por forma a aumentar os seus conhecimentos técnicos. Através da disponibilização de professores explicadores das várias disciplinas, pretende-se um eficaz acompanhamento da situação escolar de cada jovem. Devem também ser feitas articulações com as escolas locais.

**Técnica de risco:** uma vez que a mudança e a projeção do futuro constituem-se como situações novas, transmitindo-lhes sentimentos de insegurança, importa que através desta atividade se debata estes mesmos riscos, diminuindo a existência do receio e do medo do desconhecido, levando à concretização das metas concebidas.

**Processo incidente:** debater que tipos de problemas podem vir a colocar-se no caminho e que pode conduzir a uma reincidência na prática de delitos. O resultado deste debate deve consistir em fórmulas de resolução positiva destes problemas.

Em termos gerais, para além do descrito, é muito importante que se proporcionem atividades lúdicas aos jovens, como sendo passeios, caminhadas, entre outros, que

fomentem o convívio e o despertar de relações de confiança e revestidas de atitudes positivas. É de ressaltar que, no âmbito dos debates e discussões, os temas devem ser escolhidos principalmente pelos jovens, pois são eles que querem ver determinados problemas solucionados e devem ser eles os seus próprios agentes de mudança comportamental. Note-se que as atividades para o decurso da intervenção não se esgotam nos exemplos dados e descritos, pois em dois anos, os técnicos devem esforçar-se por inovar nos métodos aplicados.

Após se ter explanado todas as atividades que se pretende que venham a ser desenvolvidas, importa especificar a calendarização a que as mesmas devem obedecer, ou seja, semanalmente deve existir um calendário, facultado a cada jovem e exposto no espaço físico de realização do projeto, onde constam as atividades que vão decorrer nessa semana. Este calendário guia não só os elementos da equipa de intervenção, como também permite que o jovem saiba com a devida antecedência, quais as atividades que lhe vão ser destinadas. O modelo de calendário apresentado em baixo não menciona as atividades, dado que para isso seria necessário fazer vários modelos, sendo que este serve apenas como referência:

<b>Segunda</b>	<b>Terça</b>	<b>Quarta</b>	<b>Quinta</b>	<b>Sexta</b>	<b>Sábado</b>
<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares	<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares	<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares	<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares	<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares	<u>Das 09 às 12 horas e das 14 às 19 horas:</u> Utilização livre dos computadores e da biblioteca para pesquisa e realização de tarefas escolares
<u>Das 14 às 19 horas:</u> Explicações de Português na biblioteca (inscrições)	<u>Das 14 às 19 horas:</u> Explicações de Matemática na biblioteca (inscrições)	<u>Das 14 às 19 horas:</u> Explicações de Inglês e Francês na biblioteca (inscrições)	<u>Das 14 às 19 horas:</u> Explicações de Físico-química e Ciências Naturais na biblioteca (inscrições)	<u>Das 14 às 19 horas:</u> Explicações de História na biblioteca (inscrições)	<u>Manhã:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior
<u>Das 17 às 20 horas:</u> Atendimentos psicossociais livres e com marcação, jovens e agregado familiar	<u>Das 17 às 20 horas:</u> Atendimentos psicossociais livres e com marcação, jovens e agregado familiar	<u>Das 17 às 20 horas:</u> Atendimentos psicossociais livres e com marcação, jovens e agregado familiar	<u>Das 17 às 20 horas:</u> Atendimentos psicossociais livres e com marcação, jovens e agregado familiar	<u>Das 17 às 20 horas:</u> Atendimentos psicossociais livres e com marcação, jovens e agregado familiar	<u>Tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior
<u>Período da tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior (com os jovens que não estejam na escola)	<u>Período da tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior (com os jovens que não estejam na escola)	<u>Período da tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior (com os jovens que não estejam na escola)	<u>Período da tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior (com os jovens que não estejam na escola)	<u>Período da tarde:</u> Sessões de grupo ou atividades no exterior (com os jovens que não estejam na escola)	

Quadro 22: Calendário das Atividades

Tal como ficou ilustrado no quadro acima, o período da manhã e da tarde deve contemplar tempos prolongados de utilização dos meios informáticos disponíveis e da biblioteca. Nestes espaços pretende-se que os jovens possam executar as tarefas escolares, utilizando recursos que nem sempre estão disponíveis em casa, sob a supervisão de um monitor do projeto. No período da tarde pretende-se que os jovens

tenham a possibilidade de ter explicações gratuitas sobre as várias disciplinas escolares. Para isto, a equipa técnica deverá estabelecer uma parceria com o Ministério da Educação, no sentido de serem dispensados professores dos agrupamentos de escolas locais para lecionar estas explicações.

Como é a partir das 17 horas que os pais ficam mais libertos dos seus compromissos profissionais, é nesse segmento de tempo que os técnicos de apoio psicossocial devem fazer o acompanhamento de proximidade com os agregados familiares, não dispensando, claro, as visitas domiciliárias frequentes. Também os jovens devem ter este acompanhamento, podendo ser os técnicos a agendar ou mesmo o próprio jovem a revelar a necessidade de ser atendimento em particular. Todos os dias no período da tarde e sábados todo o dia, devem decorrer as sessões grupais, com as atividades descritas, ou as atividades exteriores, pensando já no período de férias letivas. Durante a semana as sessões e atividades devem ser dinamizadas pelo Educador Social e pelos monitores, e ao sábado com a presença de toda a equipa, para que os jovens possam perceber toda a envolvência dos vários técnicos no processo de intervenção.

É de realçar que este calendário deve ser alterado consoante as necessidades e atividades, dado que a planificação semanal deve ser espelhada aqui. Em cada dia e horário deve constar a atividade a desenvolver e os jovens que participam, sendo que apenas não devem constar os nomes dos utentes para atendimentos.

### 5.3. Avaliação

Reforçando o que já foi referido aquando da descrição do cronograma, a avaliação do projeto no seu todo e a avaliação individual de cada sessão, são fundamentais para o bom funcionamento da intervenção e a obtenção de resultados positivos. Assim, a avaliação reveste-se de quatro funções essenciais: serve para medir resultados de forma continuada, ajudando a interpretá-los; é um utensílio à tomada de decisões, devendo gerar informações que facilitem a decisão num contexto multirreferencial e de complexidade nos sistemas de ação; funciona como um processo de formação, de aprendizagem, na medida em que permite a reflexão e racionalização dos resultados obtidos, devendo os responsáveis pela ação aprender a gerir e adaptar as soluções à constante mutação dos contextos em que trabalham; e por último, a avaliação é um meio de participação e aprofundamento da democracia participativa, envolvendo todos os

elementos da equipa, a população-alvo e os demais parceiros, potenciando a ação/intervenção coletiva (Guerra, 2007:187).

Antes de começarmos a avaliar, devemos ter em conta aqueles que são os princípios básicos da avaliação, pelo que esta deve ser (Serrano, 2008:97):

- ✓ **Objetiva:** ou seja, deve medir, analisar e produzir conclusões sobre os factos segundo a forma como eles se apresentam na realidade, e não segundo aquilo que o avaliador pensa ou sente;
- ✓ **Válida:** devendo revelar quais os pontos a melhorar no projeto, e proporcionando conclusões válidas e fidedignas;
- ✓ **Confiável:** sendo que para determinar o grau de confiabilidade devem confrontar-se os resultados obtidos com as medidas iniciais, de forma a perceber se existe inconsistência entre ambos;
- ✓ **Oportuna:** pelo que não deverá ser aplicada em momentos impróprios para tal, ou seja, deve ser tido em conta o espaço de tempo necessário para se começar a produzir resultados que possam ser alvo de avaliação válida;
- ✓ **Prática:** avaliar deve permitir, acima de tudo, identificar a parte boa e má do projeto em avaliação, proporcionando novos métodos de resolução do que está mal e de melhoramento do que já está bem.

Quando nos referimos a processos de avaliação em projetos sociais, devemos ter em atenção que a mesma não deve ser utilizada meramente para quantificar as ações, não deve ser confundida com práticas de controlo em sentido restrito e não deve medir unicamente o êxito das ações concretizadas (Guerra, 2007:188). Não obstante o que ficou dito, para avaliar este projeto seria adequado utilizar um modelo de avaliação por objetivos, que consiste no seguinte (Guerra, 2007:191):

<b>A Avaliação por Objetivos</b>	
<b>Especificidade</b>	As finalidades e os objetivos são os critérios de sucesso da intervenção e o que se pretende é medir a forma e a intensidade com que determinados objetivos foram atingidos
<b>Métodos utilizados</b>	Uma grande diversidade de formas de medida, dependendo dos objetivos. Utiliza métodos quantitativos e qualitativos de recolha da informação.
<b>Vantagens</b>	Obriga a uma forte clarificação das finalidades e dos objetivos e da relação entre as atividades e essas finalidades e esses objetivos. Obriga a determinação dos objetivos de uma forma mensurável.
<b>Desvantagens</b>	A frequente falta de clarificação e precisão dos objetivos. A frequente falta de coincidência entre atividades e objetivos. A frequente diversidade de finalidades e objetivos dos vários intervenientes.
<b>Implicação ao nível do avaliador</b>	É francamente interativa, não exige o tipo de neutralidade da avaliação experimental. Há uma discussão constante de objetivos e finalidades com todos os intervenientes. O avaliador é um colaborador que ajuda à clarificação de objetivos.

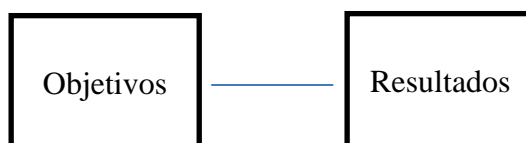
Quadro 23: A Avaliação por Objetivos – Fonte: Guerra, 2007 pág. 191

Uma vez que avaliar os resultados obtidos por si só pode tornar-se limitativo, importa adicionar ao nosso processo de avaliação um ingrediente fundamental, que fomentará não só a formulação de conclusões mais consolidadas, como também colocará os demais parceiros sociais na linha da frente, conferindo-lhes a devida importância: a avaliação participativa. Este tipo de avaliação permite o envolvimento dos decisores, dos interventores, dos parceiros e dos beneficiários, estejam eles integrados de forma direta ou indireta no projeto e no impacto das ações levadas a cabo. Envolver todos estes agentes no processo de avaliação revela-se de extrema importância para poder apreender múltiplos fatores, diversificando as opiniões e os pontos de vista sobre os reais resultados do projeto. Permite igualmente o desenvolvimento da aprendizagem social, isto é, fomenta a divulgação de novas informações, conhecimentos e metodologias de trabalho, que muitas vezes estão apenas da posse das instituições a que dizem respeito e nos seus beneficiários. Os avaliadores que aplicam este tipo de avaliação devem estar dispostos a desenvolver empatia para com os restantes participantes, pois só assim será possível adquirir boas práticas e potenciar o trabalho social local (Rico, 2001:90-92).

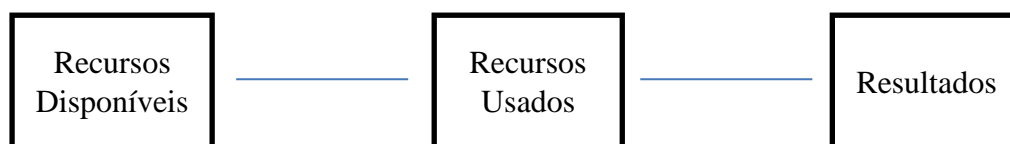
A avaliação por objetivos e a avaliação participativa, para este projeto, devem coexistir e complementar-se entre si. Tendo em conta as instituições que existem na freguesia de Rio de Mouro, e que se constituirão como parceiros sociais deste projeto, não devem ficar de fora do processo de avaliação, pois também eles podem produzir valor acrescentado na hora de perceber o que está a correr bem e menos bem. Assim, através da primeira os interventores do projeto podem avaliar se foram concretizados os objetivos, metas e finalidades pelas ações que foram empreendidas, e pela segunda, ficarão a saber de que forma os que estão de fora do projeto o vêem e que opinião têm a dizer relativamente ao mesmo, sempre com vista à melhoria de resultados.

Neste projeto, a avaliação deve dividir-se em três tempos diferentes: diagnóstica, de acompanhamento e final. A primeira é a que decide se devemos ou não fazer a implementação do projeto, analisando os dados obtidos pelo diagnóstico. Se nos remetermos ao início do ponto 5 deste trabalho, esta avaliação está presente sob a forma de análise SWOT e do risco. Na segunda, a avaliação passa pela medição da concretização dos objetivos de cada sessão, aplicando aos jovens inquiridos que permitam saber se a atividade foi para eles proveitosa. No final do acompanhamento individual de cada jovem, o processo que foi levado a cabo também deve ser analisado, percebendo se os objetivos da intervenção foram atingidos. Por último, depois de se concluir todo o processo de intervenção, deve ser avaliado o sucesso da mesma, assim como a equipa na sua generalidade. Podemos fazer a análise final segundo o seguinte esquema (Guerra, 2007:195-199):

Medição da eficácia:



Medição da eficiência:



Assim, quanto mais os objetivos estiverem clarificados e enraizados na intervenção, mais facilmente se encontrarão os resultados pretendidos, conduzindo o projeto à eficácia – atingiu-se o que se estipulou desde o início. Contrariamente, só poderemos atingir a eficiência se existir uma correta utilização dos meios disponíveis, ou seja, para atingirmos resultados, a equipa não deve ir além dos meios ao seu dispor nem deve esgotá-los em si mesmos, sob pena de perder os apoios ao projeto, ou o seu financiamento, ou as parcerias estabelecidas. O projeto deve procurar a eficácia sem ter de necessitar de demasiados recursos.

Com vista ao sucesso do processo de avaliação é necessário formular indicadores que meçam o processo e os resultados da avaliação. Estes indicadores podem ser qualitativos ou quantitativos, mas não devem ser formulados em elevada quantidade, pelo que podem ser elaborados apenas os que mais se adequem ao projeto e à sua execução (Guerra, 2007:197-198). No quadro seguinte explicar-se-á que indicadores devem ser avaliados segundo cada um dos objetivos específicos já formulados:



<b>Indicadores de Avaliação segundo os Objetivos</b>	
<b>Atenuar o impacto negativo que os comportamentos delinquentes provocam na comunidade de Rio de Mouro, apostando em atividades que aproximem os jovens dos demais residentes, estabelecendo confiança e proximidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxas de adesão às atividades propostas por parte da comunidade e dos jovens;</li> <li>- Taxa de mudança social na comunidade, resultante da aplicação de questionários de opinião a uma amostra representativa.</li> </ul>
<b>Proporcionar aos jovens a oportunidade de terem apoio psicossocial regular que os conduza à resolução positiva das situações-problema</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número total de atendimentos concretizados;</li> <li>- Taxa de reincidência;</li> <li>- Taxa de sucesso do acompanhamento psicossocial.</li> </ul>
<b>Criar grupos de debate subordinados a temas escolhidos pela equipa técnica e pelos jovens, por forma a desenvolver o raciocínio crítico e estruturado sobre os mesmos, demonstrando que também têm uma opinião e que a podem emitir de forma positiva, sem agredir o seu par</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de adesão às atividades propostas;</li> <li>- Taxa de participação durante as atividades;</li> <li>- Nível de interesse demonstrado em cada atividade;</li> <li>- Grau de envolvimento dos técnicos nas ações;</li> <li>- Taxa de mudança comportamental.</li> </ul>
<b>Desenvolver proximidade com as famílias dos jovens em acompanhamento, no sentido de conhecer as suas práticas diárias e a dinâmica das relações, de modo a atenuar os fatores de risco que advém do seio familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de visitas domiciliárias;</li> <li>- Número de atendimentos com a família;</li> <li>- Taxa de mudança comportamental;</li> <li>- Taxa de adesão à intervenção proposta;</li> <li>- Taxa de participação nas atividades dos jovens.</li> </ul>
<b>Desenvolver nos jovens em acompanhamento um forte sentimento de pertença à comunidade, conduzindo-os a cuidar da mesma e a adquirir comportamentos revestidos de um forte carácter cívico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de interesse dos jovens pelo trabalho com a comunidade;</li> <li>- Taxa de adesão a atividades propostas de âmbito comunitário;</li> <li>- Taxa de envolvimento externa ao projeto para com a restante comunidade, avaliando o que têm feito por sua iniciativa para melhorar a relação com a mesma.</li> </ul>

Quadro 24: Indicadores de Avaliação segundo os Objetivos

Para que o projeto produza os efeitos pretendidos, é igualmente fundamental que a equipa técnica esteja devidamente motivada. Também esta variável deverá ser medida, com carácter mensal, dado que este tipo de projeto deve contar sempre com uma equipa motivada para a intervenção e todos os técnicos devem sentir-se envolvidos entre si e

com os jovens, pois só assim se consegue atingir o patamar da eficácia. A motivação da equipa poderá ser medida em função do seguinte quadro:

<b>Sinto-me motivado para executar funções neste projeto?</b>					
<b>Meça a sua motivação nas escalas em baixo!</b>					
De 0 a 5, com que intensidade me sinto envolvido nos objetivos do projeto e nas funções que desempenho?					
0	1	2	3	4	5
De 0 a 5, com que intensidade me envolvo no trabalho que faço com os jovens que acompanho?					
0	1	2	3	4	5
De 0 a 5, com que intensidade sinto que os meus colegas de equipa colaboram devidamente comigo e me ajudam quando preciso?					
0	1	2	3	4	5
De 0 a 5, com que intensidade sinto que a minha coordenadora acolhe as minhas ideias e as valoriza?					
0	1	2	3	4	5
De 0 a 5, com que intensidade me sinto motivada para prosseguir funções neste projeto?					
0	1	2	3	4	5
Sugestões que gostaria de fazer para melhorar o projeto e o trabalho da equipa:					
_____					
_____					

Quadro 25: Avaliação da Motivação

### 5.3.1. Avaliação das atividades

Este projeto de intervenção levará a cabo múltiplas atividades, umas serão lúdicas, com carácter de inserção comunitária, outras grupais, com carácter pedagógico, visando a reparação comportamental. Todas se vão revestir de objetivos precisos que devem ser atingidos através do empenho dos técnicos e dos próprios jovens. É neste seguimento que importa que todas as atividades sejam avaliadas de forma singular, pois é através desta avaliação que se poderá melhorar as ações seguintes. No final de cada sessão de grupo, de cada atividade no exterior, os jovens devem preencher uma grelha sumária daquilo que mais apreciaram. Veja-se de forma gráfica essa ficha, utilizando como exemplo uma das atividades acima propostas:

<b>Questionário de avaliação da atividade Aquário</b> (Assinala as opções com que mais te identificas)
<p>No decorrer desta atividade, eu consegui atingir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falar de forma ordeira e correta com o meu par e grupo de trabalho;</li> <li>2. Expus a minha opinião sem falar alto ou agredir os outros verbalmente;</li> <li>3. Escutei com atenção e fiz o que me foi pedido;</li> <li>4. Decidi fazer as coisas à minha maneira e prejudiquei o decorrer da atividade;</li> <li>5. Mantive-me à parte do grupo e não quis participar com a minha opinião.</li> </ol>
<p>De que forma te sentiste em relação aos temas debatidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não gostei;</li> <li>2. Podiam ter sido melhores;</li> <li>3. Gostava que tivessem sido outros temas tais como _____;</li> <li>4. Gostei;</li> <li>5. Gostei muito.</li> </ol>
<p>Em relação aos métodos utilizados e aos técnicos presentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gostei dos métodos utilizados e da forma como os técnicos estiveram comigo quando precisei de falar com eles;</li> <li>2. Podiam ter realizado a atividade de forma diferente e os técnicos podiam ter falado mais comigo quando senti essa necessidade;</li> <li>3. Não gostei da forma como a atividade foi feita nem da forma como os técnicos lidaram comigo;</li> <li>4. Vou deixar escritas as minhas sugestões de melhoria:</li> </ol> <p>_____</p> <p>_____</p>

Quadro 26: Avaliação das Atividades

Esta ficha deve ser alterada consoante a atividade a realizar, adequado as perguntas à mesma e à sua finalidade, podendo existir algumas perguntas mais padronizadas que se podem ir repetindo. Deve existir sempre um espaço de sugestões para que o jovem sinta que a sua opinião conta e que a mesma é importante para o decurso das atividades do projeto. As fichas devem ter sempre poucas perguntas e as que tem devem ser simples e de fácil linguagem, para que os jovens não se sintam confusos no seu preenchimento. A elaboração destas fichas e o arquivo das mesmas é essencial, e a sua preparação deve preceder a sessão.

No que diz respeito ao acompanhamento psicossocial de cada jovem e respetiva família, é importante que o técnico constitua um processo documental físico, onde regista os

atendimentos, as visitas domiciliárias, as articulações com outras entidades, onde guarda os documentos mais relevantes, e onde faz uma análise da evolução do jovem dentro da intervenção do projeto. Em cada processo deve existir uma folha inicial onde se registam os dados pessoais dos jovens, as suas principais características e gostos, a sua assiduidade às atividades e o seu envolvimento no projeto.

Também os vários espaços que existem dentro do local físico do projeto, como sendo o canto da informática e a biblioteca, devem ser avaliados. Esta avaliação pode ser feita trimestralmente, questionando os jovens através da aplicação de inquéritos, se estão satisfeitos com estes espaços e com o que neles lhes é disponibilizado, referindo se são para si úteis e dando sugestões de melhoria. O mais importante de tudo neste projeto é dotar os jovens de comportamentos que se revistam de cidadania, pelo que é fundamental que lhes seja dado o poder de ter opinião sobre aquilo em que estão envolvidos.

#### 5.4. Síntese do Projeto

Desde o início do ponto 5 deste trabalho que estamos debruçados exclusivamente sobre as particularidades da população-alvo e da forma como se pretende agir com a mesma, segundo as ferramentas apresentadas neste projeto. Assim, como forma de sistematizar a grande quantidade de informação descrita, utilizemos o modelo do avião, do Professor Hermano Carmo, que reúne em si todos os aspetos importantes que devem ser ainda mais salientados.

5.4.1. *Sistematização da informação: Modelo do Avião (Adaptado de Hermano, 2005)*



## **Considerações Finais**

## 6. Considerações Finais

Quando estamos perante o nascimento de uma criança, nenhum de nós pode prever o que o futuro dela será. Pode crescer no seio de uma família com poder económico, ou num bairro empobrecido pelas mais diversas causas conjeturais. Os pais podem ser contentores, protetores e afetuosos, mas também podem ser negligentes, causando dano físico ou moral. É impossível prever à partida o que esta criança irá ser, o que irá ter e quem irá ser seu protetor. Todavia, há coisas que são possíveis de se fazerem, e isso começa logo quando a criança está no ventre da sua mãe. Se existem problemas sociais associados aos pais, os mesmos devem ser acompanhados por equipas técnicas preparadas, que vão promover competências parentais, sociais e psicológicas para receber esta criança. Se não existem quaisquer indícios de risco, mas ao longo do crescimento algo começar a correr mal, também aqui entram os técnicos especializados, devendo intervir desde logo sobre o problema.

Tudo isto porque, tal como fomos podendo ver ao longo deste trabalho de projeto, a delinquência juvenil é uma problemática que tem vindo a existir ao longo das várias décadas, sempre com contornos muito semelhantes. Isto é, as causas que conduzem ao envolvimento no fenómeno por parte dos jovens, tendem a repetir-se e a repercutir-se. Vimos pelas teorias apresentadas que as causas podem ser de ordem individual, relacionadas muitas vezes com distúrbios da personalidade, mas são essencialmente de ordem social, conhecendo a sua origem na desorganização social dos meios urbanos, na desorganização política e cultural. Os jovens não se conseguem encaixar na sociedade e seguem a via marginal como alternativa. Outras causas associadas relacionam-se com a influência dos grupos de pares, com os ciclos de violência dentro da família, e com os territórios onde os jovens residem.

O território onde encontramos estes jovens é a sua “casa”. Cada grupo ou até mesmo de forma individual, fixa-se num determinado local e constitui-o como a sua zona, o que faz com que estes locais sejam depois evitados por outros indivíduos, marginalizando e excluindo estes jovens, por força dos sentimentos de insegurança.

Por vezes, e tendo em conta a forma como são disseminados os acontecimentos, não damos conta da dimensão do fenómeno da delinquência juvenil e do quanto isto compromete o futuro destes jovens e podem influenciar o presente de outros. Através da

aplicação de entrevistas às entidades com atuação em Rio de Mouro, com competência em matéria de delinquência, foi possível perceber que, pelo menos nesta localidade, todos consideram o fenómeno preocupante. Ainda que possa ter algumas oscilações em termos de casos e dimensão, é notório que todas as instituições se revelam preocupadas com os contornos da problemática. Este trabalho pretende assim incentivar ao desenvolvimento de mais e melhores práticas sociais, bem como estimular que se produza mais conhecimento científico.

Agir sobre a problemática descrita neste trabalho é premente e urgente. Não basta atuar quando o comportamento ocorre, é fundamental que se faça intervenção de prevenção, e isso passa pelo desdobramento profissional, pois quem está nesta área deve estar atento aos sinais mais precoces. Este projeto tem esta mesma intenção, de prevenir. Embora numa primeira fase o que se pretende é a reparação dos comportamentos já ocorridos, posteriormente o objetivo fundamental é que se previna casos futuros. Aqueles cujos comportamentos foram reparados podem servir de exemplo para prevenir outras atitudes noutros jovens, bem como prevenir a reincidência dos primeiros.

Este projeto, ainda que esteja a ser apresentado sob a forma de um trabalho de mestrado, reforçado pelo rigor académico que lhe confere mais fiabilidade e exequibilidade, tem implícita uma forte orientação para ser aplicado na prática, transformando-se em verdadeira intervenção social. Com tudo o que se reuniu neste trabalho, o que agora se pretende é ir mais longe, podendo ser um dos candidatos a financiamento de projetos sociais. Isto significa que estão a ser formuladas candidaturas a programas específicos de financiamento de iniciativas sociais.

Em Portugal, os programas de financiamento existentes que mais se adequam ao projeto aqui divulgado são: Programa Operacional de Potencial Humano (POPH); Instituto Nacional para a Reabilitação (INR); Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH); Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); e EDP Solidária, da Fundação EDP. De uma forma geral, o objetivo central de cada um destes programas é potenciar o desenvolvimento de projetos que combatam a pobreza e a exclusão social de grupos vulneráveis ou de comunidades.

Estes programas estão mais ligados a financiamento de projetos de entidades já instituídas, de qualquer forma, não é isso um fator inviabilizador da candidatura. A



maior parte já está com as inscrições encerradas para os concursos do presente ano, mas em 2014 a candidatura deste projeto será uma realidade. A especificação da existência destes programas de financiamento é o que aproxima este projeto de uma realidade mais concreta. Uma vez que estes programas estão mais dirigidos ao financiamento de projetos apresentados por instituições já existentes, e porque este trabalho não tem como objetivo criar uma nova entidade social, pretende-se formular uma proposta que se possa dirigir às instituições da freguesia de Rio de Mouro. Se, de alguma forma, nenhuma estiver disponível para aceitar concretizar esta intervenção, serão contactadas outras instituições noutras freguesias do município de Sintra, ou até mesmo noutras autarquias, adaptando os dados à realidade em que se for trabalhar. É de reter que não chega desenhar projetos sociais de intervenção, pois se alguém os desenha é porque detetou a necessidade existente, o que significa que a população em causa precisa de conhecer profissionais especializados que colaborem com ela no sentido da sua inclusão social.

Antes de concluirmos este trabalho, é importante refletir um pouco mais sobre as questões relacionadas com a Política Social. Esta última, como já vimos anteriormente, é o motor que permite colocar em andamento as várias medidas de intervenção social. Regressando à introdução deste trabalho e a título de exemplo, aquilo em que exerço funções, o Rendimento Social de Inserção, é uma medida de Política Social, introduzida no sistema de Segurança Social português, com vista ao combate à pobreza e exclusão social. Assim, podemos considerar que este projeto constitui-se igualmente como uma medida de Política Social, tendo como finalidade prática diminuir os índices de delinquência juvenil na freguesia de Rio de Mouro e promover a inclusão social e comunitária dos jovens em acompanhamento.

Este projeto insere-se nas políticas sociais de infância e juventude, que têm como objetivo promover o bem-estar social das crianças e o seu crescimento sustentável até à idade adulta. Encontramos várias medidas de política social na área da juventude em Portugal, embora nem todas estejam ligadas às políticas públicas. Os projetos do Programa Escolhas são um desses exemplos. Ainda que anteriormente neste trabalho tenhamos demonstrado que as políticas sociais derivam da preocupação social existente na formulação das políticas públicas, é por todos nós sabido que a situação económica do nosso país não facilita o desenvolvimento de novas iniciativas sociais a partir do

Estado. É neste contexto que o setor privado assume um papel preponderante: na ausência do Estado-Providência, devem continuar a existir entidades que tenham a capacidade de providenciar o bem-estar que toda a nossa população continua a precisar, independentemente da situação de crise vivida.

É aqui que encontramos algumas dicotomias atuais no campo das políticas sociais. Todos os segmentos da nossa população carecem de maior intervenção social na atualidade. Por todo o lado temos famílias sem comida para colocar em cima da mesa, casas a serem entregues aos bancos, ordens de despejo por parte de senhorios que também precisam do dinheiro das rendas, que estão por pagar há meses, para poderem sobreviver, listas enormes de pedidos de habitações sociais às autarquias, filas de espera para receber banco alimentar, que também já começa a ser escasso (quanto menos se angaria na recolha nos supermercados, menos se pode dar a cada família, e quanto mais famílias a receber, mais se tem de dividir para que todos tenham o mínimo), e desespero, por não aparecer um emprego que favoreça a saída de todo este ciclo.

Projetos como o que aqui se apresenta e muitos outros que possam vir a ser formulados são necessários e a nossa sociedade precisa deles, para poder atenuar os vários focos de exclusão social causada por tudo o que já foi aqui analisado. Todavia, os entraves crescem à medida que o orçamento diminui. A política social portuguesa clama por fazer intervenção diária, mas os seus agentes conhecem apenas a redução dos financiamentos e nem todos podemos viver do voluntariado institucional. Fazer intervenção social é urgente, tal como é urgente que nos seja permitido fazê-la.

“A formação para uma metodologia participativa deve assegurar que os projetos de intervenção tenham como pressupostos o desenvolvimento socioeconómico integrado das comunidades entendido como um processo permanente de capacidade de intervenção de uma comunidade sobre si própria e o reconhecimento da capacidade dos grupos sociais para se auto-organizarem, sabendo que as ações que mais perduram no tempo são aquelas que repousam sobre essa capacidade de auto-organização.” (Guerra, 2007:106)

## Referências Bibliográficas

- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*: ISCSP: Lisboa
- Assis, S. & P. (2005). *Perspetivas de prevenção da infração juvenil masculina*. Brasil: *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1):81-90
- Barros, L. & A. P. A. R. (2007). *Educar com Sucesso – Manual para Pais e Técnicos*, Lisboa: Texto Editores
- Benavente, R. (2002). *Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia*, in *Análise Psicológica*, 4 (XX): 637-645
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores
- Boutinet, J.P. (1990). *Antropologia do Projeto*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget
- Campos, B. P. (2010). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carmo, H. (2000). *Intervenção Social com Grupos*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carmo, H. & M. F. (1998). *Metodologia Da Investigação – Guia Para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta
- Costa, S. (2009). *Mediação Penal E Justiça Restaurativa. O Debate Em Portugal*. Lisboa: Tese De Mestrado ISCTE-UTL
- Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Lisboa: Casa Das Letras
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos Da Criança: Da Participação À Responsabilidade – O Sistema De Proteção E Educação Das Crianças E Jovens*. Porto: Profedições
- Dias, J. F. & M. C. A. (1990). *Criminologia, O Homem Delinquente E A Sociedade Criminógena*, 2º Reimpressão, Coimbra

- Direito De Menores – 6ª Edição (2010)*. Coimbra: Almedina Editora
- Ferreira, F. (2006). *Justiça Restaurativa – Natureza, Finalidades E Instrumentos*. Coimbra: Coimbra Editores
- Ferreira, P. (1997). *Delinquência Juvenil, Família E Escola*; In *Análise Social*, Vol. Xxxii(143), (4.º-5.º), 913-924
- Ferreira, J. M.L. (2011). *Serviço Social E Modelos De Bem-Estar Para A Infância, Modus Operandi Do Assistente Social Na Promoção Da Protecção À Criança E À Família*. Lisboa: Quid Juris Editora
- Farrington, D. P. & Ph.D. (2006). *Childhood Risk Factors and Risk-Focused Prevention*. Institute of Criminology University of Cambridge
- Fresno County Five-Year Gang & Juvenile Delinquency Prevention Initiative Strategic Plan, 5 Year Strategic Plan Overview*
- Greenwood, P. (2008). *Prevention and Intervention Programs for Juvenile Offenders in The Future Of Children*, Vol. 18 / No. 2 / Fall
- Guerra, I. (2007). *Fundamentos E Processos De Uma Sociologia De Ação – O Planeamento Em Ciências Sociais*. Estoril: Príncipe Editora
- Kawachi, I. & B. P., R. G. (1999). *Crime: Social Disorganization And Relative Deprivation In Social Science & Medicine* 48 719-731
- Kubrin, C. E. & R. W. (2003). *New Directions In Social Disorganization Theory In Journal Of Research In Crime And Delinquency*, Vol. 40 Nº 4 374-402
- Lisboa, Â. (2008). *A Pobreza, Um Livre Trânsito Para A Delinquência Juvenil?* Lisboa: Tese De Doutoramento, ISEG
- Merton, R. K. (1968). *Social Theory And Social Structure*. London: Enlarged Edition
- Moreira, C. (1994). *Planeamento E Estratégias De Investigação Social*. Lisboa: ISCSP

Moura, D.(2003); *Riscos e Delinquências Juvenis em Contextos de Realojamento Identidades: Imagens e Expectativas dos Jovens in Cidades-Comunidades e Territórios*, n.0 7, pp. 19-36

Neves, A., & M. (2010). *Vitimologia, Ciência E Activismo*. Coimbra: Almedina

*Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia»*, In Jornal Oficial da União Europeia (2006/C 110/13), Bruxelas

Pereirinha, J. (2008). *Política Social, Fundamentos da Atuação das Políticas Públicas*. Lisboa: Universidade Aberta

Piers, B. & J. (1999). *Criminology, 3º Edition*. USA

*Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade)*, Adotados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/112, de 14 de Dezembro de 1990

Rico, E. (2001). *Avaliação De Políticas Sociais: Uma Questão Em Debate*. São Paulo: Cortez Editora

Serrano, G. (2008). *Elaboração De Projetos Sociais – Casos Práticos*. Porto: Porto Editora

Silva, L. (2001). *Intervenção Psicossocial*. Lisboa: Universidade Aberta

Weber, P. (2011). *Dinâmicas E Práticas Do Trabalhador Social*. Porto: Porto Editora

---

### **Consultas na Internet:**

*Problemas sociais*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-01-06]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$problemas-sociais](http://www.infopedia.pt/$problemas-sociais)>. Consultado a 06/01/2013 às 21:30 horas

<http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>

- 14/11/2012 às 15 horas

[http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1001.67](http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1001.67)

- 14/11/2012 às 13 horas

[http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1001.35](http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1001.35)

- 14/11/2012 às 13.30 horas

[http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1001.36](http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1001.36)

- 14/11/2012 às 13.45 horas

<http://www.cm-sintra.pt/%5CANexo%5C634612836162103601Freguesias%20de%20Sintra%20do%20Munic%C3%ADpio%20segundo%20os%20dados%20provis%C3%B3rios%20dos%20Censos%202011.pdf>

- 20/11/2012 às 21 horas

<http://www.cm-sintra.pt/%5CANexo%5C634612836461590760Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20n%C2%BA%20de%20Freguesias%20e%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente%20nas%20mesmas%20no%20munic%C3%ADpio%20de%20Sintra,%20segundo%20os%20Censos.pdf>

- 20/11/2012 às 21 horas

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros)

- 05/04/2013 às 20 horas

<http://www.gulbenkian.pt/section154artId1898langId1.html>

- 21/06/2013 às 19 horas

<http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=370>

- 21/06/2013 às 19 horas

<http://www.inr.pt/content/1/2860/programa-de-financiamento-projectos-pelo-inr-ip>

- 21/06/2013 às 19 horas

<http://www.qren.pt/np4/qren>

- 21/06/2013 às 19 horas

<http://www.fundacaoedp.pt/inovacao-social/edp-solidaria/edp-solidaria/48>

- 21/06/2013 às 19 horas

**“O Ser Humano aprende na medida em que  
participa na descoberta e na invenção”**

*in Serrano 2008:13*

## Apêndices



## Apêndice nº1

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

1. Profissão

---

2. Instituição que representa e cargo que ocupa

---

3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

---

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

---

5. No seguimento da pergunta anterior, quais são os meios que disponibilizam aos jovens em cumprimento de medida quando estão a fazer o acompanhamento dos mesmos?

---

6. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

---

7. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

---

8. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

---

9. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

---

10. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

---

## Apêndice nº2

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Psicóloga Clínica

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais, Equipa Penal 2 de Sintra.  
É coordenadora da equipa.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

A problemática na freguesia tem oscilado muito. Já houve graves problemas com a existência de grupos organizados de jovens, mas entretanto esses grupos dispersaram, tendo esses jovens conhecido destinos como a migração e a colocação em sistema prisional. O número de casos oscila todos os dias, sendo que os casos em pré-

sentenciais são sempre muito mais elevados do que os pós-sentenciais, dado que nem todas as ocorrências decorrem na aplicação de medidas tutelares educativas.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

A DGRS apenas segue os parâmetros previstos na Lei Tutelar Educativa, agindo em conformidade com os procedimentos que cada medida exige.

5. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

No fim de Janeiro existiam 11 jovens em cumprimento de tarefas a favor da comunidade, 5 jovens com imposição de condutas (tarefa a favor da comunidade e acompanhamento educativo em simultâneo), 14 jovens em acompanhamento educativo e 1 jovem com plano de conduta. Assim, na referida data 31 jovens da freguesia de Rio de Mouro cumpriam medida tutelar educativa de carácter não institucional.

6. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

As medidas mais aplicadas pelo Tribunal de Família e Menores de Sintra são as tarefas a favor da comunidade e o acompanhamento educativo. As freguesias mais problemáticas, de momento, ao nível da delinquência juvenil são as que registam maior número de habitantes, como sendo Algueirão Mem-Martins, Agualva-Cacém, Rio de Mouro, Queluz, Belas e Massamá. A freguesia de Casal de Cambra foi até há pouco tempo uma das mais problemáticas, mas devido à intervenção das instituições locais e à própria dispersão dos jovens, tem vindo a reduzir o número de casos. A delinquência juvenil é um fenómeno com contornos muito oscilantes, variando de acordo com as próprias mudanças locais. Importa igualmente referir que a DGRS não acompanha jovens só até aos 16 anos, sendo que muitos jovens em acompanhamento já passaram esta idade, pelo que estas balizas etárias presentes na lei correspondem à idade em que o ato delinquente foi cometido.

7. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são

suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

Na comunidade de Rio de Mouro ainda está tudo numa fase muito embrionária. Existe o projeto Orienta-te, do programa Escolhas, mas está muito direcionado para a orientação escolar dos jovens. No que diz respeito às tarefas a favor da comunidade, é sempre complicado inserir todos os jovens nas poucas instituições locais.

8. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

O projeto é pertinente no que diz respeito à sua vertente de intervenção comunitária. Todavia, não pode sustentar melhor a sua opinião por desconhecer qual é a aplicabilidade prática do mesmo.

9. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

Gostaria de ver desenvolvido um espaço onde o jovem pudesse ter ao seu dispor vários recursos, onde pudesse estudar e até fazer algumas refeições, por forma a funcionar como um centro de dia para os jovens. Para além disto a equipa técnica deveria ter disponibilidade para acompanhar os jovens aos sítios onde eles necessitassem de ir para tratar de assuntos mais burocráticos.

## Apêndice nº3

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Técnica de Serviço Social.

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

Representa o Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro e é Técnica de Serviço Social no Gabinete de Ação Social, no qual faz intervenção com os alunos, as suas famílias e a comunidade, estabelecendo várias parcerias com as entidades existentes na mesma.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

Enquanto técnica interventora perceciona a problemática como estando a aumentar. No que diz respeito à realidade escolar, este aumento está relacionado com o consumo de substâncias ilícitas, consumidas fora do recinto escolar. Tudo começa com estes consumos, que depois se desenrolam em comportamentos de absentismo e abandono

escolar, comportamentos disruptivos na sala de aula e progressivamente os roubos e a violência física. Os professores são os primeiros a reparar quando o jovem manifesta um comportamento alterado pelo consumo das substâncias ilícitas e alertam os técnicos. Os pais destes jovens, na sua maioria, preocupam-se com estes comportamentos, embora a dada altura deixem de saber como deverão agir perante a situação. O absentismo e o abandono escolar são os primeiros sinais do problema existente e são muitas vezes pedidos de ajuda implícita. Neste momento, a problemática da delinquência juvenil em Rio de Mouro está fortemente associada ao consumo das referidas substâncias. Por vezes é mais difícil para a escola delimitar o fenómeno devido ao facto de ter muitos jovens que não são da freguesia, mas que frequentam o recinto escolar em turmas de Curso de Educação e Formação ou Cursos Técnico-Profissionais.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

No que diz respeito às medidas tutelares educativas é sempre mantido o contacto com a entidade competente, a DGRS. Em relação aos procedimentos internos, aplicam o que está definido no guião de procedimentos que despista a existência de consumos ilícitos e ajuda o jovem a abandonar os mesmos. Têm igualmente um projeto de alerta para os perigos do uso de substâncias ilícitas denominado de Trilhos. Outra metodologia de intervenção é o encaminhamento dos alunos alvo de suspensão para tarefas a favor da comunidade, ou seja, o aluno ao invés de estar suspenso em casa, usa o tempo de suspensão para cumprir tarefas socialmente úteis.

5. No seguimento da pergunta anterior, quais são os meios que disponibilizam aos jovens em cumprimento de medida quando estão a fazer o acompanhamento dos mesmos?

Para oferecer a estes jovens e aos restantes alunos a escola apenas dispõe de ofertas educativas, desportivas e lúdicas, como clubes escolares. De qualquer forma, mais importante do que o tempo escolar é o tempo que os jovens têm livre fora da escola, sendo que neste campo podem apenas dirigir-se aos projetos do programa Escolhas existentes na freguesia, o projeto Orienta-te e o projeto Escolhas Saudáveis.

6. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

De momento, a escola, como ainda está em fase de reestruturação devido à criação do mega agrupamento de escolas, mas é possível afirmar que tenham entre 40 a 50 jovens em situação tutelar educativa, mesmo que não estejam já a cumprir medida.

7. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

São as tarefas a favor da comunidade e o acompanhamento educativo.

8. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

Tendo em conta uma resposta integrada e específica para esta problemática, não existem recursos na comunidade. Os que existem não oferecem uma resposta devidamente integrada. É necessário fazer mais intervenção neste âmbito, havendo muito a fazer na comunidade e na área a reinserção. No que diz respeito aos consumos de substâncias ilícitas, a escola sente também que a PSP não tem conseguido dar resposta à situação, não por falta de intervenção, mas por ausência de um quadro legal que se refira às substâncias vendidas nas smartshops.

9. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

É um projeto pertinente, todavia é premente fazer um bom diagnóstico, entrevistando todas as entidades que fazem intervenção na freguesia.

10. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?



O projeto deverá desenvolver-se num espaço físico próprio, criando novos recursos comunitários para além dos já existentes na freguesia. Tem de existir um forte compromisso com o público-alvo e a missão do projeto tem de ser comum com a DGRS. É necessário constituir-se uma forte rede social para dar uma resposta consolidada aos jovens em acompanhamento. Também com as famílias e restante comunidade é preciso estabelecer-se este compromisso de intervenção, por forma a assegurar a reinserção social e a não reincidência na delinquência.

## Apêndice nº4

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Técnica de Serviço Social.

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

Junta de Freguesia de Rio de Mouro, Técnica de Serviço Social.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

É uma problemática crescente na freguesia. Numa fase inicial foi um fenómeno muito ligado à migração, sendo que os pais destes jovens tinham empregos com elevadas cargas horárias, o que os deixava sem qualquer supervisão parental. Esta problemática, a partir daqui, foi passando de geração em geração, perpetuando o fenómeno e aumentando a sua dimensão.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

A Junta de Freguesia não faz qualquer acompanhamento neste âmbito, funcionam apenas como um serviço externo que recebe os jovens para cumprirem as suas medidas tutelares educativas. Os jovens são encaminhados pela DGRS e depois são entregues à supervisão do encarregado, sendo que é o mesmo que os acompanha no cumprimento das tarefas a favor da comunidade.

5. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

À data da entrevista, 07/02/2013, não tinham nenhum jovem a cumprir medida tutelar educativa.

6. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

Apenas recebem jovens para cumprirem tarefas a favor da comunidade.

7. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

De momento decorrem dois projetos do programa Escolhas na freguesia, um deles “Orientá-te” e outro deles o “Escolhas Saudáveis”. São projetos que estão a fazer um excelente trabalho de intervenção com jovens e as metodologias desenvolvidas têm produzido uma diminuição dos casos de delinquência.

8. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

É um projeto viável, mas dado que já existem os dois projetos do programa Escolhas, poderá não vir a produzir valor acrescentado.

9. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

A Junta de Freguesia apenas funciona como entidade promotora de projetos e como parceira social.

## Apêndice nº5

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Agente Polícia de Segurança Pública.

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

Comandante da Divisão de Sintra, na Esquadra da PSP de Rio de Mouro.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

A freguesia de Rio de Mouro está dividida por duas partes: o norte e o sul do IC19. Na parte sul a população reside num ambiente mais rural e existem raras ocorrências a registar. Na parte norte, onde estão localizados os grandes aglomerados urbanos, existem graves problemas no que diz respeito à criminalidade juvenil. A faixa etária vai dos 12 aos 20 anos e provoca elevado receio social. O crime mais comum é o roubo, mais propriamente o roubo por esticção, seguido pelo furto. São jovens que atuam em

grupo e não de forma isolada. Os problemas ocorrem nos períodos do dia compreendidos entre as 14 e as 22 horas, momento em que existem mais pessoas na rua. O que potencia o desenvolvimento destas condutas delinquentes é a falta de supervisão parental, já que os pais trabalham até tarde, a falta de ocupação de tempos livres e a própria arquitetura do meio urbano em questão, predominando a construção em altura e existindo em vários locais arcadas e varandins sem iluminação e também becos igualmente mal iluminados. É um problema sério, mas não é mais visível em Rio de Mouro, isto é, trata-se de um problema predominante na orla periférica que compõe a área metropolitana de Lisboa. É na periferia que se fixam as populações mais jovens e onde predominam jovens com comportamentos violentos. Os jovens passam muito tempo sem ocupação, o que potencia o agrupamento com outros em iguais circunstâncias, fomentando a delinquência. Esta problemática carece de intervenção no que diz respeito à zona de Rio de Mouro. Os jovens aqui residentes são maioritariamente oriundos de famílias desestruturadas ou monoparentais. A grande questão é como ocupar a maior parte do tempo que eles têm disponível e que não estão a utilizar para fins positivos.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

Em fase de cumprimento da medida não é solicitado à PSP qualquer tipo de intervenção. Quando o processo está em fase de averiguação, o tribunal articula com o serviço no sentido de pedir informações sobre o jovem em causa. A PSP tem parcerias com as entidades circundantes e participa em atividades relacionadas com a divulgação de meios preventivos em caso de violência. Através de uma associação local participam num jogo de futebol em que jogam os jovens que são acompanhados neste local, juntamente com os agentes da PSP, desmistificando um pouco a imagem negativa que estes últimos têm.

5. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

No que diz respeito às ocorrências registadas em 2012 por delinquência juvenil na esquadra da PSP de Rio de Mouro, não é possível identificar quantas foram, na medida

em que os dados não estão separados, ou seja, criminalidade jovem e adulta está toda junta. Todavia, é possível afirmar que a maioria dos roubos e furtos são praticados por jovens, muitos deles ainda menores de idade. É de salientar que a criminalidade, tanto adulta como jovem, conheceu um forte decréscimo de 2009 até à presente data. Não se regista qualquer aumento de ocorrências. Isto pode ficar a dever-se às políticas de prevenção que têm vindo a ser adotadas, à intervenção levada a cabo pelas forças de segurança e ao facto de Portugal estar com os estabelecimentos prisionais sobrelotados. Quando as prisões estão cheias a criminalidade decresce significativamente. De momento todos os estabelecimentos prisionais estão em quota máxima. No que diz respeito ao período de recessão económica vivido atualmente em Portugal, o mesmo não está a potenciar o crescimento da criminalidade.

6. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

Não existe nenhuma resposta local que corresponda exatamente a esta problemática. Pode abordar outras e de alguma forma abarcar também estes jovens, mas não com uma resposta totalmente direcionada. São feitas várias ações no que diz respeito à prevenção da violência, mas não é focado exclusivamente este problema.

7. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

É um projeto viável, na medida em que não existem outras respostas e é premente criar uma intervenção que ocupe o excessivo tempo livre dos jovens locais e que ao mesmo tempo possa transmitir-lhes uma perspetiva de futuro.

8. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

É necessário fazer intervenção junto da família do jovem. Mais do que trabalhar o jovem é preciso trabalhar a sua origem. Os jovens, na sua maioria, não tem valores de base familiar. Os pais tiveram de se criar sozinhos e passam também este espírito mais os filhos. Os técnicos do projeto teriam de trabalhar fortemente os núcleos que dominam o quotidiano dos jovens, a família e o grupo de pares. Para além disto, é importante desenvolver atividades de carácter desportivo com estes jovens, dado que é neste campo que eles têm mais interesse e os mantem mais ocupados. Uma vez que em casa não existem modelos de referência e não é construído um olhar sobre o futuro, importa que o projeto constitua uma referência em si e que crie no jovem a vontade de lutar por mais e por definir o seu amanhã.



## Apêndice nº6

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Magistrado do Ministério Público.

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

Juízo de Família e Menores do Tribunal de Sintra.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

A problemática constitui um nível elevado de preocupação. É possível dividir a zona de Rio de Mouro em duas partes, uma mais urbanizada, na qual residem maiores preocupações, outra mais rural, com menos índice de ocorrências. A freguesia apresenta uma elevada quantidade de casos de delinquência, situando-se num patamar intermédio no município de Sintra. Ocorrem muitos crimes nas escolas e nos espaços que as circundam. Existe uma elevada desproteção das pessoas no percuso casa-escola-casa.

Também as pessoas adultas receiam serem vítimas de algum tipo de violências quando estão sozinhas em zonas como a estação ferroviária, local onde se registam muitas ocorrências de atos delinquentes.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

No caso do Ministério Público, a intervenção passa apenas por aplicar as várias fases da Lei Tutelar Educativa, ou seja, o processo passa inicialmente por uma fase de inquérito, onde se avaliam os factos ocorridos e os seus autores e se define se existe ou não necessidade de educar para o Direito, em caso afirmativo, o processo passa para uma fase jurisdicional, durante a qual será acompanhado por um magistrado.

5. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

Os elementos estatísticos de que dispõem não contém estes dados concretos.

6. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

As medidas mais frequentes são as Tarefas a Favor da Comunidade, o Acompanhamento Educativo e o Internamento em Centro Educativo.

7. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

Na opinião do entrevistado, seria benéfico baixar a fasquia da tolerância social à idade do delito, vendo o que ocorre abaixo dos 12 anos.

## Apêndice nº7

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Informadores Qualificados das Instituições da Freguesia de Rio de Mouro, cuja intervenção está orientada para a população mais jovem. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

#### 1. Profissão

Socióloga e Psicóloga.

#### 2. Instituição que representa e cargo que ocupa

A primeira é Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental, e a segunda é Secretária na mesma entidade.

#### 3. De acordo com o trabalho técnico que desenvolve diariamente, qual é a sua perceção relativamente à problemática da delinquência juvenil na Freguesia de Rio de Mouro?

Para ambas as técnicas a problemática na freguesia é preocupante, com tendência para o agravamento dos comportamentos. Não existem de momento projetos para prevenir a problemática. As situações de risco vão crescendo e quando são sinalizadas já estão em fase de delinquência. Não consideram que tenha crescido o número de casos sinalizados, mas sim que já chegam demasiado tarde às instituições. Têm surgido mais

casos de delinquência com patologias clínicas associadas, pelo que a primeira assume-se como uma fuga à segunda.

4. Que abordagens levam a cabo, no âmbito dos objetivos desta instituição, quando se deparam com um jovem que está em cumprimento de medida tutelar educativa?

Em contexto de atendimento com o jovem fazem uma sensibilização para o dano causado, educando para o direito. A abordagem depende sempre do técnico e do jovem.

5. No seguimento da pergunta anterior, quais são os meios que disponibilizam aos jovens em cumprimento de medida quando estão a fazer o acompanhamento dos mesmos?

Apenas é feito o encaminhamento para outras entidades.

6. Quantos processos/jovens têm atualmente em acompanhamento que estejam em cumprimento de medida?

À data da entrevista tinham 50 processos. Os rapazes estão mais associados a consumos, tráfico, fugas e agressões, enquanto que as raparigas estão mais associadas a roubos.

7. Dos jovens em acompanhamento, e no que diz respeito às medidas tutelares educativas, quais as medidas mais frequentes?

As medidas mais frequentes são o acompanhamento educativo e o internamento em Centro Educativo, ainda que neste último caso exista muita demora, ou seja, passa-se demasiado tempo entre a fase de aplicação de medida até à concretização da mesma, por inexistência de vagas.

8. Do conhecimento que tem acerca dos recursos existentes na comunidade para dar apoio aos jovens em cumprimento de medida, considera que os mesmos são suficientes e eficazes para uma boa supervisão destes jovens, no sentido de não reincidirem na delinquência?

Não, faltam muitas respostas em termos de trabalho comunitário.

9. Este trabalho de projeto destina-se a criar equipas de intervenção que supervisionem os jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Consideram que este tipo de projetos constitui uma mais-valia para os jovens da freguesia de Rio de Mouro? Porquê?

Para trabalhar a delinquência juvenil é necessário que sejam criadas novas respostas sociais, novos projetos. É importante refletir sobre o porquê dos jovens não aderirem à terapêutica do que já existe na comunidade, o porquê de reincidirem.

10. Se este projeto fosse desenvolvido dentro da sua instituição, que sugestões apresentaria para o bom desenvolvimento do mesmo, quais as parcerias que iria estabelecer e que objetivos gostaria de ver atingidos?

O mais importante é que o projeto faça treino psicológico de competências com estes jovens, trabalhando igualmente os índices de agressividade que neles existe.

## Apêndice nº8

### Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



### Universidade Técnica de Lisboa

Guião de Entrevista a Jovens da Freguesia de Rio de Mouro que estão, ou já estiveram, em Cumprimento de Medida Tutelar Educativa. Estas entrevistas serão aplicadas no âmbito do Mestrado em Política Social, da aluna Soraia Castro, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este Mestrado consistirá na apresentação de um Trabalho de Projeto, subordinado ao tema da Reparação e Prevenção de Comportamentos Delinquentes em Contexto de Cumprimento de Medida Tutelar Educativa, com jovens dos 12 aos 16 anos, residentes na Freguesia de Rio de Mouro. Serve a presente entrevista para fazer o levantamento dos dados necessários à realização deste trabalho.

1. Idade, Situação Escolar, Medida Tutelar Educativa que está, ou já esteve, a cumprir e seu tempo de duração.

---

1. Qual a situação que deu origem ao cumprimento da medida?

---

2. O que é que o levou a cometer esta infração e que sensações e sentimentos experimentou depois de o fazer?

---

3. Reside na Freguesia de Rio de Mouro há quanto tempo?

---

4. Com quem reside e qual é a situação socioeconómica do seu agregado familiar?

---

5. Nos tempos livres, costuma conviver com o seu grupo de pares ou frequenta alguma instituição da Freguesia?

---

6. Durante o tempo que esteve, ou está, a cumprir medida, quais as instituições que o acompanharam ou acompanham, e que tipo de intervenção fizeram consigo?

---

7. Conhece as instituições que existem na freguesia? De que forma elas lhe são úteis? Sente que deveriam existir mais? Quais?

---

8. Este Mestrado consiste no desenvolvimento de um projeto de intervenção com jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. Pretende-se desenvolver atividades que estimulem o desenvolvimento psicossocial e comunitário destes jovens. Considera este projeto pertinente e que vai ao encontro das necessidades dos jovens em questão?

---

9. Imagine que vai ser abrangido pela execução deste projeto. Que atividades gostaria de ver desenvolvidas? Que sugestão faria à equipa técnica para ajudar os jovens a não reincidirem no crime?

---

10. Mais uma vez imagine-se alvo deste projeto. Como é que acha que a sua experiência pessoal poderia ser utilizada para ajudar outros jovens a não reincidirem no crime e que abordagem desenvolveria neste sentido?

---

